UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS- UFPel

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-ICH

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

Na esteira da memória:

A questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964)

ROBERT WAGNER PORTO DA SILVA CASTRO

Pelotas, 2016

ROBERT WAGNER PORTO DA SILVA CASTRO

Na esteira da memória:

A questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C355n Castro, Robert Wagner Porto da Silva

Na esteira da memória : a questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964) / Robert Wagner Porto da Silva Castro ; Edgar Ávila Gandra, orientador. — Pelotas, 2016.

191 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Marinheiros. 2. Memória. 3. Resistência. 4. Golpe civil-militar. 5. Cidade de Rio Grande. I. Gandra, Edgar Ávila, orient. II. Título.

CDD : 359

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Robert Wagner Porto da Silva Castro

Na esteira da memória:
A questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca Examinadora:

_____
Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (orientador)
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

_____
Prof.ª Dr.ª Caroline Silveira Bauer
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS)

_____
Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

_____
Prof.ª Dr.ª Tatyana de Amaral Maia
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

À minha amada esposa

Aos meus filhos

À minha mãe e

À minha avó (*in memorian*)

Agradecimentos

Primeiramente a Deus - meu refúgio e minha fortaleza - por ter guiado meus passos, me conduzido, guardado e abençoado até aqui.

À minha amada esposa, companheira e amiga de todos os momentos de minha vida durante os últimos catorze anos. Minha eterna namorada, a quem admiro e amo com todo meu coração. Agradeço pelo amor, carinho, dedicação e compreensão durante as horas em que estive ausente durante estes últimos anos. Por ter, sempre com muito amor, compreendido as vezes que atravessei madrugadas sobre os livros e durante muitas noites estive bem ali no escritório, mas ainda assim estava muito distante. Pelos seus beijos e sorrisos que durante todos esses anos iluminam as minhas manhãs.

Aos meus amados filhos Priscila e Matheus, presentes que Deus me deu e que todos os dias agradeço a Ele. Obrigado meus filhotes por sempre me apoiarem e compreenderem quando estive ausente por esses tempos. Amo vocês meus pequenos!!!

À minha mãe amada, minha “mamuska”, minha heroína, primeira mulher de minha vida e aquela que me ensinou o que é o amor de verdade e a importância de amar com a própria vida. Por ter “feito quem sou”, em todos os sentidos. Por ter me mostrado o valor e a importância do conhecimento e dos estudos ao me estimular a buscar o conhecimento. Mas também por responder aquelas sequências intermináveis de perguntas naquelas nossas conversas na cozinha, enquanto fazia o almoço e eu era ainda um menininho. Por estar sempre em meus pensamentos e em meu coração mamãe.

À minha amada “voinha”, exemplo de mulher e ser humano. Pelas sábias lições de vida e pelos momentos simples e muito felizes que proporcionou a este neto que sempre a amou. Saudades de você minha vó.

Ao meu amado pai, pelas ricas conversas nas quais aprendi muito sobre trabalho, caráter e honestidade. Por seu estímulo à busca constante pelo conhecimento através da dedicação aos estudos.

Ao meu querido tio “Zé”, a quem tenho como um pai, pelo carinho e amor que sempre me dispensou. Pela amizade e palavras de incentivo e estímulo. Pelos exemplos em minha juventude e por me despertar o gosto pela vida militar.

À minha família, todos que de alguma forma me incentivaram, apoiaram e estimularam durante esta caminhada. Que compreenderam minhas ausências e breves visitas. Que mesmo distantes sempre buscaram estar, de alguma maneira, próximos de mim.

Ao meu orientador, professor e grande amigo Edgar Ávila Gandra. Pela confiança e compreensão durante estes anos. Pela dedicação em me orientar nesta caminhada e por acreditar em meu projeto desde o início. Agradeço pelo profissionalismo e entrega durante todo este tempo, pelas conversas e preciosas palavras naqueles “cafés de orientação”. Mas agradeço principalmente pela sincera amizade.

Ao meu grande amigo Jorge Vianna, pelo incentivo, estímulo e apoio essenciais para que eu iniciasse e persistisse nesta caminhada. Pelas longas conversas em que pude aprender muito com alguém tão sábio. E pela sincera e preciosa amizade.

Aos meus amigos Jean Varele e Walney Brito, “nautas” assim como eu. Pela amizade sincera e pelos constantes incentivos durante todas as “singraduras” que compartilhamos até o dia de hoje. Ao amigo e historiador Anderson Almeida, que desde os bancos da Universidade Federal Fluminense muito tem contribuído nesta minha caminhada, por sua amizade e incentivo.

Aos amigos de turma Thiago Cedrez, Everton Otazú e Mário Marcello, pelas conversas enriquecedoras no transcurso tanto das disciplinas quanto da própria pesquisa. E, claro, pela amizade.

Aos professores Marcos Borges, Caroline Bauer, Clarice Speranza e Enrique Serra Padrós; pelas dicas de leitura e contribuições em minha pesquisa, além do carinho e atenção que sempre me dedicaram. Aos professores do PPGH-UFPel: Beatriz Loner, Lorena Gill, Márcia Espig e

Alexandre Karsburg, pelas contribuições pessoais e discussões em aula, que muito acrescentaram à minha pesquisa.

Aos senhores Paulo Costa, Oscar Conceição, Antônio Nailen Espíndola (*in memorian*) e outros que gentilmente abriram as portas de suas casas para nos conceder entrevistas.

A todos que de alguma forma contribuíram com esta pesquisa, muito obrigado!

Um dia depois
Daquele dia em que você se foi

Calaram os apitos
Guardaram as bandeiras
As ondas amansaram
O vai e vem das marés

Um dia depois
Mais nenhum apito
Nenhum porto a conhecer

As gaivotas serenaram seu voo
A brisa ficou mais fina e calma
Nenhum grito
Nenhum choro
O que ficou foi um mar de lembranças

Felipe Damo

Resumo

O presente estudo consiste na reconstrução, através da memória reavivada, da trajetória de um segmento social específico. Constituído por praças da Marinha do Brasil que foram membros ou apoiadores da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) entre os anos de 1962-1964, em especial aqueles oriundos da zona sul estado gaúcho. A partir da análise das trajetórias destes militares na Marinha durante o período em tela, reconstruiremos a trajetória da própria associação, tendo como objetivo compreender a questão social em um contexto de dominação e resistência, e a consequente luta por direitos na força naval brasileira. E ainda, a forma como se deu a atuação da AMFNB no contexto político-social tensionado anterior ao evento golpista, especialmente na cidade de Rio Grande-RS. Neste contexto, considerando a relevância estratégica da urbe riograndina, além de sua importância simbólica para a Marinha, analisaremos a maneira como se deu a repressão na cidade, especialmente durante o mês de abril de 1964, e a relação entre a intensidade desta ação repressiva capitaneada pela Marinha e os desdobramentos da mobilização dos marinheiros.

Palavras-chave: Marinheiros; Memória; Resistência; Golpe Civil-Militar; Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; Cidade de Rio Grande.

Abstract

This study consists of the reconstruction through the revived memory, the trajectory of a particular social group. Consisting of squares of the Navy of Brazil who were members or supporters of the Sailors Association and Marines of Brazil (AMFNB) between the years 1962-1964, particularly those from the southern part gaucho state. From the analysis of the trajectories of these military in the Navy during the period screen, rebuild the trajectory of the association itself, aiming to understand the social question in a context of domination and resistance, and the consequent struggle for rights in the Brazilian naval force. And yet, the way they gave the performance of AMFNB in the political and social context tensioned before the coup event, especially in the city of Rio Grande-RS. In this context, considering the strategic importance of riograndina metropolis, besides its symbolic importance for the Navy, we analyze the way how was the repression in the city, especially during the month of April 1964, and the relationship between the intensity of this action repressive captained the Navy and the unfolding of the mobilization of sailors.

Keywords: Sailors; Memory; Resistance; Civil-Military Coup; Sailors Association and Marines of Brazil; City of Rio Grande.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Fotografia de marinheiros sublevados a bordo do *scout Bahia* durante a “Revolta da Chibata”..... 47

Figura 2 Fotografia do comandante Pereira Leite, designado para o encouraçado *Minas Gerais,* já a bordo do navio após o fim do levante dos marinheiros 48

Figura 3 Fotografia de marinheiros sublevados (maquinistas e foguistas) a bordo do encouraçado *São Paulo* durante a “Revolta da Chibata”.....48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Quadro hierárquico de graduações do pessoal subalterno da Marinha.....57

Tabela 2 Cabos, soldados e marinheiros autuados no processo nº 8167 da 1ª Auditoria da Marinha – Art. 130 § I do CPM.....103

Tabela 3 Prisões a bordo do navio hidrográfico *Canopus* durante a "operação limpeza" na cidade de Rio Grande-RS.....135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMFNB – Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

AMRJ – Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

ARQMAR – Arquivo da Marinha

ATA – Associação dos Taifeiros da Armada

AvOc – Aviso Oceanográfico

BN – Biblioteca Nacional

BNM – Brasil Nunca Mais

CBMERJ – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CF – Capitão de Fragata

CFN – Corpo de Fuzileiros Navais

CIA – *Central Intelligence Agency*

CIAW – Centro de Instrução Almirante Wandenkolk

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CPM – Código Penal Militar

CPSCFN – Corpo do Pessoal Subalternos do Corpo de Fuzileiros Navais

CPSA – Corpo do Pessoal Subalterno da Armada

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CT – Contratorpedeiro; Capitão-Tenente

CVVM – Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

EAM – Escola de Aprendizes-Marinheiros

EAMPE – Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco

EAMRS – Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul

EAMSC – Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina

EFRN – Escola de Formação de Reservistas Navais

EUA – Estados Unidos da América

HCM – Hospital Central da Marinha

NHi – Navio Hidrográfico

OM – Organização Militar

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PR – Partido Republicano

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

QM – Quartel de Marinheiros

RDM – Regulamento Disciplinar para a Marinha

SGC – Serviço Geral de Convés

SGM – Serviço Geral de Máquinas

SGT – Serviço Geral de Taifa

STF – Supremo Tribunal Federal

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNE – União Nacional dos Estudantes

UMNA – União dos Militares Não Anistiados

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO I – A VOZ DA MARUJADA: MARINHEIROS E A AMFNB.....36

1.1 – “Quem vem lá?!” O marinheiro da força naval brasileira e a gênese da associação fuzinauta 42

1.2 – “Tempestade pela proa, preparar para mau tempo!” Mobilização, demandas e a crise com a alta administração naval.....67

1.3 – “Hierarquia e disciplina, para alguns.” A escalada da crise e a questão disciplinar na Marinha.....78

CAPÍTULO II – NOS MARES ENCAPELADOS DO SUL.....106

2.1 – Rio Grande-RS e a AMFNB: A associação fuzinauta na “cidade vermelha”.....108

2.2 – O “Branco” nos mares do sul: O *Canopus* em águas riograndinas no contexto do ano de 1964.....122

CAPÍTULO III – DEPOIS DA TEMPESTADE...A TORMENTA: PERSEGUIÇÃO E REPRESSÃO NO PÓS-GOLPE 139

3.1 – “Pela borda!” O “expurgo” entre os praças da força naval.....141

3.2 – De volta aos pampas: (ex) marinheiros e (ex) fuzileiros em regresso a Rio Grande e cercanias.....161

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....169

FONTES 174

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 180

ANEXOS 186

INTRODUÇÃO

Dentre as muitas motivações que tive para o presente trabalho, as quais poderia aqui elencar, prefiro destacar apenas duas, que considero as principais. A primeira é a relação deveras próxima que tenho com o tema, especialmente por ser eu um homem do mar – marinheiro da Marinha de Guerra do Brasil – condição que não representou obstáculo para que levasse a cabo esta pesquisa, mas que, pelo contrário, conferiu-me uma perspectiva diferenciada e significativamente aproximada do objeto estudado. O que me levou a um exercício constante de afastamento e aproximação do mesmo, com o intuito de realizar a presente análise, com a isenção possível e necessária a todo trabalho historiográfico. A segunda motivação, à qual considero a mais importante, é a minha vivência em uma realidade de acentuada desigualdade social, onde o Estado esteve ausente (ou quase) na função de servir e assistir aqueles menos favorecidos. Vivência esta que me levou a refletir sobre o ato de “resistir”, em suas mais variadas formas dentro do contexto de uma relação social significativamente desigual. Deste modo, a fim de melhor apresentar as referidas motivações desta pesquisa, passo neste momento a discorrer brevemente sobre minha trajetória de vida.

Carioca, filho de pais maranhenses, eu cresci percorrendo os becos e vielas do Complexo do Alemão, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Aos catorze anos de idade fui morar na casa de minha amada avó – no bairro da Ilha do Governador, onde eu havia nascido – com minha mãe e meu irmão mais velho. Já naquela idade, devido às dificuldades que a vida nos impunha, tive que terminar meu ensino médio no período noturno, matriculando-me no antigo segundo grau técnico em contabilidade. Desta maneira, acreditava ser mais fácil conseguir um estágio de trabalho remunerado e assim ajudar minha família. Ainda aos catorze anos fui contratado como estagiário em uma empresa carioca de assistência médico-hospitalar, na qual, após aproximadamente dois anos, fui efetivado como funcionário. Sendo, inclusive, entrevistado em uma oportunidade por um jornal daquela cidade, para uma

matéria sobre jovens profissionais que viam nos estágios de trabalho oportunidades para iniciar uma carreira[1]. De fato minha intenção era, a partir daquela oportunidade, iniciar uma carreira e alcançar o objetivo profissional que desde criança sempre tive em mente, ser militar das Forças Armadas.

Muito por influência familiar sempre quis ser militar, em especial devido às estórias da vida na caserna e passeios em clubes e organizações militares quando criança com meus queridos tios “Zé Carlos” e Ricardo, sargento paraquedista do Exército e capitão de mar e guerra da Marinha, respectivamente. Ao completar dezoito anos de idade, a exemplo de muitos jovens filhos de famílias pobres, enxerguei na Marinha uma oportunidade imediata de melhorar um pouco de vida. Prestei concurso para as Escolas de Aprendizes-Marinheiros e no ano de 2001 embarquei em um ônibus com destino à Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco (EAMPE). Iniciava então a mais longa viagem e maior “aventura” de minha vida até então, deixando para trás família, noiva, amigos, cidade natal; enfim, deixando a mim mesmo para trás. Estava indo para um lugar que eu desconhecia, com pessoas que nunca tinha visto, mergulhar em uma rotina que ainda não sabia exatamente como seria. Todos os referenciais de mim mesmo estavam então resumidos a algumas fotos e objetos pessoais que levava em minha mala. Quando o ônibus começou a andar, eu olhei pela janela e, com o coração apertado e os olhos marejados, me despedi de minha família. Ainda não sabia, mas aquela era a primeira de muitas despedidas que iria viver a partir daquele momento. Vendo-os ficar para trás, me fazia a seguinte pergunta, a qual eu mesmo não conseguia responder: “O que estou fazendo aqui?”

O primeiro momento em que comecei a me questionar sobre o que exatamente seria ser marinheiro e qual seria meu lugar naquela instituição, foi no dia seguinte ao da nossa chegada à EAMPE, quando fomos todos

[1] *O Dia*, 26 out. 1999, Caderno de Educação, p.7.

"distribuídos para a faxina"[2]. Naquele instante um sargento disse em voz alta a todos nós: "Senhores, agora conhecerão sua principal função na Marinha, faxina!!!" Um oficial que estava a seu lado continuou: "E se em algum momento quiserem pensar, não pensem! Cumpram o que lhes for determinado e deixem que eu penso por vocês!!!" Os dois riram e eu fiquei um pouco sem entender aquilo, acreditando que se tratava de parte de um processo de adaptação à nossa nova vida. Durante aquele ano fiz novas e eternas amizades, adquiri novos valores e conhecimentos e, ao final, percebi que estava diferente e que algo – além do físico e da cor morena da pele devido ao sol nordestino – havia mudado em mim. Eu era um marinheiro! Mesmo sem ter embarcado ainda, em um curto espaço de tempo havia assimilado alguns valores e características próprias daqueles homens, como: o linguajar, a maneira de ser e o gosto por bebida, cigarro e boemia. Estes valores e características, plantados na EAMPE, iriam se desenvolver a bordo dos navios, no meu caso no porta-aviões *São Paulo*, capitânia[3] e maior navio da esquadra brasileira, onde embarquei ao ano final do ano de 2001, após concluir o curso na escola.

Mesmo depois do tempo na escola e da chegada ao *São Paulo* eu ainda não conseguia saber exatamente o que era ser "marinheiro". Mas, no dia do meu embarque no porta-aviões me foi mais uma vez "apresentado" o meu lugar naquela instituição, ainda no cais do Arsenal de Marinha[4] do Rio de Janeiro (AMRJ), onde estávamos todos aqueles recém-chegados da escola de Pernambuco fardados de branco e ainda sem sequer ter subido a bordo para guardar nossos pertences. Lá estava um carregamento de gêneros alimentícios para ser embarcado , um caminhão com sacas de arroz e garrafões de vinho e outro com peru. Do portaló[5] um oficial determinou que colocássemos nossas

---

[2] Os recém-chegados são reunidos e distribuídos para diversas atividades de limpeza e manutenção no quartel.
[3] É o principal navio de uma esquadra. Construído em meados do século XX, o *São Paulo* foi adquirido junto à França – antigo porta-aviões *Foch* – e chegou ao Brasil no ano de 2001.
[4] Onde até hoje fica atracado o porta-aviões "São Paulo".
[5] Entrada principal de um navio.

bolsas no chão e tirássemos a parte de cima da farda, para que assim pudéssemos carregar nas costas os mantimentos para bordo do navio. Ao final da faina[6] perguntei a um sargento do navio o porquê não foram utilizadas as esteiras com roletes e o guindaste dos quais o navio dispunha – que mais tarde descobri que a função destes equipamentos era exatamente auxiliar no embarque de carga no navio – e que estavam bem próximos ao portaló. Ele me respondeu: "O tenente disse que tem que poupar o material do navio." Eu começava a sentir que a diferença entre oficiais e marinheiros ia muito além dos uniformes, e que as histórias sobre a "Revolta da Chibata"[7] não eram apenas uma luta pelo fim das chibatadas na Marinha. Comecei a perceber que esta era uma questão relacionada a um *status quo* de dominação, submissão e resistência. Que, perpassado por questões relativas a origens étnicas e sociais, se legitimava e subsistia fundamentado em "tradições inventadas"[8] e normas não escritas, para além dos regulamentos navais.

As tensões geradas pela extrema desigualdade social em nosso país, bem como, as lacunas deixadas pelo Estado junto às populações mais carentes, especialmente no que concerne a direitos básicos como: saúde, educação, lazer e segurança. Abrem um significativo espaço para atuação de determinados grupos interessados, seja em assistir aquelas populações em condição de vulnerabilidade social extrema, ou, em auferir vantagens políticas e/ou econômicas, como algumas organizações criminosas, por exemplo. Estes grupos atuam exatamente nas lacunas deixadas pelo Estado, preenchendo-as e fazendo o papel do poder público junto àquelas populações. Cresci em um ambiente assim e por este motivo, em minha graduação, analisei a relevância

[6] Denominação que se dá na Marinha a algum trabalho ou faxina que deva ser realizada.
[7] Como ficou conhecido o levante dos marinheiros da Armada Brasileira ocorrido em 1910, após a publicação, pelo jornalista Edmar Morel em 1959, de livro de mesmo nome.
[8] Conforme o entendimento de Hobsbawm (HOBSBAWM, 2006, p.229)

desta situação no desenrolar da "Guerrilha do Araguaia"[9], ou seja, como atuaram guerrilheiros e tropas federais nestes espaços deixados pelo Estado brasileiro junto às populações das localidades onde se deu o conflito armado.

Conforme os anos iam passando eu, ainda marinheiro, ouvia relatos e vivenciava experiências que me faziam perceber a existência de uma significativa tensão social interna à própria Marinha. Especialmente no que se referia às relações sociais estabelecidas entre oficiais e marinheiros, sobretudo a bordo dos navios. Em certa medida, estas tensões internas se relacionavam às disputas sociais vivenciadas no todo da sociedade brasileira, do qual as Forças Armadas também fazem parte. Foi seguindo esta ideia que, ainda no ano de 2008, durante minha especialização na Universidade Federal Fluminense (UFF), iniciei minhas pesquisas sobre o movimento dos marinheiros da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) entre os anos de 1962-1964.

Por força da carreira naval, no ano de 2013, fui transferido para servir na cidade de Rio Grande-RS, onde desde o ano de 1983 está instalado o Comando do 5º Distrito Naval, cuja jurisdição abrange todo litoral, rios e vias navegáveis dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul[10]. Já conhecia a urbe riograndina das muitas vezes em que os navios nos quais estive embarcado "singraram os bravios mares do sul". Ocasiões estas em que pude encontrar refúgio e descanso no porto desta que, até então, era a cidade brasileira mais ao sul que eu conhecia.

No entanto, ao fixar residência em Rio Grande passei a observar a cidade com olhos de quem não estava apenas de passagem. E assim, logo nos primeiros dias como "cidadão riograndino", percebi a íntima relação da cidade com o mar e a significativa relevância que seu porto tem para o país como um

[9] Como ficou conhecido o conflito armado ocorrido na região do baixo Araguaia, conhecida como "bico do papagaio" devido ao formato no mapa da região de fronteira entre os estados do Mato Grosso, Pará e Tocantins.
[10] Conforme Decreto-Lei nº 8.181 de 19 de novembro de 1945.

todo (especialmente por questões econômicas) e para a Marinha mais especificamente. Pois, percebi que em todas as viagens ao sul do país que havia realizado até então em minha carreira naval, o porto de Rio Grande sempre foi local certo de atracação. Pois, mesmo antes de figurar como sede do 5º Distrito Naval, Rio Grande constituía-se enquanto localidade estratégica no apoio aos navios da Marinha. Sendo, quase sempre, o último porto nacional em que atracavam antes de seguir viagem aos países mais ao sul do continente americano. A partir daquele instante passei a refletir sobre a relevância estratégica daquela cidade para o país a partir de uma perspectiva político-econômica, bem como, de sua importância simbólica para a força naval brasileira. Haja vista que, não obstante a íntima relação da urbe riograndina com o mar é também ela a cidade natal de Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré, patrono da Marinha Brasileira.

Deste modo, passei a me questionar sobre qual teria sido o papel da Marinha em Rio Grande por ocasião do golpe civil-militar de 1964. Este questionamento ganhou os contornos da pesquisa que ora apresento, quando ao caminhar pela Rua Silva Paes, no centro da cidade, deparei-me com um pequeno sobrado onde estava estabelecida uma Associação de Veteranos da Marinha do Brasil. Naquele instante fiquei muito curioso, pois, não é comum encontrar associações de veteranos militares com uma abrangência tão grande. Ou seja, normalmente essas associações restringem-se a segmentos da instituição militar[11] e não a toda Força Armada, como é o caso desta em Rio Grande.

Ao visitar a associação encontrei alguns militares, todos praças reformados, que após longas conversas e muitas perguntas, indicaram-me os nomes de alguns associados que estiveram envolvidos com o movimento dos marinheiros. Era o elo que faltava para que eu me debruçasse sobre a hipótese de que, considerando a já mencionada relevância da urbe riograndina, de

[11] Como a Associações de Veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais, por exemplo.

alguma forma membros da AMFNB atuaram junto aos subalternos da Marinha no estado gaúcho, a partir da cidade de Rio Grande, no contexto dos anos de 1962-1964. A partir daquele momento iniciei uma pesquisa por fontes em "águas nunca antes navegadas", deparando-me com as dificuldades e desafios inerentes às questões relacionadas ao golpe civil-militar de 1964 e à própria ditadura estabelecida no país a partir daquele ano. Tema tão delicado e ainda muito presente na história brasileira, o que leva o historiador a muitas ricas reflexões sobre esse processo no âmbito regional.

Neste sentido a mobilização de marinheiros e fuzileiros navais, na conjuntura do período abordado nesta pesquisa, foi de grande importância para o desdobramento dos acontecimentos que culminaram com a deposição do presidente João Goulart e a implementação da ditadura civil-militar no Brasil. Apesar desta relevância, existem ainda poucos trabalhos historiográficos que tenham como objeto principal de pesquisa a mobilização daqueles militares entre os anos de 1962 e 1964. Um relativo silenciamento historiográfico pontuado por poucos trabalhos, mas que se acentua ainda mais quando se desloca o enfoque do tema para a cidade de Rio Grande. De modo que, na historiografia regional o que encontramos foi apenas menção ao navio *Canopus* e à atuação do Capitão dos Portos do Rio Grande do Sul, sem um devido aprofundamento.

Neste sentido, o relativo silenciamento passa a constituir-se em uma lacuna historiográfica. Em uma abordagem mais abrangente, alguns autores trabalham a mobilização dos marinheiros – principalmente a assembleia da AMFNB no sindicato dos metalúrgicos da Guanabara – como parte decisiva, ou "a gota d'água" (FERREIRA e GOMES, 2014, p.315) da crise do governo Goulart em 1964. Porém, não aprofundam suas análises de modo a buscar uma melhor compreensão do contexto das reivindicações daqueles militares, bem como, da escalada da crise com a alta administração naval.

Thomas Skidmore classifica a associação fuzinauta[12] como “um sindicato que exigiria melhoria de condições de trabalho a seus comandantes [...] e que havia ganho o apoio dos marinheiros liderando suas revindicações de melhor soldo e o direito de se casarem e de usar trajes civis quando fora do serviço” (SKIDMORE, 2003, p.358). Em sua obra o autor ressalta a espontaneidade do movimento e a proporcionalidade deste com as questões sociais e profissionais reivindicadas por aquele segmento de militares da Marinha. Skidmore atribui ainda um estreito relacionamento da liderança da AMFNB – em especial o marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos – com entidades de classe e, principalmente, com o movimento estudantil. Em sua abordagem o autor caracteriza o movimento dos marinheiros como “espontâneo” e altamente influenciado pelas esquerdas radicais, colocando a luta por direitos e garantias sociais e a própria questão social inerente aos quadros da força naval em segundo plano, em favor da crise política em 1964.

Já o historiador Daniel Aarão Reis classifica a mobilização dos integrantes da AMFNB como “a insubordinação da associação dos marinheiros no Rio de Janeiro” (REIS, 2004, p.38), sem fazer referência às suas demandas específicas ou à questão social inerente aos quadros da Marinha do Brasil, reduzindo assim a mobilização dos marinheiros a uma questão meramente disciplinar. De modo semelhante, o historiador Bóris Fausto aborda a mobilização dos marinheiros dentro da conjuntura imediatamente anterior ao evento golpista, caracterizando-a como “um grave acontecimento militar que ajudou a criar um clima ainda mais favorável aos conspiradores” (FAUSTO, 2007, p.460), isto devido aos aspectos de quebra da hierarquia e indisciplina conferidas ao movimento dos integrantes da AMFNB. Não obstante destacar a atuação da associação fuzinauta “na luta pela garantia de direitos aos marinheiros e por melhores vencimentos” (FAUSTO, 2007, p.460), Bóris Fausto

[12] Termo empregado na Marinha para fazer referência a algo comum à marinheiros e fuzileiros navais.

também confere maior relevância à questão disciplinar em detrimento das demandas sociais de marinheiros e fuzileiros navais no contexto tensionado dos anos iniciais da década de 1960. Reforçando o discurso da historiografia tradicional que atribui ao aspecto disciplinar e não à questão social – há muito negligenciada – a origem da crise disciplinar. Em contrapartida, mesmo sem se aprofundar nas raízes das demandas dos marinheiros, Nelson Werneck Sodré aponta para algumas contradições nas interpretações da mobilização fuzinauta, principalmente no que concerne aos aspectos disciplinares durante o auge da crise no ano de 1964. Segundo o autor:

> Em 25 de março, a situação se agravaria consideravelmente quando um caso que já vinha se arrastando, e mal colocado sempre, por incompreensão da autoridade principalmente, o dos marinheiros, atingiria o perigoso paroxismo da reunião num sindicato [...] gerando episódio que serviu à ampla exploração dos que viam nele os aspectos exteriores de indisciplina, quando não os de subversão no seu limite mais amplo [...] as reivindicações iniciais dos marinheiros, antes da questão atingir o nível a que chegaria no dia 25 de março, colocavam-se em nível exequível. Convenientemente tratadas, sem preconceitos, teriam evitado o agravamento do problema. (SODRÉ, 2010, p.470)

Sodré problematiza a crise disciplinar na Marinha no contexto do processo que culminou com o golpe que depôs o presidente Goulart. O autor busca compreender as raízes desta crise, ressaltando a maneira como foram conduzidas as reivindicações dos subalternos em um cenário social tensionado no seio da força naval.

Em uma análise com foco mais reduzido acerca da crise entre a AMFNB e a alta administração naval, os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes enfatizam as demandas fuzinautas, ressaltando que “marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra tinham várias e antigas reivindicações não atendidas” (FERREIRA e GOMES, 2014, p.316). Neste sentido, acerca da assembleia do dia 25 de março no sindicato dos metalúrgicos da Guanabara, os autores afirmam que “é importante compreender o contexto político que envolveu a preparação e realização desse evento, bem como as personagens que nele atuaram e acabaram em cena

aberta" (FERREIRA e GOMES, 2014, p.317). Sem deixar de destacar a relevância da questão disciplinar nas Forças Armadas no contexto da derrocada final do governo Goulart, os autores contextualizam as reivindicações dos subalternos e a própria questão social latente Marinha, em um cenário de efervescência política e intensas mobilizações e lutas sociais.

Dentre o conjunto de obras que abordam de modo mais específico o movimento dos marinheiros da AMFNB, ocorre uma predominância daquelas de cunho memorialista. Mas é possível destacar alguns trabalhos historiográficos, entre os quais ressaltamos o posicionamento do historiador Paulo Parucker, que analisa os movimentos oriundos dos escalões inferiores das Forças Armadas com enfoque nos movimentos dos sargentos em Brasília[13], mas que também aborda a mobilização dos marinheiros, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Em sua obra o historiador apresenta o "movimento político dos subalternos militares no Brasil, de 1961 a 1964" (PARUCKER, 2009, pp. 15), contextualizando os marinheiros e a AMFNB como "protagonistas dos acontecimentos da Semana Santa de 1964, que teriam precipitado a deposição de Goulart" (PARUCKER, 2009, p.16). Situando-os assim em uma conjuntura maior de luta de classes na sociedade brasileira dos anos iniciais da década de 1960. Deste modo, Paulo Parucker confere significativa relevância à questão social nas forças militares brasileiras, sobretudo na Marinha, e às demandas de seus quadros subalternos.

Em uma análise mais específica, Flávio Luís Rodrigues analisa a mobilização dos subalternos da Marinha do Brasil e sua luta por direitos sociais, políticos e por melhores condições de trabalho. O autor enfatiza a atuação combativa da segunda diretoria da AMFNB junto à alta administração naval, suas reivindicações relacionadas à carreira naval de seus representados

[13] Movimento armado liderado por sargentos das Forças Armadas em Brasília no ano de 1963. Os sargentos se mobilizaram reivindicando sua elegibilidade e se sublevaram quando o Supremo Tribunal Federal decidiu contra a posse do sargento do Exército Almoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado no Rio Grande do Sul. Este militar havia concorrido à eleição por força de uma liminar.

e a direitos políticos e garantias sociais a eles negados pelo comando da Marinha. Rodrigues ressalta também a proximidade da AMFNB com organizações e entidades de esquerda e afirma que associação fuzinauta “mostrava-se simpática às reformas defendidas pelo governo de João Goulart e a seu trabalhismo reformista” (RODRIGUES, 2004, p.12). Em sua análise, Rodrigues procura evidenciar a participação dos marinheiros enquanto sujeitos sociais no contexto que culminou com o golpe em 1964, do mesmo modo como são assim reconhecidos pela historiografia outros segmentos sociais, como, por exemplo, estudantes e camponeses. Reconstruindo as experiências sociais daquele segmento específico em detrimento de posicionamentos de historiadores, jornalistas e cientistas políticos. Que analisam a mobilização dos marinheiros como um movimento influenciado por forças comunistas ou por elementos das elites nacionais alinhados com os interesses dos Estados Unidos da América (EUA) no país, em detrimento da legitimidade das reivindicações dos marinheiros e da questão social latente na Marinha.

Em sua pesquisa de mestrado, o historiador Anderson da Silva Almeida discute as trajetórias dos integrantes da AMFNB a partir da mobilização destes militares pela reivindicação de direitos e melhorias nas condições de trabalho e carreira. Porém, o autor se atém principalmente à radicalização do movimento às vésperas do golpe e à participação de muitos daqueles marinheiros em organizações que enveredaram pelo caminho da luta armada contra os governos militares no pós-golpe. Anderson analisa a questão política que envolvia a AMFNB no contexto do embate com a oficialidade da Marinha e do apoio à política reformista adotada pelo presidente Goulart. O historiador ainda problematiza a questão da quebra de hierarquia pelos subalternos quando

> [...] fuzileiros navais, integrantes da AMFNB, apareceram envolvidos na chamada Revolta dos Sargentos, ocorrida em Brasília em setembro de 1963, contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que se pronunciou pela ilegalidade do Sargento Almoré Zoch

> Cavalheiro, eleito deputado estadual pelo PTB[14] do Rio Grande do Sul. (ALMEIDA, 2010, p.49-50)

No que concerne à Rio Grande, não há na historiografia – mesmo na historiografia local – pesquisas que analisem os desdobramentos da mobilização dos marinheiros ou uma eventual atuação da AMFNB na cidade. Deste modo, em se tratando de um tema ainda tão "vivo" na história de nosso país como o golpe civil-militar de 1964, que desperta temores e paixões em grande parte da população, mesmo daqueles que não vivenciaram o período em questão. E ainda, diante do ineditismo da pesquisa, marcada pela "ausência" e pela "indisponibilidade" de grande parte das fontes oficiais em uma cidade ligada intimamente com o signo maior de sua repressão, cuja presença física – representado pelo Comando Distrital da Marinha – se mantém vivo na memória social da comunidade riograndina. Optamos por iniciar nossa busca por fontes a partir da memória de militares e ex-marinheiros que participaram da mobilização fuzinauta na cidade do Rio de Janeiro. Especialmente daqueles que voltaram a residir na zona sul do estado gaúcho, e ainda, de civis que de alguma forma sofreram com a repressão na urbe riograndina. As narrativas construídas por estes indivíduos denotam ser aquele um passado ainda muito presente ou uma questão "mal resolvida", tanto para os próprios narradores[15] quanto para a cidade de Rio Grande como um todo.

Em um cenário de pesquisa marcado por fontes fugidias, devido ao próprio contexto atual referente às documentações e acontecimentos relativos ao golpe, foram essas narrativas que nos apontaram para outras fontes, especialmente aquelas relativas aos processos que puniram administrativa e penalmente muitos daqueles militares. E ainda, documentações da rotina burocrática dos dois navios que atuaram diretamente na repressão na cidade

---

[14] Partido Trabalhista Brasileiro.

[15] No sentido de que muitos ainda lutam na justiça em busca de reparações morais e materiais em virtude dos danos físicos, psicológicos e profissionais advindos da repressão iniciada no ano de 1964.

de Rio Grande: o navio hidrográfico *Canopus* e o contratorpedeiro *Pernambuco*. Documentações estas que, por ser eu também um marinheiro, sabia que teriam muito a contribuir para a presente pesquisa, sobretudo aquelas relacionadas aos registros de carreira dos militares e rotinas de bordo, tais como: cadernetas registro, livros dos navios, livros de quartos de serviço, livros de contravenções disciplinares, ofícios, informes, ordens de serviço, entre outras. Demais fontes, como algumas normas e regulamentos da Marinha, também se revelaram de significativa importância, pois, enquanto um "historiador-marinheiro" procurei estabelecer relações com determinadas tradições navais, de modo a alcançar o sentido das referidas fontes e tradições dentro do escopo desta análise historiográfica. Buscando nas "entrelinhas" tanto das fontes de memória, quanto das oficiais e de imprensa, reconstruir a trajetória de subalternos da Marinha que se mobilizaram em torno da AMFNB e sua atuação na cidade de Rio Grande. No sentido de que, segundo Carlo Ginzburg (1991, p.177) "se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la."

Sendo assim, considerando que as narrativas daqueles militares e ex-militares tem função fundamental na presente pesquisa, em uma perspectiva teórico-conceitual a memória assume papel de destaque na reconstrução da trajetória dos marinheiros enquanto segmento social. Na medida em que ao propagar a ideia dos "vencedores" em relação aos acontecimentos passados, a "memória oficial" relega ao esquecimento histórico, segmentos como o dos marinheiros. Bem como, suas demandas e atuação na cena política, seja internamente à Marinha ou em âmbito nacional, como em 1964.

Destarte, acompanhando a ideia de Michael Pollak, ao analisarmos as "memórias subterrâneas das minorias, dos marginalizados e dos excluídos" (POLLAK, 1989, p. 4), torna-se possível compreender, de modo mais aprofundado, como determinados acontecimentos políticos ocorrem, e que só ocorrem a partir de pressões sociais. Nesta medida, de acordo com Thompson "ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de

baixo, traz-se ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados" (apud LUCA, 2011, p. 113).

Considerando que a memória não se reduz ao simples ato de recordar, podemos observar diversas concepções sobre a mesma. Para Maurice Halbwachs (2003, p. 39), a memória seria um processo coletivo fruto da interação individual com os outros (o fenômeno social), possibilitando assim, que as pessoas se lembrem de determinados fatos. Deste modo, cria-se a concepção de uma memória coletiva que abrangeria toda uma influência da cultura social na sua formação. Já para Marilena Chauí, a memória "é a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total" (CHAUÍ, 1995, p. 125). Enquanto que para Alessandro Portelli "a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico" (PORTELLI, 1997, p.16), ou seja, é um fenômeno essencialmente individual que se constrói a partir das relações sociais entre os indivíduos integrantes de um determinado grupo.

Ainda que a memória seja uma capacidade humana, como afirma Chauí (1995, p. 125), e, portanto individual enquanto faculdade mental. Faz-se necessário considerar que ela se constrói a partir das relações sociais, as quais estabelecem pontos comuns entre as diversas memórias de indivíduos que compõem um grupo ou segmento social.

De modo que, segundo Halbwachs (2003, p. 39), para que lembranças sejam reconstruídas sobre uma base comum é necessário que existam muitos pontos de contato entre as memórias individuais. E que essas lembranças se distribuem individualmente "dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais [...], portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas" (HALBWACHS, 2003, p. 71).

Acerca desta "memória coletiva" Joel Candau considera:

> [...] impossível admitir que essa expressão designe uma faculdade, pois, a única faculdade de memória realmente atestada é a memória individual [...] a expressão "memória coletiva" é uma representação, uma metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um

> grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo. (CANDAU, 2014, p.24)

Neste sentido, mesmo não sendo a “memória coletiva” uma capacidade mental humana, ou ainda, uma mesma memória compartilhada pelos membros de uma coletividade. Enquanto fenômeno de interação social, dentro de um grupo ou segmento, onde lembranças individuais convergem em diversos pontos constituindo uma base comum, consideramos que ela é um construto social fundamental para a construção ou (re) afirmação de identidades e o estabelecimento de suas fronteiras. Deste modo, a memória social seria a convergência dos diversos pontos comuns das memórias individuais dos integrantes de um grupo ou segmento social acerca de determinados acontecimentos, construindo uma representação de um passado vivenciado por seus integrantes ou transmitido pelos mesmos ao longo do tempo.

Devido à predominância da perspectiva positivista no estudo de História Militar ou com enfoque militar, durante muito tempo a memória não foi considerada como fonte para análises historiográficas, especialmente neste campo. Isto devido à sua subjetividade, às eventuais distorções em sua narrativa e principalmente pelo seu aspecto individual. Atualmente, com a incorporação de temas contemporâneos à História:

> [...] passou-se a valorizar também a análise qualitativa, e o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social (ALBERTI, 2011, p.166).

Deste modo, a subjetividade e as distorções da memória presentes nas narrativas passaram a constituir-se em importantes fontes de análise e crítica para apreender a realidade e a trajetória de determinados indivíduos e segmentos sociais num passado recente.

Enquanto principal fundamentação metodológica desta pesquisa, um dos aspectos mais significativos da História Oral “está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências,

incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas" (ALBERTI, 2011, p.165), permitindo questionar determinados posicionamentos predominantes na historiografia acerca do movimento dos marinheiros durante o período em tela. De acordo com o entendimento de Michael Pollak "não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração e estabilidade" (POLLAK, 1989, p.4), sobretudo no caso específico da mobilização fuzinauta, bem como da atuação daqueles militares na cidade de Rio Grande e da repressão sobre estes advinda.

Neste sentido, trabalhamos a História Oral na presente pesquisa, enquanto ferramenta metodológica, a partir dos métodos e teorias propostos por autores como Alessandro Portelli, Verena Alberti e Michael Pollak, onde apesar de se constituir em "uma ciência e arte do indivíduo" (PORTELLI, 1997, p. 15) a História Oral contribui para trazer à cena historiográfica "uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos" (POLLAK, 1989, p.8). Sendo aqui trabalhada como uma história "militante [...] como solução para *dar voz* [Grifo nosso] às minorias e possibilitar a existência de uma História *vinda de baixo* [Grifo nosso]" (ALBERTI, 2011, p.157). Analisando as fontes orais sem apreender as narrativas como imagens fidedignas do passado ou buscar nas mesmas a verdade histórica daquilo que se pesquisa. Nem tampouco, reduzindo a análise histórica a uma polarização entre a "história" de determinados segmentos sociais, de maneira que:

> [...] a entrevista, em vez de fonte para o estudo do passado e do presente, torna-se a revelação do real. [...] O equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é "História" e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise. [...] Polarizações do tipo "História de baixo" *versus* "História de cima" contribuem para diluir a própria especificidade e relevância da História oral – ou seja – a de permitir o registro e o estudo da experiência de um número cada vez maior de grupos, e não apenas dos que se situam em uma posição ou outra na escala social. (ALBERTI, 2011, p.158)

No contexto do que se propõe esta pesquisa, entendemos que, ao buscar reconstruir a trajetória de marinheiros e fuzileiros que se mobilizaram em torno da AMFNB, conferindo-lhes lugar de “agentes ativos da história e participantes do processo de fazê-la” (PORTELLI, 1997, p.13) a memória torna-se essencial na medida em que “está atrelada à construção de sua identidade” (ALBERTI, 2011, p.167). Deste modo, ela passa a dialogar com os dois referenciais teóricos que fundamentam a presente análise historiográfica, a saber: História Política e História Social. Este primeiro que, desde meados do século XX, passou a analisar questões afetas aos mais variados campos da sociedade, considerando que o social também é político, já que pode precipitar-lhe profundas mudanças – como no caso da mobilização dos marinheiros inserida na conjuntura dos movimentos sociais anteriores ao golpe de 1964. Ou seja, o político “é uma modalidade da prática social” (RÉMOND, 2003, pp. 35 e 36), na medida em que, de acordo com Verena Alberti (2011, p.166), seria a História Política entendida:

> [...] não mais como história dos “grandes homens” e “grandes feitos”, e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos de interesse; o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões etc.; [...]

Desta maneira, passamos ao segundo e mais premente referencial teórico que fundamenta esta pesquisa, no sentido de que, segundo Eric Hobsbawm (2013, p. 111-112):

> A história social nunca pode ser mais uma especialização, como a história econômica ou outras histórias hifenizadas, por que seu tema não pode ser isolado. [...] os aspectos sociais ou societários da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos do seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização.

A partir desta perspectiva da História Social, ainda que em diversos momentos tangenciando uma abordagem próxima à da História Militar, analisaremos a mobilização dos marinheiros entre os anos de 1962 e 1964 no contexto do “conjunto das relações sociais” (THOMPSON, 2001, p.248). Isto é,

enquanto um movimento de cunho social e base econômica, com caráter essencialmente reivindicatório, que contribuiu para significativas mudanças políticas no país. Sem, no entanto, “isolar o fenômeno de crise manifesta do contexto mais amplo de uma sociedade em transformação [...] que não apenas propicia, mas requer uma compreensão abrangente da estrutura e dinâmica sociais [...]” (HOBSBAWM, 2013, p.130). Ou seja, somente poderemos compreender a mobilização dos marinheiros e seus desdobramentos nos anos seguintes se a analisarmos como parte integrante de um contexto social específico.

Neste sentido, a dissertação que ora se inicia está disposta em três capítulos. No primeiro capítulo buscaremos evidenciar as origens do “marinheiro” da Marinha de Guerra Brasileira, problematizando questões atinentes à carreira, ao cotidiano dos mesmos em relação à oficialidade naval, e ainda, à representação construída junto ao imaginário popular. Ainda neste capítulo, procuraremos analisar a trajetória da associação fuzinauta no contexto tensionado vivenciado pelo país entre os anos de 1962-1964, bem como, o próprio processo de escalada da crise entre a AMFNB e a alta administração naval.

No segundo capítulo passaremos a analisar os indícios que apontam para uma eventual atuação da AMFNB na urbe riograndina, mais especificamente a partir do ano de 1963, com base na relevância estratégica da cidade à época e de sua importância simbólica para a Marinha. Neste contexto, analisaremos a repressão capitaneada pela Marinha em Rio Grande, na esteira da importância desta cidade no estado gaúcho e de sua forte tradição de lutas trabalhistas e mobilizações sociais. Destacamos neste capítulo a análise de documentações oficiais da Marinha que atestam o emprego do navio *Canopus* como presídio para a detenção de lideranças civis e militares de Rio Grande durante o mês de abril de 1964.

Já no terceiro e último capítulo, trabalharemos aspectos atinentes à repressão desencadeada contra membros e apoiadores da AMFNB, no

contexto da chamada “operação limpeza”, especialmente contra aqueles que de alguma forma atuaram ou poderiam atuar na cidade de Rio Grande. E ainda, aspectos concernentes ao regresso de alguns desses ex-militares à zona sul do estado gaúcho após o “expurgo” realizado nos quadros de subalternos da força naval imediatamente após o golpe. Bem como, ao acompanhamento e perseguição a esses ex-militares, conduzido pela Marinha em Rio Grande e cidades situadas na zona de influência da autoridade naval sediada na urbe riograndina, mais precisamente na Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul.

Durante os três capítulos nós faremos uso do recurso metodológico da História Oral para análise das fontes de memória, mais especificamente das entrevistas realizadas durante a pesquisa. As demais fontes – oficiais e de imprensa – serão analisadas sob uma perspectiva qualitativa, ainda que em alguns momentos possamos nos utilizar de recursos quantitativos para ressaltar algum aspecto mais relevante.

Desejamos que a presente pesquisa contribua para uma melhor compreensão das causas da mobilização e da própria trajetória de marinheiros e fuzileiros navais em torno da AMFNB, em especial na cidade de Rio Grande.

Largar todas as espias!
Máquinas adiante toda força!
Vamos navegar!

CAPÍTULO I
A VOZ DA MARUJADA: MARINHEIROS E A AMFNB

Neste primeiro capítulo iremos buscar identificar o "marinheiro" da Marinha de Guerra Brasileira – origens, carreira e rotina – e ainda, contextualizar a gênese e a própria trajetória da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil em relação ao momento político-social do país à época, problematizando as demandas e reivindicações de seus integrantes, bem como, sua mobilização durante o período em tela.

Neste sentido, no fim do ano de 2014, ao ler uma edição da Revista do Clube Naval[16] duas matérias chamaram-me atenção. A primeira era uma reportagem sobre o movimento de militares do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), ocorrido no ano de 2011[17] e a greve dos policiais militares da Bahia no ano seguinte. Nesta matéria o autor[18] aponta para um eventual "desmonte do Estado de direito" (FLORES, 2012, p.8) uma vez que estariam sendo afrontados, por estes movimentos, dispositivos constitucionais[19] que vedam aos militares das Forças Armadas e Auxiliares a sindicalização e a greve, bem como, apresentam a hierarquia e a disciplina enquanto preceitos básicos[20] da organização dessas instituições. E ainda, segundo o autor, esta ameaça ao estado de direito no Brasil, se daria pelo fato de que as autoridades constituídas não estariam fazendo cumprir as normas constitucionais, punindo, na forma da lei, os integrantes daqueles movimentos na medida de suas responsabilidades. Uma vez que, o governador da Bahia à

---

[16] Revista do Clube Naval, ano 120, nº361, Jan/Fev/Mar, 2012, p. 8-9.
[17] Movimento constituído, fundamentalmente, por cabos e soldados daquela instituição que reivindicavam, principalmente, questões ligadas à carreira e melhorias salariais (a remuneração – soldo mais gratificações e adicionais – de um soldado bombeiro no Rio de Janeiro era de aproximadamente R$950 naquele ano). O ponto alto daquela mobilização foi a ocupação do pátio do quartel general da corporação por um numeroso grupo de militares integrantes do movimento e seus familiares. Este episódio terminou aproximadamente 13 horas após o início da ocupação, já na manhã do dia 04 de junho, com a invasão do local por tropas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e a prisão de centenas de bombeiros.
[18] Almirante de Esquadra reformado Mário Cesar Flores.
[19] Parágrafo 1º do art.42 e parágrafo 3º do art. 142 em seu inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB-1988).
[20] Artigo 42 da CRFB-1988.

época, Jaques Wagner, se mostrou pouco disposto a “se contrapor ao descalabro usando o peso do rigor legal” (FLORES, 2012, p.9), enquanto que o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, demonstrou uma “receptividade aparentemente simpática [...] pelas decisões da Assembleia Legislativa estadual e do Congresso Nacional, que inibiram respectivamente as punições administrativas e penais aos amotinados [...]” (FLORES, 2012, p.9). Logo na sequência, a referida revista trouxe como “reminiscência”[21] uma palestra proferida pelo almirante Antão Àlvares Barata[22] em 20 de novembro de 1961, onde ele inicia com as seguintes palavras:

> A Marinha e a nação foram surpreendidas e alarmadas na manhã de 23 de novembro de 1910, com a notícia de que, cerca de 23 horas da noite precedente, tinham-se sublevado os marinheiros dos navios da Armada, sem que pudessem imaginar os motivos de tal levante. Vamos agora, procurar determinar esses motivos, que permitiram essa ocorrência de tão nefastas consequências. [...] (BARATA, 2012, p.10)

O palestrante seguiu argumentando contra algumas manchetes de jornais da época, como as do *Diário de Notícias* e do *Correio da Manhã*, que criticavam a prática da chibata na Marinha e militavam pela anistia aos marinheiros revoltados. O principal argumento do almirante Antão é que os castigos corporais estariam garantidos pelo Decreto nº 328 de 12 de abril de 1890, que (re) instituíra as referidas punições na Marinha, abolidas[23] no ano anterior. Segundo o oficial, aqueles castigos não haviam sido o real motivo para o levante dos marinheiros em 1910:

> À primeira vista pode parecer que o castigo corporal era *privilégio* do Brasil. Todavia, em várias nações, como a Inglaterra, a Alemanha, a França e outras mais, o açoite era habitualmente usado. [...] Naquele tempo era comum verem-se alemães com o rosto retalhado de

[21] A matéria sobre os movimentos de bombeiros do Rio de Janeiro e policiais militares da Bahia encontra-se na parte da revista destinada à “política interna”, na sequência, está um espaço destinado à “reminiscência”.

[22] Ainda no posto de capitão de mar e guerra, Antão Álvares Barata foi o segundo comandante do 5º Distrito Naval, assumindo o cargo em 31 de outubro de 1946 com a missão de instalar e inaugurar os serviços daquele distrito.

[23] Conforme Decreto nº 3 de 16 de novembro de 1889, que reduziu o tempo de serviço de algumas classes na Armada e extinguiu nesta o castigo corporal.

> cicatrizes provenientes de castigos corporais, que eles suportavam com galhardia, para serem considerados homens valentes e duros. Mas, além desses brancos alemães, também negros e bugres *sujeitavam-se* aos castigos físicos e severos, enfrentando-os com destemor, para serem tidos como valentes guerreiros e até mesmo para estarem em condições de contrair matrimônio. [...] Portanto, é perfeitamente plausível admitir que a nossa marujada de então, *desprovida de condições morais e intelectuais* para sentir o aspecto aviltante do castigo, *aceitasse-o com naturalidade*, como uma oportunidade para mostrar a superioridade física e moral de cada um, comprovando, pela resistência ao sofrimento, ante toda a guarnição, que era um verdadeiro homem, que adquire assim maior prestígio perante seus companheiros da unidade. [...] Tudo isso era *aceitável e compreensível* em face da mentalidade *atrasada e ignorância* do pessoal, que então compunha as guarnições dos navios. [...] No entanto, o castigo da chibata geralmente era aplicado com *repugnância* pelos comandantes, obrigados a cumprir a lei e a preservar a disciplina, pois o objetivo de tal prática era dar um exemplo [...] (BARATA, 2012, p.11) [Grifos nossos]

Em seu discurso evidenciam-se alguns aspectos muito relevantes na relação entre oficiais e marinheiros, entre os quais destacamos o valor simbólico da hierarquia na força naval. Onde as tradições revestem-se de significativa relevância no contexto da definição do lugar social destes militares na corporação, especialmente a bordo dos navios. Haja vista o posicionamento do palestrante quando fundamentou seus argumentos sobre aspectos relacionados à tradição, ao buscar justificar o emprego da chibata na Marinha Brasileira em plena República. Deste modo, estas "tradições", segundo as quais – de acordo com Antão Barata – as chibatadas seriam "aceitas com naturalidade" pela marujada e aplicadas com "repugnância" pela oficialidade, evidenciam e ajudam a definir os lugares destes militares naquele universo social. Ao passo que, sendo reservado exclusivamente aos praças os castigos físicos e à oficialidade à aplicação dos mesmos, podemos compreender a relação paternalista[24] que se apresentava nas "entrelinhas" das tradições e regulamentos navais. Reforçando assim uma hierarquia que transcendia as normas e regulamentos disciplinares daquela instituição, fundamentada em aspectos eminentemente sociais inerentes a oficiais e marinheiros, de modo a

[24] No sentido da responsabilidade dos oficiais em corrigir, educar e doutrinar os marinheiros.

reafirmar uma relação de dominação, favorecendo assim o surgimento de diferentes formas de resistência por parte da marujada. No sentido de que, segundo Marilena Chaui (1986, p.63) “a resistência [...] pode ser tanto difusa quanto localizada em ações coletivas ou grupais.” Manifestando-se de muitas maneiras, tanto individual quanto coletivamente, a resistência varia de acordo com o contexto, podendo se apresentar em ações deliberadas, mas também em práticas com sentido e lógica próprios, tornando-se assim atos de resistência (CHAUI, 1986, p.63).

Ainda em sua argumentação, o palestrante, almirante Antão Álvares Barata, procurou justificar a aplicação dos castigos corporais e a própria ocorrência do levante, discorrendo sobre o processo de recrutamento de praças para o serviço na Marinha em finais do século XIX e início do XX:

> Para maior elucidação do problema, devemos explicar também a maneira pela qual eram preenchidos os quadros do pessoal que constituía a marinhagem da Corporação da Armada naquela época. [...] Quando se procurava o remédio para se corrigir esses bandidos, a solução que ocorria imediatamente era “mandar assentar a Praça da Marinha.” [...] As próprias autoridades civis partilhavam esse ponto de vista, deportando para a Marinha os desordeiros e insubmissos. [...] A finalidade nesses procedimentos era assentar praça nessa *gente desclassificada*, quer no Corpo de Marinheiros Nacionais[25], quer no Batalhão Naval[26], enviando-se os menores à Escola de Aprendizes-Marinheiros. [...] Em vista desse sistema de recrutamento, à força, de gente de tal espécie, como esperar outro desfecho em 1910, numa sublevação de equipagens assim constituídas? Embora certos hábitos antigos tivessem sido abolidos com o advento da República, a *corja* não melhorou. [...] Após a rebelião dos nossos próprios marinheiros verificou-se que eles tinham executado, fielmente, tanto no Minas[27] como nas outras unidades navais, os mesmos passos do motim inglês, só diferindo os dois movimentos, no

[25] Composto por militares que prestariam serviço na Armada.
[26] Composto por militares que prestariam serviço no Corpo de Fuzileiros Navais.
[27] Os dois *dreadnoughts*, de construção inglesa e denominados no Brasil como navios couraçados ou encouraçados Minas Gerais e São Paulo, eram as duas maiores belonaves a serviço da Marinha brasileira e dois dos mais poderosos vasos de guerra do mundo à época. O jornal carioca *Correio da Manhã,* em sua edição do dia 26 de novembro de 1910, ao argumentar em favor da anistia concedida aos marinheiros sublevados, com o objetivo de findar com o levante, deixa evidente o temor existente na capital da República no que se referia a um eventual bombardeio maciço a ser realizado por aquelas embarcações caso a anistia não fosse concedida: “Os *dreadnoughts* cujas tripulações se rebelaram, são as duas mais poderosas machinas de guerra naval que existem no mundo. Inexpugnáveis são os mais fortes e efficazes instrumentos de destruição. [...] Não havia, portanto, como submettel-os [...]” (*sic*)

> final: é que na sublevação dos britânicos os cabeças foram sumariamente enforcados, enquanto no Brasil os *marinheiros assassinos* foram indignamente anistiados. Seu suposto chefe, *covarde e bárbaro*, tem sido até hoje homenageado, além de se ter procurado premiá-lo com uma pensão vitalícia, como recompensa por seu *feito selvagem*, que custou a vida de muitos *oficiais, da fina flor da Marinha*. [...] (BARATA, 2012, p.12) [Grifos nossos]

Consideradas isoladamente, as matérias expressam as perspectivas de seus autores e, em certa medida, da própria instituição Clube Naval sobre os temas em questão. Mas ao observarmos a sequência em que as matérias foram dispostas na revista é possível perceber o posicionamento daquela instituição quanto às mobilizações de praças das Forças Armadas e Auxiliares. A publicação, no ano de 2012, da íntegra da palestra proferida pelo almirante Antão Álvares Barata em 1961 denota que a instituição que reúne a mais alta oficialidade da Marinha ainda entende como indisciplina e quebra de hierarquia movimentos reivindicatórios no seio militar, especialmente, aqueles compostos por praças reivindicando basicamente questões ligadas a salários, carreira, condições de trabalho, direitos civis e garantias sociais. A supramencionada palestra, proferida por um oficial a menos de cinco meses da fundação da AMFNB, evidencia a distância que separava marinheiros e oficiais no início do século XX. Onde aqueles, segundo o oficial palestrante à época, eram “uma gente desclassificada, uma corja desprovida de condições morais e intelectuais; de mente atrasada e ignorante”. Enquanto que a oficialidade naval – ou a “fina flor da Marinha”, de acordo com o almirante Antão Barata – “sempre foi, ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil” (MONTEIRO, 1919, p.14 apud. CARVALHO, 2005, p.19).

Sendo assim, devemos nos questionar sobre o quanto esta ideia, propalada pelo oficial palestrante acerca dos marinheiros de 1910, ainda se fazia presente na Marinha na década de 1960. Ao passo que nos dois momentos históricos distintos, a simbologia da hierarquia social se faz presente, contribuindo para a manutenção de um *status quo* de dominação e submissão, fundamentado em preconceitos étnicos e sociais, sob o “manto” da

hierarquia e da disciplina. Neste sentido, cabe ressaltar o posicionamento de E. P. Thompson, ao afirmar que:

> Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. (THOMPSON, 2001, p.235)

No caso dos marinheiros, tanto em 1910 quanto em 1964, estas "normas surdas" se fundamentam na representação que se construiu acerca daqueles militares, na medida em que *"todo poder se rodea de representaciones [...] que ló legitiman, ló engrandecen y que necesita para asegurar su protección"* (BACZKO, 1991, p.8). Passando assim a colaborar sobremaneira com a legitimação de um "status ou relação de autoridade" (HOBSBAWM, 2006, p. 17), contribuindo então para a dominação e a submissão daquele grupo social em relação à oficialidade e evidenciando o "lugar" daqueles militares na instituição e na própria sociedade. Em contrapartida, surgem condições para que se manifestem formas de resistência a esta dominação. Sejam elas expressas individualmente e de maneira espontânea, ou ainda de modo coletivo e organizado.

Neste contexto, a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, fundada aproximadamente cinquenta e dois anos após a "Revolta da Chibata", teve sua gênese em um momento tensionado da história política do país. E, assim como a revolta de 1910, representou uma forma de resistência dos marinheiros, organizada de modo a apresentar soluções, propostas e reivindicações concernentes às antigas demandas e carências de um grupo social específico dentro da força naval brasileira. Demandas estas que, mesmo depois de um levante armado em 1910, não haviam sido atendidas ou passaram a se revestir de uma "nova roupagem", sempre sob a égide da legalidade ou da manutenção da hierarquia e da disciplina, alegados pela alta administração naval.

Destarte, a simbólica presença do “Almirante Negro[28]”, em local de destaque durante a assembleia comemorativa do segundo aniversário da AMFNB, em março de 1964, evidenciou o caráter de resistência daquela associação. Conferindo ao movimento fuzinauta aspecto de continuidade em relação à “Revolta da Chibata”.

1.1 “Quem vem lá?!” O marinheiro da força naval brasileira e a gênese da associação fuzinauta.

De modo a conferir uma melhor compreensão acerca da mobilização fuzinauta, consideramos necessário identificar o “marinheiro” a partir de suas origens étnicas e sociais, bem como, características específicas de carreira e rotina destes militares na força naval brasileira.

Membros de um segmento específico dentro das Forças Armadas, os marinheiros são militares que exercem uma atividade da qual são depositários de suas tradições e costumes. Atividade esta que os distingue significativamente dos demais militares das outras forças, tendo em vista o local onde a desempenham, ou seja, a bordo de navios de guerra. Espaço este que tem a característica de constituir-se, de maneira simultânea, enquanto local de trabalho e moradia para esses militares, principalmente durante os longos períodos no mar, tornando-se assim um microcosmo onde são estabelecidas relações sociais de diversas naturezas, especialmente relações de trabalho. Ou seja, podemos compreender os marinheiros – desde sua formação nas EAM e durante diversos momentos em sua carreira naval, especialmente quando embarcados a bordo dos navios – como, usando a expressão de Erving Goffman (1974), “internados de instituições totais”, na medida em que:

> Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável

[28] Alcunha pela qual ficou conhecido João Cândido devido sua liderança durante a “Revolta da Chibata”.

> período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. [...] (GOFFMAN, 1974, p.11)

Essas relações estabelecidas entre oficiais e marinheiros tendem a se restringir aquilo a que se propõe o navio ou quartel, isto é, "realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho" (GOFFMAN, 1974, p.17). Neste sentido, estes dois segmentos sociais específicos passam a construir estereótipos e representações uns dos outros que contribuem para a afirmação de relações de dominação e submissão, bem como, para o estabelecimento de "pré-conceitos" acerca dos mesmos, que por vezes transcendem as "bordas"[29] da força naval. Como é o caso da imagem comum acerca do "marinheiro", na qual este é representado como um elemento boêmio, de pouco desenvolvimento intelectual e afeto a vícios como o álcool e os jogos. Segundo o historiador Flávio Rodrigues:

> Sua imagem, aos olhos dos paisanos [...] correspondia em geral ao estereótipo do indivíduo desgarrado e de moralidade duvidosa, frequentador de prostíbulos e violento, toxicômano e alcoólatra: [...] por vezes, as mulheres mudavam de lugar nos ônibus, quando um marinheiro sentava-se ao seu lado [...] para não serem "confundidas." (*sic.*) (RODRIGUES, 2004, p.60)

Neste sentido, não obstante as significativas diferenças sociais, as relações estabelecidas entre oficiais e marinheiros, especialmente a bordo dos navios, tendiam a ser naturalmente tensas. Pois, submetidos a uma realidade em que a autoridade e a condição de "superioridade social" dos oficiais eram sempre reforçadas e reafirmadas através de tradições e regulamentos. Os marinheiros buscavam subterfúgios em sua rotina a fim de resistirem a esta subordinação, a qual se apresentava para além da hierarquia militar típica da caserna. Deste modo, de acordo com Goffman:

> Nas instituições totais existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado [...] e uma pequena equipe de supervisão. [...] Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis [...] Os participantes da equipe dirigente tendem a

[29] "É o limite superior do costado, que pode terminar na altura do convés [...] ou elevar-se um pouco mais, constituindo a borda-falsa." (FONSECA, 2002, p.7)

> se sentirem superiores e corretos; os internados tendem, *pelo menos sob alguns aspectos*, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. [...] geralmente há uma grande distância social e esta é freqüentemente (*sic.*) prescrita. [Grifo nosso] (1974, p.18-19)

Em muitos momentos de suas carreiras, desde os cursos de formação, os marinheiros viam reforçada esta ideia de si mesmos. Sendo levados, em alguns casos, a crer que o "marinheiro é assim", ou, como por diversas vezes ouvi em minha carreira, que "marujo que não bebe e não frequenta baixo[30] não é marujo". O próprio adágio popular de que "marinheiro tem uma mulher em cada porto" evidencia bem o alcance destas imagens comuns acerca do "marinheiro". A quais se estabeleciam, ainda que em parte, no processo de constituição da identidade daqueles militares, fazendo com que muitos buscassem reforçar aspectos que viessem a denotar uma resistência a este estereótipo comum. Aspectos estes relacionados, na maioria das vezes, a questões religiosas e ao apreço pelos estudos. Esta resistência também se evidenciava em uma deliberada não aceitação de determinadas normas e regulamentos, manifestando-se através da infração aos mesmos.

Destarte, é bem improvável que imaginemos um oficial da Marinha do mesmo modo que um marinheiro. Ou seja, as ideias comuns acerca destes dois integrantes da força naval são demasiadamente distintas e, até mesmo, podendo ser socialmente opostas. Mas, por quê? Se, por definição, fora a questão hierárquica referente aos postos e graduações, marinheiro é "aquele que trabalha a bordo ou aquele que serve na Marinha" (BUENO, 2007, p.496).

Na medida em que a "identidade está ligada a sistemas de representações e tem estreitas conexões com relações de poder" (SILVA, 2014, p.97), ao desvincular o oficial da representação comum ao marinheiro, garante-se a construção de identidades distintas, bem como, a distância social entre os dois segmentos. Além de evidenciar-se o lugar social de cada um destes na instituição e na própria sociedade. Neste contexto, a identidade do

[30] Como são chamados na Marinha os baixos meretrícios e as casas de prostituição.

marinheiro não se constrói apenas a partir do modo como este é idealizado pelo senso comum. Mas também a partir das experiências daqueles militares e suas relações com outros grupos e segmentos sociais. Isto é, a partir da relação e da diferença relativa a outras identidades, vinculando-se também a aspectos e condições sociais e materiais (WOODWARD, 2014).

Neste sentido, podemos afirmar que o modo como construímos uma representação, se fundamenta, em alguma medida, em determinados aspectos ou fatos de uma realidade. Isto é, segundo Franklin Rudolf Ankersmit (2012, p.194) "[...] a representação apresenta-nos a certos aspectos da realidade representada, de forma que você pode chamar atenção de alguém para certas características [...]". Mas, esta realidade que se representa ou que se deseja representar está fundamentada nas relações estabelecidas entre os grupos sociais. Ou seja, o marinheiro não é assim! As condições que lhes são impostas pelo meio social em que vive, muitas vezes o levam a agir de modo a corroborar, em parte ou no todo, a maneira como é representado. E assim, a imagem comum do "marinheiro" passa a ser parte integrante da identidade daqueles militares. Tornando as relações estabelecidas entre oficiais e marinheiros, no contexto das peculiaridades e tradições inerentes à força naval, ainda mais significativas para a compreensão das mobilizações destes militares ocorridas durante o século XX na Marinha do Brasil.

Em 1910, marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira se levantaram em armas para reivindicar, entre outras coisas, o fim dos castigos corporais, cujo símbolo maior era a chibata. Mas cabe ressaltar que estes militares, que sitiaram a capital da República, manobrando alguns dos mais poderosos vasos de guerra do mundo à época e disparando seus canhões contra a urbe carioca, buscavam também melhorias em questões relativas à carreira e condições de trabalho, sobretudo a bordo dos navios. Oriundos das camadas menos

favorecidas da sociedade brasileira, em sua grande maioria negros e pardos[31], os marinheiros de 1910 ingressavam na Marinha como voluntários ou através de recrutamento. Uma parcela significativa destes "não voluntários" ou recrutados era proveniente de uma "relação de colaboração [...] entre os serviços policiais e militares" (ALMEIDA, 2010, p.95) além das autoridades judiciárias, que já no século anterior forneciam muitos braços para o serviço na Armada. Encaminhados para as EAM, antigas Companhias Correcionais durante o Império, estes "não voluntários" tinham os primeiros contatos com as atividades atinentes a um marinheiro e com a rígida disciplina da Marinha. Também aprendiam qual seria o seu "lugar" na instituição, e ainda, o abismo social que os separava da oficialidade, em sua maioria branca, oriunda das camadas mais abastadas da sociedade e preparados em seus cursos de formação para representar o Brasil por ocasião das constantes viagens ao longo de suas carreiras. No entendimento de José Murilo de Carvalho (2005, p.19), o reduzido número de oficiais da Marinha – em comparação ao Exército – e as recorrentes viagens ao exterior reforçavam o padrão elitista de recrutamento e o perfil aristocrático da oficialidade naval brasileira.

---

[31] NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910,* Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 76-77. O autor apresenta uma breve amostragem, acerca dos homens matriculados na Décima Terceira Companhia do Corpo de Marinheiros Nacionais, onde 75% não eram brancos. Deste modo, ao considerarmos que a oficialidade era a minoria absoluta na força naval e que os marinheiros compunham a grande maioria do contingente daquela força, podemos concluir que a Marinha era composta em sua maior parte, ou quase a totalidade, por "não brancos". Álvaro Pereira do Nascimento ainda apresenta um levantamento feito por MORGAN, Zachary. *Legacy of the lash: race & corporal punishment in the Brazilian Navy (1860-1910)*. Providence (EUA), Brown University, PhD, 2001; onde, ao analisar os registros dos réus em processos criminais julgados pela Armada entre os anos de 1860-1894, concluiu que 83,1% de um quantitativo de 344 homens eram "não brancos". Em ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. *Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910,* Antíteses, Londrina, vol. 3, nº esp., p. 90-114, dez. 2010; a historiadora apresenta alguns resultados de sua tese de doutorado defendida junto à *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, em Paris; ao analisar um total de 250 fichas do Gabinete de Identificação da Marinha (GIM) referentes a marinheiros do ano de 1908, concluiu que 68% deste total eram classificados como pretos e pardos . Havendo ainda 10,4% de morenos e 0,4% de "pardos claros"; apenas 20% eram brancos e 1,2% de "brancos corados".

Portanto, observando as imagens a seguir, poderemos verificar as diferenças tão significativas entre oficiais e marinheiros, já no século XX. Evidenciando assim, enquanto parte de uma tensão social latente na Marinha, a relação problemática entre “atores” tão distintos, especialmente a bordo dos navios.

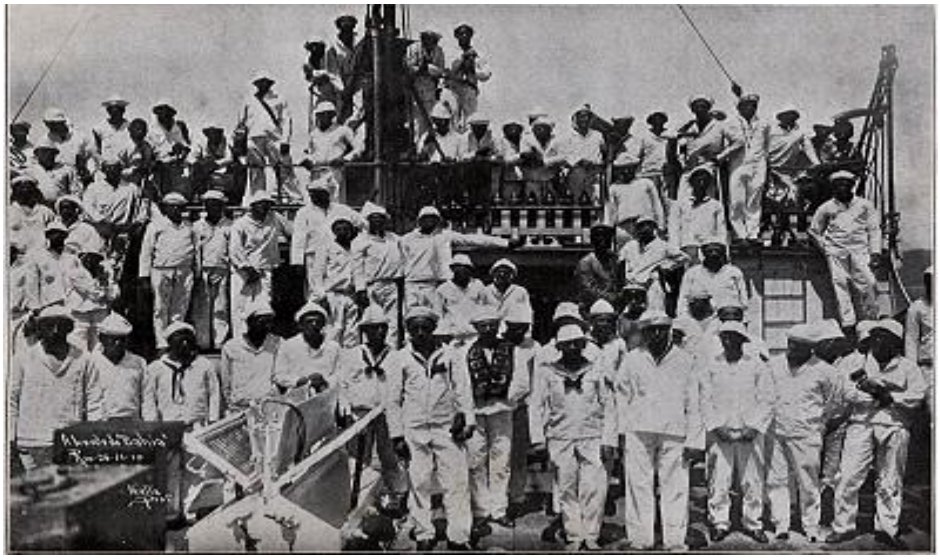


Figura 1 – Fotografia de marinheiros sublevados a bordo do *scout Bahia* durante a “Revolta da Chibata”.
Fonte: *Careta* 03dez.1910 p.7.

Figura 2 – Fotografia do comandante Pereira Leite (de espada à direita), designado para o encouraçado *Minas Gerais,* já a bordo do navio após o fim do levante dos marinheiros. Conversando com um oficial de máquinas que ficara retido a bordo.
Fonte: *Careta* 03dez.1910 p.19.

Figura 3 – Fotografia de marinheiros sublevados (maquinistas e foguistas) a bordo do encouraçado *São Paulo* durante a "Revolta da Chibata".
Fonte: *Careta* 03dez.1910 p.11.

A sequência de imagens acima nos remete a uma simbologia de dominação e resistência na força naval brasileira. Evidenciando um contexto de manifesta resistência de marinheiros contra determinados procedimentos que, devidamente regulamentados, garantiam à oficialidade a prerrogativa da aplicação de castigos físicos aos praças. Reforçando assim o caráter de dominação na relação com a marujada.

Neste contexto, as imagens denotam a condição étnico-racial vigente na Marinha no início do século XX, onde a grande concentração de não brancos nas graduações iniciais fazia com que a maioria de seu contingente militar fosse composta por negros e pardos. Esta condição gerava uma tensão interna em uma força marcada pelo caráter aristocrático de uma oficialidade branca, recém-saída de uma realidade escravista. Tensão esta que se acentuava diante das péssimas condições de trabalho e conforto oferecido aos marinheiros a bordo dos navios, bem como, dos regulamentos, tradições e simbolismos que reafirmavam uma relação de dominação e o abismo social existente entre oficiais e marinheiros. Neste contexto, em instituições tão marcadas por tradições e simbolismos, alguns destes acabam por definir posições e reforçar aspectos favoráveis a determinadas condições de dominação ou *status* vigentes (RANGER, 2006, p.229). Na Marinha de Guerra Brasileira estes simbolismos têm grande relevância para a compreensão das "normas surdas" (THOMPSON, 2001, p.235) que permeiam as relações entre oficiais e marinheiros, reforçando uma subalternidade destes indivíduos não apenas no âmbito militar, mas também na esfera social. Assegurando assim uma disciplina fundamentada em uma subalternidade social, em um ambiente constantemente tensionado, especialmente a bordo dos navios. Deste modo, destacamos dois contextos que se revestem de simbolismo, os quais podem ser observados nas imagens apresentadas anteriormente, a saber:

O primeiro seria o uso do bigode por marinheiros em 1910. Não proibido pelos regulamentos navais e já destacado por Silvia Capanema, ao afirmar que o uso do mesmo denotava "não somente maturidade e virilidade masculina, mas um distintivo de lugares sociais e um símbolo hierárquico" (2010, p.99-100), no sentido de uma hierarquia social. Algumas das lideranças do movimento revoltoso de 1910 faziam uso do bigode, entre eles seu principal líder, João Cândido. Mas o fato é que após a "Revolta da Chibata" o uso do bigode passou a ser proibido para as graduações inferiores à de terceiro-sargento. De modo semelhante, aproximadamente no mesmo período, o Exército Brasileiro também estabeleceu restrições no que concerne ao uso de barba e bigode por sua tropa.

O outro aspecto, este verificado exclusivamente na força naval, diz respeito ao fato de que o regulamento de uniformes da Marinha[32] preconizava para oficiais, suboficiais e sargentos; a possibilidade da utilização de sapatos brancos em conjunto com a farda branca, característica da força naval, enquanto que cabos e marinheiros deveriam utilizar o calçado preto. Considerando que a grande maioria dos marinheiros era composta por negros ou pardos, o fato de manter seus pés "negros" quando fardados de branco, aparentando estarem descalços, reveste-se de grande simbolismo e indubitavelmente nos remete a um passado senhorial e escravista não tão distante daquele momento histórico. Este aspecto, peculiar à Marinha, ficou ainda mais explícito a partir do ano de 1953[33], mas ambos ainda hoje vigoram na força naval brasileira.

Já no início do século XX a Marinha buscava maneiras de não depender tanto do modelo de recrutamento herdado do período imperial, e o modo que se mostrou mais eficiente foi estímulo ao alistamento de jovens[34] nas Escolas

[32] Conforme Decreto nº 2.036 de 4 de julho de 1895.
[33] Conforme Decreto nº 34.868 de 31 de dezembro de 1953.
[34] Conforme Decreto nº 6.582 de 1º de agosto de 1907, a idade para ingresso nas EAM era entre doze e dezesseis anos. Em ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. *Op. Cit.* p. 94 a autora identifica três marinheiros com catorze anos de idade já incorporados no Corpo de Marinheiros

de Aprendizes-Marinheiros. De modo que, ao aceitar o alistamento de menores entre 12 e 16 anos nas EAM, acreditamos que a administração naval buscava, através desses meninos, uma renovação para seus quadros de marinheiros nacionais. E, principalmente, evitar a dependência do recrutamento de indivíduos oriundos das instituições policiais e judiciárias, que na maioria dos casos, já tinham uma vivência maior no meio civil. E assim demandavam um maior esforço da instituição para adaptá-los à rígida disciplina, bem como, à própria vida e à atividade militar naval.

Neste sentido, no ano de 1907 as EAM se espalhavam por quase todos os estados do país[35], sendo elas divididas em duas categorias, a saber: escolas modelo ou de segundo grau (Rio Grande do Norte, Bahia, Capital Federal e Rio Grande do Sul) e escolas primárias ou de primeiro grau (nos demais estados marítimos do país e nos estados do Amazonas e Mato Grosso)[36]. Nas escolas primárias os alunos passavam um ano, onde cursavam disciplinas como português e aritmética, e ainda outras disciplinas básicas do ensino profissional marítimo[37]. Após este período, os menores seguiam para as escolas modelo, que eram responsáveis por receber alunos oriundos das escolas primárias (de acordo com a área de atuação de cada escola modelo), onde passariam dois anos cursando disciplinas tanto do ensino regular quanto profissional marítimo e militar naval[38]. Estas escolas receberiam menores "apresentados por seus pais ou tutores, ou por suas mães quando filhos

---

Nacionais. Considerando que, conforme disposto no decreto supramencionado, os menores que ingressassem nas escolas deveriam passar três anos (sendo um ano nas escolas primárias e dois anos nas escolas modelo) o fato de haver meninos de catorze anos já servindo como marinheiros nacionais, nos mostra que em alguns casos o quesito de idade era de fato relativizado.

[35] No ano de 1907 existiam funcionando EAM nos seguintes estados: Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Capital Federal. Através do Decreto nº 6582 de 1º de agosto daquele mesmo ano, foram criadas ainda as escolas do Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo. (BRASIL, 1907, p.43)

[36] Art. 5º e 6º do Decreto nº 6582 de 1º de agosto de 1907.

[37] Art. 12, 13 e 14 do Decreto nº 6582 de 1º de agosto de 1907.

[38] Art. 16, 17 e 18 do Decreto nº 6582 de 1º de agosto de 1907.

ilegítimos; órfãos desvalidos, remetidos pelas autoridades competentes"[39] (BRASIL, 1907). Mesmo funcionando em locais improvisados e em condições bastante questionáveis[40], obtendo um grande número de alistamentos nas EAM, a Marinha não descartou os antigos métodos para completar seus quadros no Corpo de Marinheiros Nacionais, mantendo ainda dispositivos legais[41] que garantiam que suas necessidades de mão de obra seriam satisfeitas.

No ano de 1910, esta mão de obra tão necessária à manutenção e ao funcionamento dos navios e repartições, deveria servir durante, no mínimo, 10 anos (os voluntários) e 15 anos (aqueles oriundos das EAM) a contar da data de sua matrícula[42]. Para que então pudesse deixar o serviço ativo da Marinha, se assim desejasse e se não tivesse nenhuma pendência disciplinar ou administrativa com a instituição naval.

Neste sentido, ainda na primeira década do século XX, mesmo longe das condições ideais para acomodar minimamente seus alunos, as escolas

---

[39] Art. 29 e 30 do Decreto nº 6582 de 1º de agosto de 1907.

[40] O Ministro da Marinha, no relatório do ano de 1907 ao Presidente da República, relata que a maioria dos prédios, onde estariam funcionando as escolas, seriam próprios nacionais, edifícios públicos federais e estaduais, e ainda, edifícios particulares que necessitariam de "alterações", "concertos", "reparos" ou "sérios reparos". Relatório anual do Ministro da Marinha – 1907, p.43-48.

[41] O Art. 90 do Decreto nº 6582 de 1º de agosto de 1907 dava competência, em *localidades distantes*, a capatazes e sub-capatazes de capitanias, bem como, às autoridades policiais e judiciárias para *aceitar* menores e remeter para a escola ou repartição da Marinha mais próxima [Grifo nosso].

[42] Conforme o Decreto nº 2112 de 5 de outubro de 1909, que fixa a força naval para o exercício de 1910, foi possível constatar que a partir do ano de 1907 – Decreto nº 1752 de 24 de outubro de 1907 – o tempo de serviço para os marinheiros passou a ser estabelecido no decreto que fixava a força naval para o exercício do ano seguinte. Em 1911, através do Decreto nº 2336 de 28 de dezembro de 1910, o tempo mínimo de serviço para os voluntários caiu para cinco anos, permanecendo os mesmos quinze anos para aqueles oriundos das EAM. A partir do ano seguinte – Decreto nº 2530-A de 30 de dezembro de 1911 – o tempo de serviço para os voluntários caiu para três anos enquanto que para os marinheiros oriundos das EAM este período passou a ser de seis anos. O tempo de serviço para os marinheiros voluntários permaneceu nos mesmos três anos durante os anos seguintes, mas para aqueles das EAM este tempo mínimo voltou a ser de quinze anos no ano de 1914 – Decreto nº 2844 de 7 de janeiro de 1914 – permanecendo assim até o ano de 1922, quando caiu para nove anos – Decreto nº 4531 de 28 de janeiro de 1922 – ficando assim estabelecido também nos anos seguintes.

recebiam uma grande quantidade de menores em busca de alistamento. O Rio Grande do Sul, por exemplo, era um dos estados com maior procura[43], apesar de o edifício onde funcionava a mesma – situado na cidade de Rio Grande em localidade denominada "Macega – não comportar mais do que cem alunos"[44]. Ao longo dos anos subsequentes o número de marinheiros formados pelas EAM variou significativamente, especialmente em algumas regiões do país, o que levou a administração naval a fechar definitivamente algumas escolas e ampliar outras.

Em 1916 o então Ministro da Marinha, vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar, relatou a precária condição de funcionamento de algumas escolas e o reduzido retorno em termos de alistamento e formação de marinheiros para o Corpo de Marinheiros Nacionais. O almirante sugeriu o fechamento definitivo de algumas escolas e a aplicação dos recursos financeiros em um número mais reduzido de EAM, visando assim o melhor aproveitamento dos referidos recursos[45]. Cabe ressaltar o posicionamento do almirante Alexandrino de Alencar em relação à escola do Rio Grande do Sul, uma das escolas que o ministro sugeria o fechamento e onde antes havia uma grande procura por alistamento[46]. Segundo ele, continuava "a funcionar num prédio velho e sem acomodações e impróprio para o seu fim, que não tem salas próprias para aulas que são dadas nos mesmos salões que servem de alojamento"[47]. Reduzindo assim significativamente o número de aprendizes daquela escola enviados à escola de grumetes[48], sendo em todo ano de 1915 apenas doze[49].

No ano de 1939 estavam funcionando apenas seis escolas, nos seguintes estados: Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Santa

[43] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1907, p.44-45.
[44] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1907, p.43-48.
[45] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1915, p.69.
[46] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1907, p.44-45.
[47] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1915, p.69.
[48] Conforme Decreto nº 1149 de 10 de fevereiro de 1915 as escolas foram classificadas como escolas de aprendizes marinheiros e escola de grumetes; à semelhança de suas antecessoras, as escolas primárias e as escolas modelo (ou secundárias), respectivamente.
[49] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1915, p.69.

Catarina e Rio de Janeiro; esta última funcionava na cidade de Angra dos Reis, a de Batista das Neves[5051], nome do comandante do encouraçado *Minas Gerais*, morto durante a "Revolta da Chibata". Destas seis escolas, quatro estavam situadas nas regiões norte e nordeste do país, conferindo-nos uma ideia das origens sociais da marujada à época. O que vem corroborar o posicionamento do almirante Alexandrino de Alencar, quando ao sugerir ao Presidente da República o fechamento de diversas escolas pelo país, afirma o seguinte: "Não ouso propor a extinção da escola do Ceará [...] à vista da facilidade de ali obter-se bom pessoal e em abundância"[52]. Naquele mesmo ano, o então Ministro da Marinha, vice-almirante Henrique Aristides Guilhem, sugeriu ao Presidente que fossem ampliadas as escolas situadas nos estados da Bahia, Pernambuco e Santa Catarina, e ainda, que fossem reestabelecidas – em edifícios próprios e remodelados – aquelas dos estados do Rio Grande do Sul e Ceará. Segundo o ministro, tais ações visavam "o preenchimento dos claros nas guarnições com pessoal jovem, com certa instrução e sem os defeitos de que é portador o pessoal oriundo do voluntariado"[53]. Tendo em vista o aumento da demanda por pessoal devido a aquisição de novos navios e o surgimento de novas atividades inerentes às novas tecnologias que se apresentavam, o almirante Henrique Guilhem ressaltava a necessidade do aumento da "produção das escolas para evitar que se recorra ao voluntariado ou ao sorteio"[54]. Não fica evidente que "defeitos" seriam estes que portavam aqueles jovens oriundos do voluntariado. Mas mesmo variando muito a quantidade de escolas em funcionamento, sobretudo por questões financeiras, e tendo em vista o constante avanço tecnológico da Marinha. A administração naval empenhou-se, desde os anos iniciais do séc. XX, na formação básica e

[50] Capitão de mar e guerra João Batista das Neves.
[51] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1937-1939, p.177.
[52] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1915, p.70.
[53] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1937-1939, p.176.
[54] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1937-1939, p.177.

militar naval de seus futuros marinheiros para que fossem utilizados o mínimo possível os recursos do voluntariado ou do sorteio.

Foi a partir de 1959 que a maioria dos marinheiros envolvidos no movimento da AMFNB iniciou sua carreira na Marinha. Naquele ano estavam em funcionamento apenas as EAM do Ceará, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina. As quais o Ministro da Marinha, almirante de esquadra Jorge do Passo Mattoso Maia, em seu relatório anual encaminhado ao presidente Juscelino Kubitschek, dizia que recrutavam os seus alunos entre as famílias mais pobres daqueles estados[55]. Considerando estas palavras do ministro, e o fato de que aquelas escolas atendiam em grande parte a demanda da Marinha por pessoal subalterno para guarnecer seus navios. Podemos compreender melhor as razões pelas quais a grande maioria dos marinheiros envolvidos diretamente com a AMFNB servia embarcada e era oriunda da região nordeste[56] do país.

Ao final da década de 1950 a carreira do pessoal subalterno da Marinha de Guerra Brasileira se dividia em dois diferentes “corpos” nos quais o jovem poderia ingressar e seguir carreira. O Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais (CPSCFN), constituído por militares do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) com a finalidade de participar de operações anfíbias e assegurar a defesa imediata e a guarda de bases e estabelecimentos navais[57]. O CFN estava estruturado à semelhança das grandes unidades de Exército, adaptada às particularidades das ações de caráter naval. Deste modo, seu pessoal subalterno tinha uma carreira bastante diferente de seus pares da Armada, regida inclusive por regulamentos distintos, desde a seleção e ingresso na força naval até suas especialidades e denominações das graduações iniciais.

---

[55] Relatório anual do Ministro da Marinha ao Presidente da República – 1959, p.14.
[56] Ver quadro nº 2 na página 58.
[57] Decreto nº 27956 de 4 de abril de 1950, aprova e manda executar o Regulamento para o Corpo de Fuzileiros Navais.

O ingresso do pessoal subalterno no CFN se dava por intermédio de voluntariado e aprovação em “prova de conhecimentos mínimos propedêuticos e numa prova de classificação intelectual” (BRASIL, 1950). Sendo permitido o ingresso de menores de vinte e um anos mediante apresentação de permissão legal do pai ou tutor. Caso aprovado e classificado o voluntário ingressava no CPSCFN na graduação de soldado recruta, na qual deveria obter aprovação em exame de suficiência ao final de um determinado período, para então ser promovido à graduação de soldado de segunda classe. A partir desta graduação o subalterno poderia iniciar os processos para a realização dos cursos de especialização em algum dos três ramos gerais. Nos quais todo pessoal subalterno do CFN estava distribuído e dentro dos quais poderiam cursar as mais diversas especializações, a saber: Ramo Geral de Fileira (ramo preparado basicamente como infantaria, composto pelas especialidades de Infantaria, Artilharia ou Engenharia), Ramo Geral de Serviços Especiais (compreendia militares dos quadros de Escrevente, Sinaleiro, Telegrafista, Enfermeiro, Músico, Corneteiro/Tambores e Motorista) e Ramo Geral de Artífice (onde Carpinteiros, Eletricistas, Torneiros, Sapateiros, Soldadores, Ferreiros e Bombeiros Hidráulicos eram lotados).[58]

O segundo “corpo” que compunha a estrutura responsável por, de fato, manter a força naval em pleno funcionamento era o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada (CPSA). Era o maior dos dois corpos e onde estava concentrada a maior parte dos praças da Marinha, cuja principal atribuição era o guarnecimento dos navios e demais embarcações da Armada, tanto no mar quanto nas águas interiores do país. Como já vimos anteriormente, o ingresso desses militares na Marinha ocorria principalmente através das EAM, mas existia também o recurso do voluntariado. Sempre que a quantidade de

[58] Decreto nº 28880 de 20 de novembro de 1950, aprova e manda executar o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Este decreto também trás, entre outros aspectos atinentes à carreira, os requisitos mínimos e interstícios para as promoções das praças do CFN.

marinheiros formados pelas escolas de aprendizes não atendia de modo integral à demanda da Armada por marujos para guarnecer seus navios e estabelecimentos de terra, a força naval autorizava[59] o ingresso de voluntários e conscritos ou convocados. Estes últimos deveriam ter entre 18 e 25 anos e não realizavam nenhum tipo de prova ou exame de admissão, sendo-lhes exigida apenas aptidão física comprovada em inspeção de saúde. Já os voluntários, deveriam ter entre 17 e 25 anos de idade e eram admitidos mediante prova de seleção, por esta razão deveriam ser alfabetizados, além de também ter que apresentar aptidão física atestada em inspeção própria. Tanto voluntários quanto conscritos passavam por um período de adaptação/instrução que normalmente era conduzido nas Escolas de Formação de Reservistas Navais (EFRN) existentes em diversos estados do país. Durante este período, a exemplo dos aprendizes nas EAM, os voluntários eram praças na primeira graduação da Armada, ou seja, eles eram grumetes ou taifeiros[60] de segunda classe. Ao final do período de adaptação/instrução, em caso de bom aproveitamento, eram promovidos à graduação de marinheiro de segunda classe ou taifeiro de primeira classe.

No quadro a seguir apresentamos as graduações e equivalências entre o CPSA e CPSCFN, dispostas hierarquicamente em ordem decrescente de antiguidade:

Tabela 1 - QUADRO HIERÁRQUICO DE GRADUAÇÕES DO PESSOAL SUBALTERNO DA MARINHA DO BRASIL

CPSA	CPSCFN
Suboficial	Suboficial
1º Sargento	1º Sargento
2º Sargento	2º Sargento

[59] Art. 18 do Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958, aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

[60] Esta graduação, em termos de antiguidade, era equivalente à de grumete. Porém, somente voluntários e conscritos poderiam ocupá-las, pois, as mesmas eram destinadas ao Serviço Geral de Taifa (SGT), que era vedado aos marinheiros das EAM que deveriam pertencer ao Serviço Geral de Convés (SGC) ou ao Serviço Geral de Máquinas (SGM).

3º Sargento	3º Sargento
Cabo / Taifeiro Mór	Cabo
Marinheiro / Taifeiro de 1ª	Soldado de 1ª Classe
Marinheiro / Taifeiro de 2ª	Soldado de 2ª Classe
Grumete	Soldado Recruta

Fonte: Decreto nº 28.880, de 20 de novembro de 1950. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais e Decreto nº 44.061, de 23 de julho de 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

O CPSA estava fundamentado em três subdivisões, nas quais todo seu pessoal estava distribuído conforme suas especialidades, a saber: Serviço Geral de Convés (lotava as especialidades de Manobra, Artilharia, Torpedos/Minas e Bombas, Sinais, Telegrafia, Escrita/Fazenda, Enfermagem, Educação Física, Radiotécnica, Direção de Tiro, Operação de Radar, Operação de Sonar, Hidrografia/Navegação e Paioleiro); Serviço Geral de Máquinas (que compreendia as especialidades de Carpintaria, Máquinas Principais, Motores/Máquinas Especiais, Caldeiras, Eletricidade, Torneiro Fresador, Ferreiro-Serralheiro e Caldeireiro-Soldador) e Serviço Geral de Taifa (composto por militares Arrumadores, Cozinheiros, Barbeiros e Padeiros)[61].

Era sobre o CPSA e o CPSCFN que se estruturava todo funcionamento da Marinha de Guerra brasileira ao final da década de 1950. Ao observarmos sua complexidade, percebemos a dinâmica que envolvia a carreira daqueles homens, haja vista a constante evolução tecnológica que afeta qualquer força naval. Percebemos também, que em suas diversas especialidades os militares do CPSA desempenhavam atividades profissionais mais afetas ao universo dos trabalhadores civis – com os quais conviviam frequentemente no *locus* portuário – que propriamente à caserna.

Como veremos mais adiante, esta característica bastante peculiar aos marinheiros, associada à tensão social interna à Marinha, contribuiu

[61] Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958, aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. A exemplo do CPSCFN, este decreto também trouxe, entre outros aspectos atinentes à carreira, os requisitos mínimos e interstícios para as promoções das praças do CPSA.

sobremaneira para a consolidação de uma consciência de grupo, bem como, para a própria fundação da AMFNB no contexto tensionado dos anos iniciais da década de 1960. Haja vista que em um contexto relacional entre oficiais e marinheiros, fundamentado em uma rotina de dominação e resistência, o processo de identificação se deu no transcurso dessas relações sociais. Culminando em uma entidade que se constituiu como "ato de resistência" (CHAUI, 1986, p.63) daqueles marinheiros enquanto grupo ou segmento social específico na Marinha.

O ex-marinheiro Paulo Costa[62], em sua narrativa, nos dá uma ideia de como seria o período de formação daqueles jovens até atingirem a graduação de marinheiro de segunda classe, quando deixavam as escolas com destino aos navios e estabelecimentos da Marinha:

> Depois de iniciado o curso, todo o marinheiro, o aprendiz-marinheiro, ele tinha uma escala de serviço em diversos pontos chave na (*sic*) escola, uns faziam na piscina, outros na casa dos oficiais; vigiar a casa dos oficiais; outros no portaló [...] e você só sairia de licença ou sábado ou domingo. É (*sic*) um internato incrível mesmo. O regresso à meia noite, você podia sair depois de manhã e o regresso, teria que regressar meia noite, quando estivesse de folga. Isso durante um ano e oito meses[63] foi assim, sempre essa rotina. [...] as disciplinas, eu vou te falar francamente. Quanto ao conteúdo disciplinar era excelente, na prática propedêutica principalmente. Eu não digo a profissional porque ali tu tinha (*sic*) noções de algumas coisas; o cara de serviço de convés tinha noções das bases das especialidades que o convés, que quem optou pelo convés iria cursar, entendeu. [...] então a turma se dividia em duas, quem ia pro (*sic*) serviço de máquina e quem ia pro (*sic*) serviço de convés.

Acerca dos vencimentos durante o período na EAM, ele afirma que:

> Recebia uma ninharia, na época mal dava pra (*sic*) tu manter o teu, comprar coisas de higiene pessoal, quem fumava comprar o seu cigarro. Era uma, vamos supor, se fosse [...] na época eu me recordo seria uns vinte por cento do salário mínimo mais ou menos. Então

---

[62] Paulo Fernando Santos da Costa, gaúcho da cidade de Rio Grande, foi anistiado e atualmente é suboficial reformado (por força de ação na justiça), ingressou na Marinha no ano de 1961 através da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, situada na cidade de Florianópolis.

[63] O curso nas EAM que normalmente tinha duração de um ano (BRASIL, 1939, p.179), variando em alguns anos devido a questões ligadas à carreira, pessoal e recursos financeiros; naquele ano foi ampliado para um ano e oito meses.

> nesse período, lógico tu tinha tudo, alimentação; tu tinha tudo, a escola te dava tudo. Então aquele pouco que tu ganhava (*sic*) daria pra aqueles pequenos, pequenas despesas que tu teria pro (*sic*) teu divertimento alguma coisa que tu quisesse, mas que não dava pra muita coisa.

Destarte, analisando os trechos da narrativa de Paulo Costa, podemos perceber a drástica mudança pela qual passavam aqueles jovens ao ingressarem na força naval. Submetidos a um regime intenso de ensino e a uma rotina que procurava submetê-los aquilo que mais próximo pudesse chegar da rotina a bordo dos navios. Especialmente no que concerne ao afastamento de seu núcleo familiar e de tudo que, de alguma forma, representasse suas raízes e vínculos fora do ambiente naval. Aqueles militares passavam a constituir um processo de identificação característica daquele grupo, relacionada diretamente à imagem comum acerca do "marinheiro". Que associada às características da própria atividade marinheira, bem como, daquelas desempenhadas nas mais diversas especialidades, confere aquele grupo características que os distinguem dos demais militares das outras forças e mesmo da oficialidade naval. Em sua narrativa o entrevistado Paulo Costa deixa evidente esta ideia:

> E o detalhe é o seguinte, porque *o marinheiro é diferente*, o marinheiro é diferente, o marinheiro ele, tanto do pessoal do Exército e da Aeronáutica, o marinheiro e o fuzileiro é (*sic*) diferente, porque a casa do marinheiro, entendeu, a *casa do marinheiro é o habitat dele*, aquilo ali é uma família, entendeu. [...] [Grifos nossos]

No trecho acima o entrevistado apresenta um sentimento de pertencimento característico de fuzileiros e marinheiros, especialmente a estes últimos. Fundamentado em um isolamento, ao qual são submetidos por força de suas atividades, este sentimento potencializava-se no contexto das relações estabelecidas a bordo dos navios. Sendo também verificado nos estabelecimentos de terra, em virtude da característica itinerante da carreira naval. Destarte, este aspecto reveste-se de grande relevância no contexto da presente pesquisa, uma vez que a Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul

contava com um contingente – ainda que reduzido[64] – de cabos, marinheiros e também de fuzileiros navais, oriundos do destacamento situado na cidade de Uruguaiana-RS. Estes últimos não eram lotados na capitania, somente se fazendo presentes em Rio Grande quando solicitado pelo Capitão dos Portos. Estes militares realizavam atividades inerentes àquela organização militar, mas também mantinham frequente contato com militares embarcados nas belonaves que constantemente atracavam no porto riograndino.

Deste modo, consideramos que a característica itinerante da carreira naval, que levava muitos marinheiros oriundos de outras localidades do país, a serem designados para servir em Rio Grande. Bem como, o constante contato com militares embarcados nos navios da Armada, contribuiu para que se verificasse esse sentimento de pertencimento e unidade enquanto "marinheiros" também entre os militares lotados na urbe riograndina.

Neste sentido, ao concluírem seus respectivos cursos de formação, tanto marinheiros quanto fuzileiros eram designados para as unidades onde iriam servir. No caso dos marinheiros, a grande maioria – senão a totalidade – seguia para o Rio de Janeiro, cidade sede da Armada e, portanto, onde se situavam a maior parte dos navios e demais unidades da Marinha. Esta situação fazia com que muitos marinheiros, especialmente aqueles oriundos de outros estados, enfrentassem uma situação de vulnerabilidade social e permanecessem longos anos distantes de suas famílias. O trecho da narrativa do "Entrevistado B"[65] ilustra bem esta situação. O entrevistado relata uma audiência com o comandante José Uzeda de Oliveira, comandante do cruzador *Tamandaré* no ano de 1962, navio em que o entrevistado servia à época:

---

[64] Em entrevista realizada com o suboficial reformado Oscar Conceição, que servia como sargento na CPRS durante a campanha da legalidade em 1961 e o golpe de 1964, o militar afirmou que aquela capitania contava com um contingente inferior a cinquenta militares à época do golpe.

[65] "Entrevistado B" é o pseudônimo adotado para garantir o anonimato perpétuo, condição imposta pelo entrevistado para que a mesma fosse realizada. Gaúcho da cidade de Pelotas, da mesma turma de marinheiros que o senhor Paulo Costa, também ingressou na Marinha no ano de 1961 através da EAMSC.

> Uma vez eu fui pro (*sic*) livro de ocorrência[66]. Cheguei lá, começamos a conversar e ele disse: "Da (*sic*) onde é que tu é?" Eu disse: "Ah eu sou do Rio Grande do Sul, de Pelotas." E ele disse: "Tu tem ido em casa?" Eu digo: "Não. Nas férias eu fico por aqui mesmo. Não vou em casa." Ele disse: "Mas tu não vai em casa?" Digo: "Não." Ele: "Quanto tempo faz?" Parece que fazia uns *oito anos* que eu não vinha aqui. Ele disse: "Não, mas tu tem que ir em (*sic*) casa. Peraí (*sic*) um pouquinho." Chamou o ajudante dele lá e disse: "Vê se tem algum navio que sai pro sul agora." Aí ele me disse: "Vai embora que depois eu vou mandar te chamar pra (*sic*) nós conversar (*sic*) aqui." Eu disse: "Tá bom." Fui embora. Passou (*sic*) uns dois dias ele mandou me chamar e disse: "Arruma tuas coisas que tu vai ser destacado no contratorpedeiro *Bauru* que vai pro sul. Vai lá pra ver a tua família. Ele vai a Pelotas, o *Bauru*." Eu digo: "Então tá." Aí fui. [...] [Grifos nossos]

Os militares oriundos de outros estados, ao chegarem ao Rio de Janeiro, devido aos baixos salários, dificilmente conseguiam regressar às suas cidades de origem durante o período de férias. Ficando então, anos sem visitar seus familiares.

A maioria daqueles que serviam embarcados ficava na dependência de que algum navio viajasse para a sua terra natal. Deste modo, mediante autorização de seu comandante e vaga disponível no navio que realizaria a viagem, o marinheiro poderia ser destacado neste navio para, enfim, visitar sua família durante alguns dias. Esta questão do afastamento dos marinheiros em relação às suas cidades de origem e seus familiares, ocasionado especialmente pela concentração de pessoal da Marinha no Rio de Janeiro, se agravava devido aos baixos salários recebidos por aqueles militares.

A questão salarial também levava muitos marinheiros a fixar residência na região portuária do Rio de Janeiro, pois, não obstante ser aquela uma localidade onde os valores dos aluguéis eram bem acessíveis era também próxima ao Ministério da Marinha e ao AMRJ. Este aspecto também se verificava em outras cidades portuárias do país onde a força naval se fazia

---

[66] No "Livro de Contravenções" eram lançadas as contravenções (faltas disciplinares) cometidas pelos militares para que estes fossem à audiência com o comandante do navio ou quartel. O referido comandante era o responsável, à luz dos regulamentos disciplinares, por admoestar ou punir o eventual contraventor.

presente, inclusive em Rio Grande, onde muitos militares, especialmente praças, residiam em localidades da região portuária.

Do mesmo, modo muitos optavam por morar nas próprias unidades em que estivessem lotados. Esta era uma prática muito comum, especialmente entre aqueles militares que serviam embarcados nos navios, pois, associado à questão salarial havia ainda as constantes viagens. As quais exigiam que as tripulações estivessem constantemente submetidas a uma rotina de manutenção e instrução, e ainda, a todo trabalho administrativo comum às demais unidades da Marinha. Toda esta exigência tinha como objetivo manter ou preparar os navios, de maneira que estes estivessem em condições de combate, caso fosse necessário. Deste modo o expediente de um marinheiro que servia embarcado em algum dos navios da Armada, muitas vezes se estendia para além daquele cumprido pelos militares que serviam nas unidades de terra. Fazendo com que muitos decidissem fixar residência a bordo das belonaves ou ali permanecer durante os dias úteis da semana. Esta situação expunha aqueles militares a toda sorte de atividades comuns ao *locus* portuário, tais como: prostituição, alcoolismo, jogos, etc.. No trecho de sua narrativa, o "Entrevistado A"[67] deixa claro este problema, especialmente, a vulnerabilidade social a qual ficavam expostos, segundo ele devido aos baixíssimos salários que percebiam naquele momento:

> E mas aí depois, passou um tempo, o meu irmão[68] alugou um barraco lá no Santo Cristo[69], ali perto da Central. Aí alugou, alugou um quarto lá. [...] O cara *com o que ganhava* como é que ia (*sic*) procurar mulher? Não tinha condições! O que que (*sic*) o cara fazia? O cara vivia ali, na Central do Brasil [...] Ali tinha um abriguinho (*sic*), um abrigo, tipo esse abrigo que nós tinha (*sic*) aqui. Onde passava os

[67] "Entrevistado A" é o pseudônimo adotado para garantir o anonimato perpétuo, condição imposta pelo entrevistado para que a mesma fosse realizada. Gaúcho da cidade de Pelotas, anistiado e suboficial reformado (por força de decisão judicial) ingressou na Marinha no ano de 1959 através da EAMSC.

[68] Seu irmão também ingressou na Marinha junto com ele, mas não foi possível entrevistá-lo nem maiores informações sobre o mesmo.

[69] Bairro portuário da cidade do Rio de Janeiro, bem próximo à estação de trem da Central do Brasil.

> bonde (*sic*) ali. E ali tava (*sic*) sempre cheio de vagabunda. E o marinheiro ia ir (*sic*) aonde? Se metia sempre no meio das vagabunda (*sic*) ali entendeu!? O *nosso meio social; de quem não era de lá*, *de quem não tinha família lá; era tá no meio das vagabunda ali*. [...] [Grifos nossos]

Paulo Costa também relata uma das muitas dificuldades enfrentadas por aqueles marinheiros que residiam a bordo, chamados na Marinha de "mexilhões"[70]:

> [...] Eu ganhava meio salário mínimo no *Tamandaré*, o navio atracado a lavanderia de bordo não funcionava, vinha (*sic*) lavadeiras pro (*sic*) cais pra (*sic*) pegar a roupa dos marinheiros, mas nós não tinha (*sic*) como pagar. Então o que nós fazia (*sic*), ou nós pagávamos com peças de roupas, de roupas nossas que eram cedidas, ou com alimentos que eram cedidos todo fim de semana; era lata de goiabada, lata disso, lata daquilo; fazia um escambo [...] pra poder tua roupa ser lavada, entendeu. [...] Mas nós éramos obrigados a fazer isso pra poder manter o uniforme em dia. [...]

A situação apresentada pelo entrevistado no trecho acima ilustra bem um ditado muito recorrente entre os militares da Marinha do Brasil, que diz: "a Marinha mandou marchar não mandou chover!" Ou seja, não importa se aqueles marinheiros que residiam nos navios não tinham onde lavar suas fardas ou dinheiro para pagar por este serviço. O regulamento disciplinar[71] exigia que eles estivessem com seus uniformes devidamente alinhados, sob pena de serem impedidos de deixar o navio por ocasião do término do expediente e até mesmo serem punidos administrativamente.

Os trechos das narrativas apresentadas anteriormente evidenciam apenas algumas das dificuldades enfrentadas por aqueles militares. Estas dificuldades têm suas "raízes" em demandas que estão relacionadas diretamente com a tensão social existente no seio da força naval. Uma relação de dominação e resistência constantemente tensionada, e que se acentuava diante de questões relacionadas, sobretudo à carreira e a direitos que lhes eram negados.

---

[70] Marisco comumente encontrado vivendo preso aos cascos dos navios.
[71] Incisos 39 e 40 do Artigo 7º do RDM.

Sendo assim, a partir de uma identificação fundamentada em suas vivências enquanto marinheiros e em uma imagem que lhes era atribuída de modo comum. E ainda, diante da inércia da instituição naval em atuar no sentido de assisti-los de forma que pudessem melhorar suas condições sociais. Marinheiros e fuzileiros navais constituíram uma associação durante os tensionados anos iniciais da década de 1960, já no governo do Presidente João Goulart. Associação esta que o historiador Thomas Skidmore classifica como uma entidade de classe ou, em suas palavras, como “um sindicato que exigiria melhoria de condições de trabalho” (2003, p. 358). Ou seja, no entendimento de Maria Aurora Rabelo, aqueles marinheiros experimentaram sua cotidianidade e decidiram (1992, p. 73) buscar maneiras de mudar ou ao menos melhorar sua realidade na Marinha.

Nesse contexto, no entendimento do ex-marinheiro Antônio Duarte, o conflito que se evidenciava no seio da força naval brasileira, seria “originado na estrutura envelhecida da Marinha, como se a instituição tivesse o direito de fazer do soldado uma propriedade semelhante a que se tinha na época da escravidão” (DUARTE, 2005, p.93). No entendimento do ex-marinheiro e uma das principais lideranças do movimento fuzinauta, Avelino Capitani, o referido conflito teve suas origens fundadas nas características específicas da força naval brasileira:

> A Marinha tem características diferentes das demais Forças Armadas, pois sua estrutura social não acompanhou seu desenvolvimento tecnológico. Aí temos o fundo da questão, que é político-social e geradora de todos os fatos posteriores. A Marinha evoluiu tecnicamente por necessidade, mas manteve o marinheiro na antiga e arcaica estrutura social de mando, sufocando problemas e reivindicações de quase um século. A velha ordem imperial persistia na Marinha apesar do progresso da humanidade. (CAPITANI, 1997, p.17)

Em suas memórias, no que concerne à condição de vida e às relações estabelecidas com a oficialidade, tanto Duarte quanto Capitani, estabeleceram uma relativa semelhança entre o que vivenciaram na Marinha e a realidade escravista brasileira. Esta aproximação entre duas realidades distintas está

relacionada às demandas dos marinheiros e não propriamente às características do trabalho escravo, que não existia na Marinha durante o recorte temporal abordado na presente pesquisa. Neste sentido, os baixos salários e a acentuada diferença social existente entre oficiais e praças nas graduações iniciais, associados ao rigoroso Regulamento Disciplinar para a Marinha, que os impedia de contrair matrimônio[72] e de trajar roupas civis quando em folga fora de suas residências[73], nos conferem um melhor entendimento acerca da construção das narrativas de memórias desses dois ex-militares. Bem como, sobre as e vivências e expectativas daqueles marinheiros e fuzileiros na Marinha. Estas expectativas, segundo Paulo Fernando da Costa, fomentaram um inconformismo por parte dos marinheiros. Segundo ele:

> [...] Então, na Marinha sempre existe (*sic*) esses inconformismo (*sic*) que naquela época era difícil. Quando tu tá (*sic*) na escola tu tem (*sic*) uma visão do que seja a Marinha e quando tu chega (*sic*) nele, quando nós chegávamos nela, quando nós chegamos nela descobrimos que era absolutamente diferente do que tu pensava (*sic*), do que tu imaginava (*sic*) que seria tu seguir (*sic*) uma carreira, entendeu. [...]

Também nesta perspectiva, Avelino Capitani evidencia a situação enfrentada pelos marinheiros ao chegarem ao Rio de Janeiro e, consequentemente, o sentimento que lhes ocorria ao perceberem a realidade a qual estariam submetidos na Marinha:

> Eram jovens abertos a novas ideias, que encontravam nos navios uma realidade muito mais adversa da esperada. Os recém-chegados ao Rio eram praticamente jogados nos navios e repartições sem as mínimas orientações, nem sobre locais de encontro e lazer. (1997, p.23)

Através dos relatos acima podemos perceber um sentimento de frustração comum a muitos marinheiros logo que chegavam aos navios. Este sentimento se fundamentava em uma expectativa de carreira, frustrada por

---

[72] Item 52 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.
[73] Item 39 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

uma difícil realidade vivenciada por eles ao chegarem ao Rio de Janeiro. Pois, somente por serem marinheiros, lhes eram negados uma série de direitos e garantias sociais, bem como, condições básicas para buscarem seu desenvolvimento humano e social. Mas, foi também por serem marinheiros, acostumados a resistir às dificuldades que lhes eram impostas pela própria atividade, que alguns optaram por organizarem-se com o intuito de buscar alternativas para resistir e mudar aquela realidade a qual estavam submetidos na Marinha. Como em um navio, decidiram que "navegando juntos" poderiam resistir às "tempestades".

1.2 "Tempestade pela proa[74], preparar para mau tempo!" Mobilização, demandas e a crise com a alta administração naval.

No contexto do processo de constituição da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, consideramos que este está diretamente relacionado com um sentimento de unidade e pertencimento por parte de um segmento específico de praças da Marinha, bem como, à resistência a uma realidade a qual estavam submetidos.

Deste modo, não obstante os recentes debates historiográficos acerca do conceito de "classe", e na medida em que a "'classe' [...] deriva de processos sociais através do tempo" (THOMPSON, 2001, p.270). Foi no transcurso do processo histórico que os marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira desenvolveram uma incipiente consciência enquanto grupo social específico. E ao se identificarem, a partir de suas vivências através de uma rotina de resistência e lutas, estes militares construíram uma sólida concepção de grupo. Aspecto que merece ser destacado por se revestir de significativa importância no contexto de uma discussão acerca do caráter do "marinheiro" da Marinha de Guerra Brasileira enquanto trabalhador. Debate que deixo para uma pesquisa de maior fôlego.

---

[74]"É a extremidade anterior do navio, no sentido de sua marcha normal" (FONSECA, 2002, p.1)

Neste sentido, com base no item 12 do artigo 141 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, no dia 25 de março de 1962, na cidade do Rio de Janeiro, estado da Guanabara, era fundada a AMFNB como órgão de representação social de classe[75]. Composta por marinheiros e fuzileiros navais nas graduações até cabo, aquela associação trazia em seu estatuto sete finalidades, cinco das quais tinham caráter essencialmente assistencial relacionado diretamente às demandas sociais dos seus associados. Estas finalidades se materializavam em ações empreendidas junto aos seus membros e suas famílias, tais como: assistência médica e jurídica, desenvolvimento de projetos de incentivo à educação com parcerias que proporcionavam o acesso às salas de aula, cursos de etiqueta básica, cursos de inglês, atividades recreativas (bailes, futebol e passeios pela cidade) e ajuda aqueles que desejassem abandonar vícios como o jogo e o alcoolismo. Neste sentido, os marinheiros encontravam na associação uma forma de alcançar as respostas que esperavam da alta administração naval para suas demandas, ou ao menos de obter apoio diante das dificuldades enfrentadas na Marinha. Segundo Paulo Fernando da Costa:

> [...] a associação pra (*sic*) quem queria algo diferente na Marinha, poder estudar, ela dava uma [...] Só que as reivindicações, nós não podia (*sic*) andar civil na rua, era umas das reivindicações era andar civil. [...] Então era uma série de regras, você não podia casar, o pessoal não podia, era proibido casar. Então tinha uma série de reivindicações que a associação fazia. Servir, por exemplo, em locais de origem. [...]

Para o ex-marinheiro José Xavier Cortez era importante a atuação da entidade no que se refere às atividades de lazer e de inclusão social do marinheiro em ambientes sociais no meio civil. Segundo ele:

> Não fazia parte do nosso cotidiano, as festas. Nós não éramos convidados para nada. O nosso mundo se resumia àquele mundo da Marinha e nós achávamos que a Associação tinha a função de integrar o marinheiro à sociedade [...]. O objetivo da Associação era, também, quando nós chegássemos a um porto qualquer [...], no Recife, na Bahia ou em Porto Alegre, ter alguém da Associação que

[75] BNM 149, p.2588-2594.- Estatutos da AMFNB.

> fosse capaz de fazer um jantar, convidar-nos para um almoço, ir a um baile à noite, nos divertir. Porque o lazer faz parte da vida das pessoas. Nós tínhamos direito ao lazer. Por que só os oficiais?[76]

O comprometimento da associação fuzinauta com a questão social fica patente tanto nas finalidades apresentadas na ata de fundação quanto na seção um do seu estatuto, que apresenta todas as sete finalidades da entidade. Mas o sinal mais evidente deste comprometimento, bem como, do tipo de ações que se pretendia empreender e o público principal a ser atingido, está nos artigos 28 e 29 do referido estatuto.

Estes artigos apresentavam propostas concretas para assistir aos marinheiros que estudavam após o expediente e eram obrigados a passar a noite na cidade devido à falta de condução para levá-los aos navios (quando fundeados), ilhas e boias onde estivessem lotados.

Neste sentido, já no ano de sua fundação, a AMFNB procurou atuar junto aos marinheiros, tanto na urbe carioca – a bordo dos navios e estabelecimentos de terra – quanto nas escolas de formação e demais organizações da Marinha situadas nos diversos estados do país[77]. A divulgação era feita entre marinheiros e fuzileiros com objetivo de obter novos associados e representantes (denominados “delegados”) a bordo das organizações militares da força naval. O que também ocorria na cidade de Rio Grande, especialmente pelo fato de que, frequentemente, os navios da Armada atracavam no porto riograndino. Em entrevista realizada com o militar reformado Oscar Conceição[78], que à época do golpe servia na CPRS, o mesmo afirmou o seguinte:

> [...] Agente só sabia da associação através de notícias dos colegas que diziam: “A associação vai mudar isso. A associação é boa, deu

---

[76] Entrevista concedida a Anderson da Silva Almeida em 22dez.2009. Apud ALMEIDA, 2010, p.40.

[77] O próprio artigo 2º do estatuto da AMFNB previa que a sede da associação seria na cidade do Rio de Janeiro, com representações nos demais estados do país.

[78] Oscar Conceição ingressou na Marinha no ano de 1953 através da EAMSC, sendo transferido para reserva como suboficial ao final de seu tempo de serviço ativo.

> isso e deu aquilo." Só se via (*sic.*) falar isso [...] dos navios que atracavam aqui né (*sic.*) [...] aí agente conversava. [...]

Estes delegados exerciam funções como: divulgar as ações da associação a bordo de seus navios ou estabelecimentos; buscar novos associados ou contribuintes e recolher as mensalidades ou contribuições junto aos militares. Deste modo, a própria estrutura organizacional da Marinha potencializava o alcance da associação junto aos marinheiros e fuzileiros, uma vez que, por ocasião das constantes viagens dos navios, seus representantes realizavam o trabalho de divulgação – especialmente através da distribuição do jornal *A Tribuna do Mar*[79]– visando apresentar suas ações e angariar novos associados e contribuintes. O entrevistado Paulo Costa narra uma das ocasiões em que representantes da associação fuzinauta estiveram na EAMSC, durante o período em que o mesmo realizava seu curso de formação:

> Legalmente a administração naval acatava, acatou essa associação; basta dizer que antes de terminar o curso foi uma comissão da associação, foi liberado a biblioteca, o auditório da biblioteca, pra (*sic.*) eles explanarem o que pretendia a associação. [...] A primeira diretoria da associação inclusive na escola eles tiveram na escola. Trouxeram cartão de endereço, pediram colaboração de livro que nós pudéssemos doar livros e tal. [...]

O entrevistado se refere à primeira diretoria da AMFNB, cujo presidente era o cabo artilheiro[80] João Barbosa de Almeida. Este primeiro grupo tinha uma postura que visava às mudanças na Marinha através da aproximação com a alta administração naval. Pois, desta maneira seria possível, em um primeiro momento, obter o reconhecimento oficial da associação para que se tivesse acesso a facilidades e benefícios para a entidade, como por exemplo, o desconto das mensalidades diretamente em folha de pagamento. E a partir daí

---

[79] Periódico informativo próprio da AMFNB, *A Tribuna do Mar* passou a ser distribuído ainda durante a gestão da primeira diretoria.

[80] Especialidade militar naval referente à artilharia, isto é, aquele que é capacitado para operar, manter e reparar o armamento portátil e fixo nos navios e quartéis da Marinha.

buscar as mudanças almejadas para a instituição através do diálogo e da conciliação com o comando da força naval.

Diante das dificuldades no recolhimento “homem a homem” realizado pelos delegados em cada organização militar, o desconto das mensalidades diretamente em folha de pagamento revestia-se de grande importância para as intenções da associação. Pois, potencializaria o processo de arrecadação das mensalidades e, consequentemente, elevaria significativamente o montante arrecadado. Procedimento que já era autorizado aos membros da Associação dos Taifeiros da Armada[81] (ATA), haja vista que, à época não havia qualquer tipo de proibição para o estabelecimento de associações de caráter civil (com viés sociocultural e sem quaisquer tipos de representações e/ou finalidades políticas) compostas por militares. Essa busca pela oficialização da AMFNB junto à administração da força naval se fez presente desde o primeiro ofício[82] emitido pela entidade. Neste ofício, endereçado ao Ministro da Marinha, o presidente da AMFNB – cabo João Barbosa de Almeida – além de participar ao ministro a criação e fundação da associação, também solicitava seu reconhecimento através da publicação do estatuto em boletim e divulgação do ato de fundação.

Neste sentido, em um primeiro momento, mesmo sem o reconhecimento oficial a associação era aceita pela administração naval. Haja vista a autorização para visitas de seus integrantes às EAM a fim de realizarem divulgação. Bem como, a formalização da nomeação ou substituição de seus representantes a bordo dos navios e estabelecimentos em terra, através de ofícios[83] remetidos aos comandantes daquelas organizações militares.

---

[81] A Associação dos Taifeiros da Armada foi fundada no ano de 1959 e desde então permanece em atividade. Composta por militares do Serviço Geral de Taifa, tem caráter civil e apolítico, voltada para a promoção de atividades socioculturais, desportivas e artísticas para seus associados e familiares. Conforme Estatuto Social da ATA. Disponível em: http://www.taifeirosdaarmada.org.br/estatuto.pdf Consultado em: 28 de março de 2015.
[82] BNM 149, p.2580-2581.
[83] BNM 149, p.2598 e 2599.

Na esteira dos diversos movimentos vinculados a segmentos de trabalhadores e estudantes que se mobilizavam em torno de reivindicações ligadas a questões sociais. A partir dos meses finais do ano de 1962 um grupo mais combativo e politizado, formado em sua maioria por marinheiros que serviam embarcados nos navios, passou a fazer forte oposição interna à primeira diretoria da associação. Esta oposição se fundamentava em denúncias contra o presidente, cabo João Barbosa, acerca de sua tendência de aproximação em relação ao Conselho do Almirantado[84], em detrimento de ações mais significativas para apresentar e reivindicar as demandas dos marinheiros. Esta divisão culminou na convocação de eleições em abril de 1963, as quais foram vencidas pelo grupo de oposição, que passou então a compor a diretoria da AMFNB, cujo novo presidente era o marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos[85]. Segundo Pedro Viegas (2004, p.47), que exercia função na elaboração da *Tribuna do Mar*, Anselmo não era nome forte para assumir a presidência da associação naquele momento, uma vez que tinha pouco tempo de atuação efetiva na entidade, onde exercia função de relações públicas. Sua candidatura somente ganhou força devido a uma série de recusas por parte daqueles que tinham a preferência dos associados, segundo Viegas:

> [...] a primeira preferência incidia sobre Neguinho – Geraldo Costa – [...] ele próprio vinha trabalhando, com todo vigor e crédito que havia conquistado nas bases, o nome de Antônio Duarte, que também não quis ser candidato. Aí, sim, entrou Omena[86] na linha sucessória [...] Mas também Omena "pulou fora", desvencilhando-se dessa hipótese. [...] um dos argumentos que apresentou como saída, apoiando-se nos estatutos, foi o de que estava prestes a ser promovido a sargento, o que era verdade [...] Assim surgiu a candidatura de José Anselmo, a quem Omena e, principalmente os críticos mais acerbos de João

[84] De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 22070 de 10 de novembro de 1932; este é um órgão consultivo da administração naval para o estudo de problemas técnicos e administrativos que não sejam de caráter privativo do Ministro da Marinha.

[85] Alguns autores, inclusive historiadores e jornalistas, atribuem a graduação de cabo a José Anselmo dos Santos em virtude da insígnia de marinheiro de primeira classe contar com duas divisas, a exemplo da insígnia de cabo no Exército. Deste modo Anselmo ficou popularmente conhecido como "cabo" Anselmo.

[86] Cabo Moacyr Omena de Oliveira, diretor da *Tribuna do Mar*.

> Barbosa não só deram integral apoio como partiram para a defesa e a promoção desse nome. [...] (2004, p.46-47)

Para Pedro Viegas, este aspecto da chegada de Anselmo à presidência da associação já derruba a tese de que ele "era um agente implantado pela Marinha entre os marinheiros para criar condições para o golpe de 1964 [...]" (VIEGAS, 2004, p.47). Do mesmo modo, para Érica Roth Anselmo "era um bom menino, educado, simpático. Agente da CIA[87] naqueles tempos, nem pensar. [...]"[88]. Porém, muitos autores ainda trabalham com a ideia de que José Anselmo dos Santos seria um elemento infiltrado no movimento dos marinheiros para levar o mesmo à radicalização e assim criar uma justificativa para o golpe. Neste sentido, Thomas Skidmore afirma o seguinte:

> [...] José Anselmo era um estudante universitário[!], que antes trabalhara ativamente na UNE[!] e se alistara na Marinha para fazer o serviço militar, que a maioria dos estudantes de universidade procurava evitar. Anselmo, entretanto entrara para a Marinha ansioso por levar a mobilização das forças populares até aos proletários navais. [...] (2003, p.358)

Ainda sob esta perspectiva, o historiador Helio Silva afirma que Anselmo seria "terceiro-anista (*sic.*) de direito [!] e sobre quem já existiam dúvidas de ser um elemento infiltrado" (SILVA, 1978, p.357 apud RODRIGUES, 2004, p.144). Já para Bóris Fausto, Anselmo se "tornaria mais tarde, ou já era nessa época, segundo alguns, informante do Centro de Informações da Marinha" (FAUSTO, 2001, p.254 apud RODRIGUES, 2004, p.144).

Tais afirmações se fundamentam em meras suspeitas baseadas na desenvoltura a frente da associação e facilidade com as palavras que Anselmo demonstrava mesmo antes de ser alçado à presidência da AMFNB. O que seria de se esperar, pois, exatamente por estas características pessoais ele desempenhou a função de relações públicas da associação fuzinauta até ser eleito seu presidente. Suas ações ao lado da repressão durante o regime

---

[87] *Central Intelligence Agency* – Agencia Central de Inteligência dos EUA
[88] *O Globo*, 27mar.2004, Prosa e Verso, p.2.

militar também contribuíram para solidificar essas ideias e afirmações acerca de sua atuação no movimento dos marinheiros. Mas para Pedro Viegas e Avelino Capitani, “Anselmo, nos anos 60 tinha uma boa índole, estando distante ainda em espírito e cabeça do homem que viria a ser corrompido pelos militares e seus carrascos.”[89] Sob sua presidência a segunda diretoria da AMFNB era composta por nomes como Marco Antônio da Silva Lima, Avelino Bioen Capitani, os irmãos José e Antônio Duarte dos Santos, Geraldo Costa e Adilson Aquilino, entre outros, os dois primeiros ocupando os cargos de vice-presidente e segundo vice-presidente, respectivamente.

A partir deste momento, tendo em vista as constantes negativas por parte da alta administração naval em abrir canais de diálogo com os marinheiros acerca de suas demandas, a associação adotou uma postura mais incisiva ao apresentar suas reivindicações. Entre estas, além daquela relacionada aos baixos salários, estavam outras que também tinham relação direta com a condição social à que eram submetidos cabos, soldados e marinheiros. É o caso do acesso aos estudos, especialmente por aqueles militares que serviam embarcados, uma vez que a própria rotina de viagens não favorecia à atividade estudantil por parte dos marinheiros. Estes ainda esbarravam no RDM, que os impedia de usar traje civil quando estivessem fora dos navios ou dos quartéis, e ainda, na proibição de transitar pelas ruas após a meia noite, sob pena de serem recolhidos ao Presídio da Marinha[90]. Neste sentido, o “Entrevistado B” relata uma ocasião em que foi preso por não estar trajando o uniforme militar no meio civil:

> [...] Eu uma vez, o meu oficial, da minha divisão, me prendeu e mandou eu me apresentar no navio por que eu tava paisano na frente do Ministério da Marinha. Eu tava (*sic*.) na rua, em frente ao

[89] *O Globo*, 27mar.2004, Prosa e Verso, p.2.
[90] Organização militar, situada na Ilha das Cobras (região central da cidade do Rio de Janeiro), destinada ao cumprimento de penas restritivas de liberdade aplicadas aos militares da Marinha. Inclusive aquelas relativas às faltas disciplinares aplicadas por comandantes de navios e quartéis onde não houvesse local disponível para a guarda de presos, local este denominado “bailéu”.

> ministério, ele passou e me prendeu. Que não podia andar a paisano (*sic.*) ali. [...]

Do mesmo modo, Paulo Costa também narra uma ocasião em que foi preso por estar nas ruas após a meia noite:

> [...] Depois da meia noite se - mesmo fardado - tu estiver (*sic.*) pela rua, não podia estar depois da meia noite na rua. Chegava o camburão, que vinha com a escolta naval, feita de fuzileiros, e recolhia; eu mesmo fui recolhido duas vezes; pro (*sic.*) Presídio Naval e no outro dia de manhã era solto. [...]

Além do acesso aos estudos, os marinheiros também reivindicavam a reformulação dos regulamentos. Especialmente o RDM que, de acordo com Capitani, era aplicado dependendo "do humor ou da ideologia dos oficiais" (1997, p.18). Negando assim uma série de direitos, inclusive o de contrair matrimônio[91], bem como, possibilidades de melhoria de suas condições sociais.

Sem o apoio formal da instituição, parte daqueles militares que desejassem estudar dependia da simpatia de seus superiores para frequentar as salas de aula. Em seu relato, Avelino Capitani afirma que:

> [...] A maioria dos oficiais era contrária a que os marinheiros estudassem. Para sair da repartição após o expediente, o marinheiro tinha que passar pela inspeção do oficial de serviço. Se este percebesse que o marinheiro estava estudando, aumentava as dificuldades para a saída. Todos em forma, o oficial passava revista e dizia:
> - Teu chapéu tem uma pequena sujeira.
> O marinheiro voltava ao alojamento e só depois de uma hora poderia tentar sair novamente. [...] (1997, p.19)

Em sua narrativa, Paulo Costa também relata como sofreu com esta prática a bordo do cruzador *Tamandaré*:

> [...] esse oficial da primeira divisão começou a pegar no meu pé, entendesse. Começou a pegar no meu pé e [...] Dava licença e eu ia formar; por que lá você pra (*sic.*) *baixar terra*[92] no *Tamandaré*, você tinha que formar e o oficial vinha (*sic.*) te vistoriar de cima a baixo pra (*sic.*) ver como é que tu tá (*sic.*) pra poder sair. Esse oficial chegava e

[91] Inciso 52 do Artigo 7º do RDM.
[92] Termo utilizado na Marinha, mesmo em estabelecimentos em terra, para referir-se a sair de bordo, isto é, sair do navio ou quartel.

> ele olhava, se eu tava (*sic.*) ele passava pelos outros e olhava eu, dizia: "Paulo, vem aqui." E sempre arrumava uma desculpa: "Vai passar um Kaol[93]" no cinto, vai engraxar o sapato, vai cortar o cabelo"; e eu não conseguia baixar terra, entendesse. [...] [Grifo nosso]

Por "tradição", que muitas vezes era institucionalizada através de normas e regulamentos internos de cada OM, todas as praças nas graduações iniciais deveriam formar no convés (ou local previamente estabelecido) a fim de serem inspecionadas, para que, só então, pudessem deixar seu navio ou quartel ao final do expediente. Esta inspeção consistia na verificação – por parte de um oficial, suboficial ou sargento – das condições relativas à apresentação pessoal do militar, ou seja, barba, cabelo e uniforme. Além de inspecionarem-se eventuais volumes particulares que estes militares estivessem levando consigo, como por exemplo: sacolas, bolsas e mochilas; para que se verificasse se os mesmos não estariam saindo com algum material pertencente à OM sem a devida autorização. Além destas inspeções, existiam horários para que os praças pudessem deixar o navio, isto é, na rotina das OM's existiam horários preestabelecidos para que aqueles militares pudesse "baixar terra". Caso, por qualquer motivo, um militar perdesse um desses horários, ele somente poderia sair no próximo – normalmente uma hora depois – quando passaria por uma nova inspeção. Essas práticas, especialmente esta ultima, remontam ao século XIX, quando os navios dificilmente atracavam, devido a dificuldade em "suspender"[94] rapidamente caso fosse necessário. Deste modo, os navios permaneciam fundeados e estabeleciam-se horários para a guarnição deixar o navio através dos escaleres que os conduziam até o cais. Tais procedimentos, fundamentados em "tradições", eram comuns a todos os navios e estabelecimentos da Marinha, inclusive à CPRS, sendo mais ou menos rigorosos conforme o perfil do comandante e demais oficiais da OM.

---

[93] Marca de um produto utilizado para dar brilho em metais muito empregado na Marinha.
[94] Termo utilizado na Marinha para fazer referência ao ato de um navio deixar o cais ou fundeadouro para navegar.

Neste sentido, analisando alguns trechos das narrativas apresentadas até o momento, é possível perceber que o regulamento disciplinar era aplicado de maneira diferenciada, de acordo com o posto ou a graduação do militar. Ou seja, aos marinheiros o rigor era demasiadamente excessivo, colocando-os em uma condição de constante precariedade na carreira. Pois, para que os militares das graduações inferiores à de terceiro-sargento permanecessem servindo à Marinha, estes não poderiam contabilizar, em suas cadernetas-registro[95], mais de trinta pontos perdidos com punições,[96] sob pena de serem excluídos do serviço ativo da Marinha. Desta maneira, esses militares estavam constantemente expostos aos excessos de muitos superiores, que os coagiam ou aplicavam punições como "impedimento a bordo" ou "pagar uma faina[97]" após o expediente, sem que estas fossem contabilizadas em suas cadernetas-registro.

Diante desta situação, a extinção das cadernetas-registro era uma das reivindicações dos marinheiros. Pois, segundo eles, este documento, que é individual para cada militar, era um instrumento poderoso de dominação, já que os registros nele contabilizados ficavam a cargo dos oficiais. Os quais muitas vezes, por interesses próprios, poderiam lançar punições por entenderem que o militar "estava com a barba grande" ou com o "sapato não condizente com a farda da Marinha", por exemplo. Ou seja, situações altamente subjetivas, que poderiam ser utilizadas de acordo com a simpatia de um oficial por um determinado militar ou de seus interesses pessoais. Esta subjetividade se evidenciava em diversas contravenções disciplinares elencadas no artigo 7º do RDM, tais como: "responder de maneira desatenciosa ao superior", "portar-se sem compostura em lugar público", "ser descuidado no asseio do corpo e da

[95] Documento administrativo comum a todos os militares da Marinha (oficiais e praças) onde se realizava o acompanhamento da carreira do militar, registrando todas as ocorrências relativas ao mesmo, não somente as punições.
[96] Conforme os Art. 71 e 85 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e parágrafo 1º do Art. 28 do RDM.
[97] Expressão marinheira que significa "determinar algum serviço ou tarefa".

roupa", "estar fora do uniforme ou tê-lo em desalinho" e "simular doença". De acordo com a contravenção o militar poderia ser punido por seu superior com penas que variavam desde a repreensão, passando pelo impedimento de ausentar-se do quartel ou navio, até a expulsão do serviço à Marinha[98].

Com a mudança de postura da AMFNB, por ocasião da atuação de sua segunda diretoria e da própria conjuntura política vivenciada no país à época, a alta administração naval passou a se opor às ações da associação e continuou inflexível quanto às reivindicações e demandas apresentadas pelos marinheiros. Contribuindo assim para a escalada de uma crise interna aos quadros da Marinha, que teria significativa relevância nos desdobramentos políticos que culminaram com o golpe civil-militar no ano de 1964.

1.3 "Hierarquia e disciplina, para alguns." A escalada da crise e a questão disciplinar na Marinha.

A fundação da AMFNB representou um avanço significativo no processo de construção da identidade dos marinheiros e, consequentemente, em uma consciência incipiente de grupo. Na medida em que, com base na prática das relações de dominação e resistência estabelecidas diuturnamente entre oficiais e praças, bem como, nas vivências de cada indivíduo inserido nesse "pequeno universo" no qual se constitui a Marinha. É possível perceber a relevância da questão social interna aos quadros da força naval neste processo de construção da identidade dos marinheiros. Desta maneira, podemos perceber que a partir de uma condição de subalternidade, a que estavam submetidos pela própria hierarquia militar, associada a regulamentos, tradições e simbolismos que reforçavam uma condição de subordinação social. Os marinheiros desenvolveram formas de resistência a essa realidade, identificando ainda pontos de interesse entre si e diferenças em relação à oficialidade. Diferenças estas que não se atinham à questão hierárquica,

[98] Somente aplicada para os praças das graduações de sargento até marinheiros e soldados, conforme o Art. 13 do RDM.

caracteristicamente militar, mas evidenciavam-se na negação de alguns direitos civis e garantias sociais, além das condições de trabalho, convivência e conforto, sobretudo a bordo dos navios.

Destarte, quando questionado sobre as condições de trabalho e conforto de oficiais e praças a bordo do cruzador *Tamandaré*, Paulo Costa utilizou uma expressão que ainda hoje é muito empregada na Marinha e que denota esta significativa diferença entre os dois segmentos: "A situação dos oficiais [...] *existia* (*sic.*) *duas Marinhas*, entendesse" [Grifo nosso]. Referindo-se aos privilégios, conforto e ao luxo desfrutado pela oficialidade em detrimento das péssimas condições de trabalho e acomodação dos marinheiros a bordo do navio. Neste sentido, o "Entrevistado B" relata que, também no *Tamandaré*; cabos, soldados e marinheiros "almoçava (*sic.*) era em *bandeja* e *caneco de alumínio* [...]". Algo bastante comum em muitas unidades da Marinha à época, especialmente nos navios, onde os cabos e marinheiros faziam suas refeições em bandejas de alumínio enquanto oficiais, suboficiais e sargentos utilizavam pratos e xícaras de porcelana.

Do mesmo modo, devido ao pouco espaço e ao elevado número de militares a bordo dos navios de guerra, oficiais e praças eram distribuídos em locais de convivência e habitação, considerando-se a antiguidade dos mesmos no que concerne ao conforto[99] a bordo. Sendo assim, aos praças das graduações iniciais eram reservados alojamentos coletivos – com beliches ou macas[100] – e banheiros comuns. Tal situação se evidencia em relatos como o de Antônio Duarte dos Santos:

> O espaço reservado aos marinheiros eram os alojamentos e beliches apodrecidos pelo uso de décadas e privadas coletivas, uma valeta comum. Para os oficiais, ainda se conservava o conforto dos camarotes e banheiros individuais. (DUARTE, 2005, p.92)

[99] Conforme Art. 14 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.
[100] Conforme Art. 14 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Esse processo de identificação propiciou uma significativa aproximação entre marinheiros e fuzileiros nas graduações até cabo, culminando com a fundação da associação fuzinauta e seu crescimento exponencial ao longo de seus dois anos de existência. Crescimento este que se fundamentava unicamente na arrecadação das mensalidades – não autorizada pela Marinha – de associados e contribuintes, bem como, no apoio de diversas entidades ligadas a movimentos de trabalhadores e estudantes, especialmente a partir do ano de 1963. Deste modo, podemos dizer que aqueles marinheiros "experimentaram sua cotidianidade e decidiram" (RABELO, 1992, p.73) buscar maneiras de mudar ou ao menos melhorar sua realidade na Marinha. Neste sentido, acerca da criação da AMFNB, Pedro Viegas (2004, p.41) afirma que:

> [...] Os problemas que afligiam o corpo do pessoal subalterno, em especial de cabo para baixo, eu conhecia, e bem, por vivê-los na pele. Mas não imaginava que entre nós tivesse alguém tão disposto a enfrentá-los de modo coletivo e organizado, como *categoria profissional*. A condição de militar era um impedimento para tanto, segundo os regulamentos, e por isso qualquer reivindicação que pudesse apresentar como efeito mudanças nas tradicionais relações internas na Marinha, não poderia deixar de ser um bom combustível para a fogueira dos que a rechaçavam por princípio, ancorados no pretexto de rompimento da hierarquia. [...] [Grifo nosso]

Considerando as experiências de vida e trabalho daqueles militares, ou seja, sua cotidianidade, enquanto parte integrante de um processo de resistência à realidade a qual estavam submetidos. Na medida em que a resistência, em suas mais variadas formas, pode assumir, segundo Edgar Gandra (1999, p.13), uma postura multifacetária. Podemos compreender não somente ações como: a persistência em concluir os estudos, transitar nas ruas sem o uniforme devido e fora do horário permitido, casar sem a devida autorização ou ainda a própria criação da associação; como, segundo o entendimento de Marilena Chaui (1986, p.63), atos de resistência inseridos no cotidiano daqueles militares. Uma resistência que estava fundamentada em suas vivências na Marinha, fazendo com que, nas palavras de Michel de Certeau, o cotidiano daqueles homens "se inventasse com mil maneiras de

caça não autorizada" [Grifo do autor] (CERTEAU, 1998, p.38) diante de uma realidade "que embora sempre repetida, nem por isso se tornava mais aceitável" (CERTEAU, 1998, p.77). Desta maneira, o cotidiano daqueles praças da Marinha revestia-se de aspectos rotineiros marcados pela atividade militar naval, mas também descortinava uma série de "formas de resistência à ordem estabelecida" (SCHIMIDT, 1996, p.49), bem como, à condição social a qual estavam submetidos.

No contexto tensionado do ano de 1963, marcado pelo avanço das mobilizações de grupos populares ligados a movimentos de trabalhadores e estudantes que reivindicavam mudanças no cenário social do país. Diante das negativas da alta administração naval em dialogar com a AMFNB acerca das demandas dos marinheiros, esta passou apresentar suas reivindicações de maneira mais incisiva, buscando apoio em movimentos sociais e no próprio alinhamento aos posicionamentos do presidente João Goulart. Esta postura da associação levou a um rápido afastamento entre os marinheiros e as autoridades navais, em especial o Conselho do Almirantado, culminando com uma crise que levou à "radicalização" do movimento fuzinauta no ano de 1964. Esta "radicalização" consistiu no fato de que, diante da inflexibilidade da cúpula naval em dialogar com os marinheiros, a AMFNB levou para a arena política, em âmbito nacional, as suas reivindicações. Fazendo coro a sindicatos, entidades de representação de classe e associações de subalternos das Forças Armadas e Auxiliares que apoiavam o projeto reformista proposto pelo Presidente da República e, portanto, comandante-em-chefe das Forças Armadas, João Goulart.

Em um cenário de crescente polarização política e de temor por um novo levante de subalternos, a exemplo da mobilização dos sargentos[101], teve início

[101] Movimento que reivindicava o direito de elegibilidade dos sargentos das Forças Armadas que culminou em uma revolta no mês de setembro de 1963. Os revoltosos se mobilizaram em Brasília ocupando parte da esplanada dos ministérios, a Base Aérea e o Grupamento de Fuzileiros Navais. Durante as ocupações os militares revoltosos prenderam alguns oficiais

uma tentativa de pressionar a associação para que esta alterasse seu estatuto. Dele escoimando tudo que não dissesse respeito a questões de natureza cívica, cultural, beneficente e desportiva. Somente assim a associação poderia ser reconhecida pela administração naval e, deste modo, seria possível recolher as mensalidades de seus associados diretamente em folha de pagamento, da mesma maneira como a ATA procedia junto ao seu quadro de associados.

A tentativa de se exercer um relativo controle sobre a AMFNB através de seu reconhecimento não foi exitosa e levou a alta administração naval, ainda no ano de 1963, a pressionar seus dirigentes com o objetivo de obrigá-los a mudar os estatutos da entidade e assim restringir e controlar as suas atividades, ou mesmo desmobilizá-la por completo. Esta pressão ficou clara no ofício do Ministro da Marinha, almirante Sylvio Motta, ao chefe do Estado-Maior da Armada, datado de 16 de setembro de 1963, no qual determinava providências urgentes em relação à AMFNB, entre as quais:

> [...] a AMFNB deverá, dentro do prazo de 30 dias, a contar desta notificação, modificar seus Estatutos [...] sob pena de ter a Alta Administração Naval (*sic.*) que tomar outras providências de caráter mais urgente e enérgico, com amparo na própria Constituição Federal, no sentido de preservar, *a qualquer custo*, a disciplina na Marinha [...] [102] [Grifo nosso]

Por sua vez, a diretoria da AMFNB rejeitava este discurso em suas assembleias. E mesmo sem o reconhecimento da administração naval – o que impossibilitava o recolhimento das mensalidades diretamente nos contracheques, prejudicando assim a arrecadação – a associação evidenciava um significativo crescimento tanto em número de associados quanto em sua atuação junto aos marinheiros e fuzileiros. De maneira que, ao final do mês de fevereiro de 1964, a associação fuzinauta já contava com sucursais nas

---

destas organizações militares, mas acabaram sendo rendidos por militares que não haviam aderido à revolta.

[102] Trecho do ofício nº 4.393, de 16 set. 1963, do Ministro da Marinha ao chefe do Estado-Maior da Armada. Apud RODRIGUES, 2004, p. 85.

seguintes cidades: Ladário-MS, Natal-RN, Recife-PE, Salvador-BA e Belém-PA, conforme divulgação da edição de número 12 do jornal *A Tribuna do Mar*[103]. Estando ainda em formação a sucursal da cidade de Vitória-ES[104], além do estabelecimento de contatos e distribuição de materiais de divulgação e exemplares do periódico fuzinauta em outras cidades portuárias, entre as quais destacamos Rio Grande.

Além das sucursais espalhadas pelo país, na cidade do Rio de Janeiro a AMFNB levava a cabo o seu projeto de contribuir para a melhora das condições sociais de seus associados, especialmente através do incentivo aos estudos, que era fator de grande dificuldade daqueles militares por ocasião dos exames para promoção na carreira. Neste sentido, também no início de 1964, marinheiros e fuzileiros já contavam com uma escola direcionada especificamente para seu segmento, e, portanto, adaptada às suas necessidades no que se referia à educação. Esta escola, situada no bairro do Santo Cristo, teve seu prédio reformado pelos membros da associação e franqueado aos mesmos durante o período noturno, através de um acordo firmado entre o serviço social da AMFNB – chefiado por Érica Roth – e a Secretaria de Educação do Estado da Guanabara. Acerca da reforma do prédio *A Tribuna do Mar* publicou o seguinte:

> [...] está parecendo um dique, onde os marujos pintam e remodelam a sua belonave. Mas já podemos considerar realmente o nosso trabalho, pois a cultura é um bem inestimável. [...][105]

Segundo Antônio Duarte[106] as aulas de matemática e história eram ministradas por um grupo de estudantes da Faculdade de Filosofia do Rio de

---

[103] In: VIEGAS, 2004, p.60.
[104] BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara em 01fev.1964.
[105] *A Tribuna do Mar*, ano II, nº 12, jan/fev. 1964, p.10. Apud RODRIGUES, 2004, p.84-85.
[106] Entrevista concedida a José Augusto Dias Júnior em 6nov.1984. Apud RODRIGUES, 2004, p.85.

Janeiro e um oficial lotado no gabinete do vice-almirante Cândido Aragão[107] ministrava as aulas de português. Desta maneira, em janeiro de 1964 a escola do Santo Cristo contava com "seis turmas de marinheiros, em um total de 229 alunos" (RODRIGUES, 2004, p.85). O que vem corroborar o discurso apresentado por José Raimundo da Costa: "[...] que apesar da proibição de alguns navios em não deixar que os marinheiros estudem, tem havido frequência em massa em nosso colégio [...]"[108]

No contexto de polarização política e efervescência social vigente no país já em fins de 1963, e diante do crescimento da AMFNB – cuja diretoria se negou a alterar seus estatutos, conforme determinado pelo Ministro da Marinha – teve início uma pressão ainda mais intensa por parte da administração naval sobre a associação fuzinauta. Diretores e delegados passaram e ser transferidos para unidades mais distantes e/ou perseguidos nas unidades em que estavam lotados, sendo punidos administrativamente com base no RDM. Ou seja, como a Constituição Federal assegurava o direito de associação aos marinheiros e fuzileiros, a cúpula naval não podia impedir deliberadamente que os membros da AMFNB se reunissem. Deste modo, passou a punir seus diretores e delegados com base em diversos itens altamente subjetivos constantes do artigo 7º do RDM. Esta prática tinha como objetivo impedir a presença das principais lideranças do movimento em assembleias e reuniões e, ao fim e ao cabo, o próprio funcionamento da associação fuzinauta, ao excluir dos quadros da Marinha os principais nomes ligados à mobilização. Como exposto por Paulo Costa em sua narrativa:

> [...] a Associação ela foi se agigantando demais, entendeu. E aí a oficialidade [...] a estrutura militar começou a pressionar. Queria que ela acabasse. Prendiam, prendiam os diretores e depois soltavam. O pessoal a bordo era perseguido, quem era da Associação, dirigente

[107] Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, Cândido da Costa Aragão iniciou sua carreira na Marinha como soldado. Era simpático ao movimento da AMFNB e às propostas do presidente Goulart.

[108] BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara em 01fev.1964.

> ou que recolhia as mensalidades, eles eram repreendidos ou presos, entendeu. [...]

O próprio Paulo Costa sofreu este tipo de perseguição, pois, enquanto liderança do movimento dos marinheiros sofreu uma série de punições que tinham como objetivo impedir que o mesmo se ausentasse do navio, além de prejudicar sua carreira a ponto de possibilitar sua exclusão das fileiras da Marinha. Esta prática fica evidente quando observamos os assentamentos do militar lançados em sua caderneta registro[109]. Onde consta que entre os dias 22 de março e 6 de maio de 1964 Paulo Costa teria sido punido disciplinarmente cinco vezes, totalizando dezessete dias impedido de ausentar-se da unidade onde servia, o cruzador *Tamandaré*. Dentre as punições aplicadas ao ex-marinheiro destacam-se os dez dias de prisão rigorosa[110] a que foi submetido por ter incidido nas transgressões previstas nos itens 3, 6 e 49 do artigo 7º do RDM[111]. Assim como ocorreu com Paulo Costa, essa prática de utilizar o regulamento disciplinar para perseguir membros e lideranças da AMFNB impediu que muitos daqueles militares estivessem presentes na assembleia do dia 25 de março.

A resposta da associação veio, principalmente, através de notas e colunas publicadas em seu jornal, mas também através de assembleias onde se faziam presentes diversas lideranças de entidades de representação de segmentos ligados aos trabalhadores, estudantes e praças das Forças Armadas e Auxiliares. *A Tribuna do Mar* em sua edição de nº 12 trouxe uma reportagem cuja manchete, na capa do periódico, exibia a seguinte frase:

---

[109] Arquivo pessoal de Paulo Fernando Santos da Costa.

[110] Neste tipo de sanção disciplinar os militares permanecem presos a bordo de suas unidades. Mas de acordo com o art. 23 do RDM; os oficiais, suboficiais e sargentos deveriam ser recolhidos aos recintos de bordo destinados aos seus círculos hierárquicos; enquanto que cabos, soldados e marinheiros seriam recolhidos à prisão fechada em célula ou solitária, o chamado "bailéu" a bordo dos navios.

[111] Item 3 do art. 7º do RDM – Responder de maneira desatenciosa ao superior; item 6 do art. 7º do RDM – Deixar deliberadamente de cumprir ordem recebida de autoridade competente; e item 49 do art. 7º do RDM – Ausentar-se sem licença, de bordo ou da embarcação em que achar.

"Perseguição e Onda de Prisão na Associação Fuzinauta". Nesta reportagem Pedro Viegas apontava para a pressão sobre os dirigentes da associação e uma eventual tentativa de fechamento da mesma, por parte da alta administração naval. E ainda, para a postura intransigente do comando da força naval diante das reivindicações dos marinheiros acerca de suas demandas, especialmente, àquelas relativas a direitos e garantias sociais. De acordo com Viegas:

> [...] Já não se pode esperar o sonhado apoio dos nossos superiores, quando vemos desabar de encontro a nós todo o peso da arrogância que se funda em uma dúvida propositada que por mais nos esforcemos para elidi-la, mais toma proporções de ponto de vista sumarizante de quem nunca faltamos com o devido respeito. Tudo o que vem ocorrendo é puro fruto da incompreensão desde o primórdio de nossa fundação – 25 de março de 1962 – começando por não sermos reconhecidos e sim, tidos apenas como insulto à soberania das nossas autoridades. Nada, no entanto, veio de encontro a qualquer item dos regulamentos pelos quais somos regidos.[112]

Em um dos artigos publicados pelo jornal nesta mesma edição, intitulado "A responsabilidade do militar", Antônio Duarte dos Santos dizia o seguinte:

> A história tem-nos dito que na vida dos povos colonizados, subdesenvolvidos, principalmente em países como o nosso, subsiste uma acentuada e violenta discriminação, particularmente em nossas Forças Armadas. A própria natureza da sociedade neocolonialista proporciona este implacável método separativista. Tudo isso fundamentado na torpe mentira da fraternidade e equidade de direitos inexistentes. [...] Antes de mais nada, queremos crer que é indispensável modificar este velho ponto de vista do "militar disciplinado" e alheio aos problemas de sua pátria, porque os problemas de sua pátria são os problemas de seu país e irmãos [...] o militar tem que estar atento a todos estes problemas, do contrário ficará relegado a simples objeto de repressão de seu povo, do contrário o militar continuará sempre tendo suas ações limitadas por este pensamento belicista e retrógrado. Devemos ou não lutar contra essa dominação de nossa consciência?[113]

---

[112] *A Tribuna do Mar*, ano II, nº 12, jan/fev. 1964, p.3 Apud RODRIGUES, 2004, p.94.
[113] *A Tribuna do Mar*, ano II, nº 12, jan/fev. 1964, p.2 Apud RODRIGUES, 2004, p.93.

Neste contexto, no dia 1º de fevereiro de 1964, foi realizada uma assembleia extraordinária[114] na sede da AMFNB na qual foram deliberados, entre outros, temas atinentes às punições sobre dirigentes e membros da associação, e ainda, sobre as ameaças de fechamento da entidade. Nesta assembleia foram aprovados temas que seriam encaminhados para apreciação do Ministro da Marinha e das autoridades governamentais. Entre os quais podemos destacar os seguintes: a anulação do processo contra os seus dirigentes, desconto das mensalidades em folha de pagamento, revisão dos regulamentos, inclusão de cabos e soldados nos estudos quando fosse reformulado o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (CVVM) e o direito de votar e ser votado. Ficam evidentes nestes temas, votados e aprovados pela assembleia extraordinária, as questões afetas à carreira daqueles militares e às garantias que assegurassem melhoras na condição social a qual estavam submetidos. Estiveram presentes à referida assembleia diversas lideranças de entidades de representação com abrangência nacional, tanto civis quanto militares, que manifestaram apoio à AMFNB frente à crise com a alta administração naval, em um contexto onde seus desdobramentos tinham reflexo em todo país.

Os temas aprovados em assembleia foram levados para apreciação do Ministro da Marinha através de um ofício da associação no dia 19 de fevereiro. Porém não houve diálogo, e o processo de desarticulação da entidade fuzinauta – através de punições deliberadas e transferências de seus dirigentes e lideranças – continuou em curso. Deste modo, e na esteira do cenário sociopolítico nacional à época, os marinheiros passaram a crer que as mudanças que desejavam na Marinha não poderiam ser realizadas através do diálogo com as autoridades navais. Mas sim pelo próprio Presidente da República, se seu projeto reformista para o país fosse adiante. Assim, em um contexto político marcado pela ameaça iminente de intervenção militar desde a

[114] BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara em 01fev.1964.

renúncia de Jânio Quadros em 1961, os marinheiros optaram por permanecer fiéis ao governo e à Constituição. Passando de um discurso restrito às suas demandas, para um posicionamento alinhado aos demais movimentos e grupos sociais que apoiavam as reformas propostas pelo presidente João Goulart.

Neste contexto, visando impedir a realização da assembleia comemorativa pelo segundo aniversário da AMFNB, o Ministro da Marinha – almirante Sylvio Motta – determinou a prisão de 12 diretores da associação, pela participação dos mesmos em debates sobre as reformas de base durante reunião no Sindicato dos Bancários da Guanabara. No dia seguinte o ministro determinou ainda a prisão de mais 40 marinheiros.

Cabe ressaltar que as reformas de base eram um conjunto de medidas propostas pelo Presidente da República e comandante supremo das Forças Armadas, João Goulart. Deste modo, as ordens de prisão estariam fundamentadas no fato de que os marinheiros estariam discutindo propostas defendidas por seu comandante-em-chefe, as quais eles apoiavam amplamente. Este fato suscita questionamentos – que iremos abordar mais adiante – acerca de quem estaria ferindo o princípio da hierarquia nesse contexto da crise entre a alta oficialidade naval e a associação fuzinauta. Neste sentido, o historiador Flávio Rodrigues diz o seguinte:

> Não deixa de ser irônico que o ministro da Marinha ordenasse a punição de seus subordinados que haviam discutido medidas defendidas por seu próprio chefe e superior hierárquico, o presidente da República. (2004, p.105)

O fato é que as ordens de prisão não impediram a realização da assembleia no dia 25 de março, porém mudaram seu caráter. O que seria um ato festivo transformou-se em uma assembleia permanente diante das notícias das ordens de prisão e da divulgação pela imprensa que “os militares que iriam cumprir a terceira pena disciplinar seriam licenciados da Marinha após a

conclusão do castigo" [115], conforme preconizado pelo regulamento[116]. Muitos dirigentes e lideranças da AMFNB estavam nesta situação e seus nomes constavam daqueles cujas prisões tinham sido determinadas pelo Ministro da Marinha. Tinha início uma "queda de braço" entre o comando da força naval e a associação fuzinauta.

Com o intuito de impedir a realização da assembleia – já que legalmente esta não poderia ser proibida – no dia 26 de março o Ministro da Marinha determinou prontidão rigorosa em toda força. Deste modo todos os militares deveriam se apresentar às suas unidades e nelas permanecerem até determinação em contrário. Porém, temendo novas punições ao regressarem às suas unidades, os marinheiros decidiram permanecer no sindicato dos metalúrgicos até que suas reivindicações fossem atendidas, inclusive o cancelamento das punições aos dirigentes e demais lideranças da AMFNB. Diante deste posicionamento todos os militares presentes no "Palácio de Aço"[117] a partir daquele momento poderiam ser enquadrados nos crimes de motim[118] e/ou insubordinação[119], previstos no Código Penal Militar (CPM).

Diante de seu maior desafio e do risco real de ter suas atividades suspensas, a assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, converteu-se em ato permanente em apoio aos dirigentes que tiveram suas prisões decretadas. Neste contexto o "Palácio de Aço" tornou-se palco público para as reivindicações dos marinheiros e fuzileiros, muitos dos quais ao saberem dos acontecimentos dirigiram-se para o sindicato a fim de apoiar seus companheiros. Neste momento houve enfrentamentos entre oficiais e

---

[115] BN - *Diário de Notícias*, 25 mar. 1964, p.3. Na verdade o militar não seria licenciado, que consiste em um afastamento temporário de suas atividades, mas sim excluído do serviço ativo da Marinha.
[116] Conforme os Art. 71 e 85 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e parágrafo 1º do Art. 28 do RDM.
[117] Denominação conferida ao Sindicato dos Metalúrgicos do Estado da Guanabara situado no bairro de São Cristóvão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades da região central da cidade.
[118] Art. 130 do CPM.
[119] Art. 141 do CPM.

marinheiros, especialmente na área do Ministério da Marinha/1º Distrito Naval e a bordo de alguns navios. Um contingente significativo de marinheiros passou a deslocar-se dentro do AMRJ em direção a saída do Ministério da Marinha, para então seguir em direção ao sindicato dos metalúrgicos. Durante o deslocamento pelo cais do AMRJ passaram a conclamar os companheiros dos diversos navios lá atracados para que saíssem de suas belonaves e os acompanhassem em apoio à assembleia da AMFNB. Em alguns navios o ambiente ficou tenso, havendo inclusive confrontos entre oficiais e marinheiros, conforme relato de Paulo Costa acerca da situação no cruzador *Tamandaré*:

> [...] o pessoal, o navio tava (*sic.*) a contrabordo do *Barroso*, então era uma simples prancha que separava um navio do outro. A oficialidade armada impediu os marinheiros de saírem, impediu e em determinado momento um cabo [...] se agarrou com o oficial que tava com a metralhadora, houve uma rajada de metralhadora no convés do navio. O pessoal recuou, uns conseguiram passar e outros não conseguiram. Aqueles que não conseguiram ficaram a bordo [...][120]

Em outros navios houve atos de sabotagem para impedir que se fizessem ao mar ou reduzir sua capacidade de combate, como nos casos do navio *José Bonifácio* e do *Aviso Oceânico Bauru*, respectivamente. No contratorpedeiro *Pernambuco* ocorreram atos de insubordinação, tentativa de invasão do navio por militares do contratorpedeiro *Paraíba* que estava atracado a contrabordo[121] e enfrentamento entre oficiais e marinheiros. Estando o capitão de corveta Luis Carlos Cordeiro armado com um rifle calibre doze, este conseguiu impedir a invasão do navio. Porém, ao determinar que o grumete Ronaldo Saldanha guarnecesse a espia[122] para a desatracação do navio, este se recusou a fazê-lo, no que foi seguido por outros militares que também se recusaram. No total vinte e seis marinheiros foram denunciados por este

---

[120] BNM 639, p. 32 – Folha B do dia 27 mar.1964 do cruzador "Tamandaré". Nesta data Paulo Fernando Santos da Costa cumpria pena de impedimento a bordo do navio e presenciou os fatos narrados. Respondeu Inquérito Policial Militar (IPM) pela acusação de participar ostensivamente deste episódio ocorrido no "Tamandaré". Conforme BNM 639, p.616-619 – Ofício 503 de 1964 do Comando da Força de Cruzadores e Contratorpedeiros.

[121] Termo que significa que um navio ou embarcação está "ao lado" de outro.

[122] Cabo ou corda que prende o navio ao cais quando está atracado.

episódio ocorrido no dia 27 de março a bordo do contratorpedeiro *Pernambuco*[123]

Em terra a situação também ficou tensa, tendo ocorrido, talvez, o episódio mais violento de toda mobilização dos marinheiros. Ao tentar cruzar a ponte que liga a Ilha das Cobras[124] ao continente, um grupo de marinheiros que havia saído dos navios com o objetivo de seguir para o "Palácio de Aço", foi alvejado por disparos vindos do prédio principal do ministério. Alguns militares ficaram feridos e outros se lançaram na água com o intuito de escaparem dos disparos, mas a grande maioria regressou para seus navios, tendo alguns sido presos de imediato. Em seu depoimento[125] o soldado Osiel Costa de Araujo relata que o grupo de marinheiros e fuzileiros vinha caminhando do interior do AMRJ e cantando o Hino Nacional e que ao sentir o ferimento em sua perna logo ouviu disparos. Ficando imobilizado devido ao ferimento foi logo preso por um oficial e em seguida conduzido ao pronto socorro. No IPM instaurado para averiguar o ocorrido, consta uma relação com os nomes de onze praças presos na ocasião – entre marujos e fuzileiros – inclusive o soldado Osiel, que era também sócio da AMFNB. Esta relação é anexa a um ofício onde o comandante do 1º Distrito Naval relata o ocorrido ao Chefe do Estado-Maior da Armada, e informa sobre os três militares que teriam ficado feridos "sem gravidade devido a terem ricocheteado os projetis disparados"[126]

Mas de acordo com o relato do "Entrevistado B", que estava a bordo do cruzador *Tamandaré* naquele dia 27 de março, a situação no Ministério da Marinha foi mais grave. O que demonstra a disposição de parte da oficialidade em recorrer à violência para desmobilizar a assembleia e o próprio movimento dos marinheiros. Segundo ele:

---

[123] BNM 506, p.523 e 578.
[124] Ilha situada na região do antigo Ministério da Marinha, atual Comando do 1º Distrito Naval, onde está instalado o AMRJ e onde ficam atracados parte dos navios da Marinha.
[125] BNM 045, p. 159-161 – Depoimento do soldado Osiel Costa de Araujo.
[126] BNM 045, p. 13-15 – IPM, Ofício nº462-A de 2 abr.1964 do Comando do 1º Distrito Naval ao Chefe do Estado-Maior da Armada.

> [...] Fiquei sabendo que os caras atiraram neles. E foi aquela debandada né (*sic.*) meu. Pô (*sic.*), o cara lá de cima do primeiro distrito atirando ali pra (*sic.*) ponte. Já imaginou que alvo bom né? [...] Agora, deu muita morte aí que o cara não ficou sabendo né tchê! Teve muita coisa ali que abafaram. [...] O HCM lá, o Hospital da Marinha, aquilo ali ficou cheio. [...] Ah ficou muita gente, muita gente ferida. Teve muita gente ferida. [...]

Todos estes fatos ocorridos, tanto nos navios quanto nos quartéis da Marinha a partir do dia 25 de março, denotam um acirramento das tensões entre o alto comando naval e o movimento fuzinauta. Que se evidenciou neste momento em que emergiram as disputas – a muito estabelecidas – entre oficiais e praças, no contexto de uma rotina marcada por relações de dominação e resistência. Denotando também um significativo comprometimento de marinheiros e fuzileiros com sua associação, e ainda, a capacidade de mobilização daqueles militares em torno de suas demandas e a postura absolutamente pacífica de seu movimento. Pois, mesmo tendo o conhecimento e a capacidade para pegarem em armas, optaram pela via pacífica diante das pressões e truculência da administração naval.

Com a simbólica presença de João Cândido, além de políticos e lideranças de entidades de representação, o clima no interior do sindicato foi ficando mais tenso, especialmente depois da decretação de prontidão rigorosa e dos acontecimentos na área do Ministério da Marinha e AMRJ. Diversos pronunciamentos passaram a ser realizados, com destaque para o discurso do “cabo” Anselmo, previamente elaborado e lido logo no dia 25. Neste discurso Anselmo declarava apoio ao presidente Goulart e ao seu projeto reformista, bem como, demonstrava alinhamento às pautas defendidas pelos segmentos sociais e categorias que apoiavam João Goulart.

> Aceite senhor presidente, a saudação de marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, que são filhos e irmãos dos operários, dos camponeses, dos estudantes, das donas-de-casa, dos intelectuais e dos oficiais progressistas das nossas Forças Armadas. [...] Aceite senhor presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das Reformas de Base (*sic.*) que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis. A Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do

> Brasil completa, neste mês de março, o seu segundo aniversário. E foram condições históricas, a fome, as discriminações, os anseios de Liberdade (*sic.*), as perseguições e as injustiças sofridas que determinaram a criação de uma sociedade civil, realmente independente, com a finalidade de unir, através da educação, da cultura e da recreação marinheiros e fuzileiros navais do Brasil. [...][127]

Ainda em seu discurso, o presidente da associação fuzinauta rejeitava os rótulos de subversista e insubordinada, que eram conferidos à associação pelo alto comando da Marinha e parte da imprensa carioca. E apresentou, uma vez mais, as principais reivindicações do movimento.

> [...] Autoridades reacionárias, aliadas ao antipovo e escudadas nos regulamentos arcaicos e em decretos institucionais, qualificam de entidade subversiva. Será subversivo manter cursos para marinheiros? Será subversivo dar assistência médica e jurídica? Será subversivo visitar a Petrobrás? Será subversivo convidar o Presidente da República para dialogar com o povo fardado? [...] Quem tenta subverter a ordem não são os marinheiros, os soldados, os fuzileiros, os sargentos e os oficiais nacionalistas [...] Quem tenta subverter a ordem são aqueles que proibiram os marujos do Brasil, nos navios, de ouvir a transmissão radiofônica do Comício das Reformas[128][...] É necessário que se reforme a Constituição para estender o Direito do Voto (*sic.*) aos soldados, cabos, marinheiros e aos analfabetos. [...]
> Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos:
> Reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha (*sic.*), regulamento anacrônico que impede até o casamento;
> Não interferência do Conselho do Almirantado nos negócios internos da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil;
> Reconhecimento pelas autoridades navais da AMFB (*sic.*);
> Anulação das faltas disciplinares que visam apenas intimidar os associados e dirigentes da AMFB (*sic.*);
> Estabilidade para cabos, marinheiros e fuzileiros; [...]

O “Entrevistado A” relata em sua narrativa a atuação de Anselmo e o ambiente no sindicato dos metalúrgicos durante aqueles dias:

> A reunião, quando chegamos lá, aí a turma começou a falar. Não me lembro a (*sic.*) ordem e como é que foi, mas eu sei que esse Anselmo era muito bom de papo, ele era um cara novo, mas bom de papo. Aí ele começou a falar que a associação ia (*sic.*) reivindicar e falar o que realmente era, dizia: “É porque nós aqui somos uns [...]” Como é que

---

[127] Discurso publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*, 26mar.1964, p.8.

[128] Comício das Reformas de Base realizado no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil, região central da cidade do Rio de Janeiro. Muitos marinheiros compareceram a este comício, alguns inclusive fardados, contrariando os regulamentos disciplinares e a orientação da própria associação.

> ele dizia? Que a sociedade não nos aceitava [...] Porque nós levava (*sic.*) uma vida, ali no Rio [...] Pode ver, até nos filmes, esses filmes brasileiro (*sic.*), sempre aparecia marinheiro, nos piores lugar (*sic.*) aparecia marinheiro. Porque o cara não tinha dinheiro pra (*sic.*) ir num ambiente social! Então ele disse que ia reivindicar, que a associação ia reivindicar aumento e que ia reivindicar também pro (*sic.*) marinheiro poder casar e mais uma série de reivindicação (*sic.*) que eles iam fazer. Bah! Aquilo tudo ia ser uma boa pra nós! E aí agente foi se entusiasmando e ficando. Aí daqui a pouco, e isso aí sim foi um erro nosso, começou a falar os político (*sic.*), entrou político. Acho que, não sei se foi o Anselmo que convidou como é que foi. Que não tava (*sic.*) previsto, quer dizer, não tava previsto por nós, mas talvez o Anselmo tivesse previsto isso. [...]

Estando presente à supramencionada assembleia, em sua narrativa o ex-marinheiro apresenta uma situação com acentuado grau de espontaneidade, onde sua participação, bem como a de outros marinheiros, estava relacionada com as reivindicações apresentadas pela AMFNB em nome dos seus representados, sem vínculo algum com as questões partidárias.

Neste sentido, a partir do discurso de Anselmo e dos pronunciamentos de outras lideranças, a mobilização no “Palácio de Aço” ganhou contornos de uma grave crise institucional na força naval. O Ministro da Marinha determinou ao almirante Cândido Aragão – então comandante geral do Corpo de Fuzileiros Navais – que um destacamento de fuzileiros fosse enviado ao sindicato para colocar fim à assembleia. Ao alegar não poder cumprir aquela ordem, Aragão pediu exoneração do cargo e foi afastado de suas funções. Um grupo de fuzileiros foi enviado, conforme determinado pelo almirante Sylvio Motta, mas ao chegarem à frente do sindicato vinte e seis daqueles militares depuseram suas armas e entraram no “Palácio de Aço”, juntando-se às centenas de marinheiros e fuzileiros ali reunidos. Como o “Entrevistado A” destacou em sua narrativa:

> [...] aí foi ficando tenso, [...] aí os almirante (*sic.*) mandaram um batalhão de fuzileiros naval (*sic.*) pra (*sic.*) nos tirar de lá. [...] Aí a turma trancou o portão lá, “ninguém vai sair, ninguém vai sair” e a turma já tava (*sic.*) também embalada [...] aí os fuzileiros chegaram lá, o Anselmo fez um falatório lá, o cara era bom de papo mesmo, fez um falatório lá. Sabe o que aconteceu? Os fuzileiro naval (*sic.*) largaram as armas no chão e aderiram à revolução, entraram pra

> dentro (*sic.*) do sindicato também. [...] os que sobraram recolheram o armamento, deram volta e aí veio o Exército. [...]

Mesmo após os discursos de políticos e o envio de tropas da Marinha para o local, como relata o ex-marinheiro, os marinheiros e fuzileiros continuaram presentes na assembleia. Apoiando a postura da AMFNB em relação à alta administração naval e, consequentemente, marcando seu posicionamento de fidelidade ao governo Goulart.

Neste cenário, ainda no dia 26, tropas do 1º Batalhão de Guardas do Exército Brasileiro[129] foram enviadas para evitar um "banho de sangue" no sindicato e garantir a integridade física dos militares e civis reunidos naquele local. Diante da situação e da escalada da crise com os marinheiros, o Conselho do Almirantado sugeriu, através de um manifesto ao Ministro da Marinha, que fossem adotadas "providências para a detenção imediata de todos os amotinados, para competente apuração de responsabilidades" (RODRIGUES, 2004, p.114). O almirante Sylvio Motta manteve o afastamento do vice-almirante Candido Aragão e em seguida solicitou ao Presidente Goulart sua exoneração do cargo. No gozo de uma prerrogativa que lhe assiste enquanto comandante das Forças Armadas, João Goulart exonerou Sylvio Motta e nomeou o almirante da reserva Paulo Mario da Cunha Rodrigues para a pasta do Ministério da Marinha. Titular de uma vaga como juiz no Tribunal Marítimo e oficial tido como nacionalista e simpático às causas dos marinheiros, Paulo Mario atuou no sentido de debelar a crise que se instaurara na força naval. O novo ministro determinou que os militares reunidos no sindicato fossem levados para o 1º Batalhão de Guardas do Exército e lá permanecessem presos até ordem em contrário. Paulo Mario tomou uma série de medidas que descontentaram profundamente o Almirantado. Entre as quais destacamos a anistia a todos os marinheiros e fuzileiros envolvidos nos episódios do "Palácio de Aço", a recondução de Aragão ao comando geral dos

[129] Unidade militar do Exército situada também no bairro de São Cristóvão.

fuzileiros e a nomeação do almirante Araújo Suzano para o cargo de chefe do Estado-Maior da Armada.

Acerca das negociações para o fim da assembleia e os desdobramentos que se seguiram, o "Entrevistado A" ressalta a presença do general Assis Brasil no sindicato dos metalúrgicos. Muito provavelmente para conduzir as tratativas para o fim da assembleia:

> [...] E aí, aí mandaram o Exército. Mas nesse meio tempo veio o general Assis Brasil, que parece que era assessor do presidente. Veio e falou com o Anselmo. Aí o Anselmo chegou e disse que era pra nós se (*sic.*) entregar, por que ele já tinha resolvido tudo e que era pra nós se entregar. Aí começou a encostar viatura do Exército lá e a turma ia embarcando, embarcando e nos mandaram preso lá pro (*sic.*) Exército. [...] Nesse meio tempo aí eles se comprometeram que tal hora iam nos soltar e nos soltaram mesmo. E aí o presidente, quando nos soltaram, o presidente em seguida nos deu a anistia. Só que aí os militar (*sic.*) pegaram e a anistia foi pro espaço. [...] (*sic.*)

Ao tomar conhecimento das decisões do almirante Paulo Mário, o Conselho do Almirantado iniciou uma feroz ofensiva contra o mesmo e também contra o próprio Presidente Goulart. Com amplo apoio de diversos veículos da imprensa carioca, teve início o "tiro de misericórdia" contra o projeto reformista e o próprio mandato de um presidente legítimo. O jornal *O Globo* no dia 30 de março trazia a seguinte manchete em sua primeira página: "Punição dos rebeldes e afastamento do Alm. Aragão, exige a oficialidade.[130]" Já o editorial do *Jornal do Brasil* de 29 de março trazia o seguinte posicionamento acerca da mobilização dos marinheiros e da forma como se encerrou a assembleia no sindicato dos metalúrgicos:

> As Forças Armadas foram todas, – todas, repetimos – feridas no que de mais essencial existe nelas: os fundamentos da autoridade e da hierarquia, da disciplina e do respeito às leis militares. Sem esses fundamentos a hierarquia se dissolve e em lugar dela surgem as milícias político-militares, preconizadas pelos comunistas e fidelistas. [...] A audácia dos líderes comunistas no soviete de operários e marinheiros instalado virtuosamente na Rua (*sic.*) Ana Néri. [...] O *JORNAL DO BRASIL* (*sic.*) e o País (*sic.*) querem que sejam restabelecidos a legalidade e o estado de direito. Mas isso só será possível quando existirem Forças Armadas intactas. Quando o *germe da divisão* for *eliminado* das Forças Armadas, quando as ideologias

[130] *O Globo*, 30mar.1964, p.1.

> não tiverem nelas ingresso para explorar certas reivindicações, que podem ser justas, mas que jamais deverão ser defendidas pelo caminho da sedição e da indisciplina.[131] [Grifos nossos]

Do mesmo modo, o periódico *Correio da Manhã*, publicou um editorial em 31 de março onde, dirigindo-se ao Presidente Goulart, posicionava-se da seguinte maneira:

> [...] Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? [...] Não contente de intranquilizar o campo, com o decreto da Supra, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às Forças Armadas, destruindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional. [...][132]

Do mesmo modo, na urbe riograndina, o jornal *O Rio Grande*, em seu editorial do dia 28 de março posicionava-se do seguinte modo:

> [...] Nós não nos preocupamos com esse pânico. Nós confiamos nas Forças Armadas. Sabemos que os atuais governantes querem minar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica com o vírus da rebelião. Tranquilize-se, porém a Nação (*sic.*), pois, no Brasil ainda existem generais e soldados democratas. [...][133]

O Almirantado e o Clube Naval passaram então a emitir uma série de notas e manifestos ao Ministro da Marinha. Em um dos quais, denominado *O Memorial*[134]*,* a alta oficialidade naval expressava sua desaprovação quanto às últimas decisões do titular da pasta e informavam não reconhecer a autoridade do almirante de esquadra Pedro Paulo de Araujo Suzano e do vice-almirante Cândido da Costa Aragão no exercício das funções que desempenhavam.

No mais contundente dos manifestos, denominado À *Nação, ao Congresso Nacional, às Assembleias, aos governadores, aos chefes militares e*

---

[131] *Jornal do Brasil*, 29mar.1964, p.1.
[132] *Correio da Manhã*, 31mar.1964, p.1.
[133] *O Rio Grande*, 28mar.1964, p.2.
[134] *Diário de Notícias*, 31mar.1964, p.10.

a todos os cidadãos[135] a cúpula da Marinha fazia abertas críticas aos atos do ministro Paulo Mario e do próprio presidente Goulart. Conclamando a Nação para se defenderem da ameaça de comunização do país. Logo o Clube Militar e da Aeronáutica se solidarizaram ao posicionamento dos almirantes do Clube Naval e do Conselho do Almirantado. Havia sido lançado o sinal para o golpe.

Parte da oficialidade que apoiava a legalidade passou a apoiar o golpe, diante das argumentações de ameaça à disciplina e à hierarquia nas Forças Armadas. Deste modo, o "dispositivo militar" de João Goulart ficou comprometido, assim como sua base de apoio político. Neste cenário, Goulart seguiu para o Rio Grande do Sul abrindo espaço para a implementação definitiva do golpe que a muito se mostrava iminente. Na noite do dia 1º de abril era declarada vaga a Presidência da República e, mais uma vez, o deputado federal Ranieri Mazzilli[136] era empossado presidente. Novamente de maneira figurativa, pois, o controle de fato estava com o autointitulado *Comando Supremo da Revolução*.

A partir deste momento foi, imediatamente, desencadeada a chamada "operação limpeza", na qual foram procurados todos aqueles que de alguma forma apoiaram o governo Goulart. Foram depredados a sede da UNE e da AMFNB; concomitantemente à ocupação da Rádio Nacional, da Rádio Mayrink Veiga, da Rádio Mauá e prédios do governo federal. No Nordeste foram presos Miguel Arraes, Seixas Dória e o líder comunista Gregório Bezerra, entre outras dezenas de cidadãos ligados ou que manifestavam apoio ao governo Goulart.

Enquanto no meio civil a "operação limpeza" era conduzida de maneira implacável, na Marinha não era diferente. No dia 3 de abril o então empossado Ministro da Marinha, almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, determinou a instauração de inquérito para apurar os fatos ocorridos na assembleia da AMFNB no dia 25 de março. Sucederam-se então portarias determinando expulsões, afastamentos e transferências para a reserva; tanto

---

[135] *O Globo*, 30mar.1964, p.22.
[136] Presidente da Câmara dos Deputados.

de oficiais quanto de praças simpáticos ao governo Goulart e/ou ao movimento fuzinauta. Muitos marinheiros foram expulsos sumariamente da força naval sem sequer serem submetidos ao devido processo administrativo, o que lhes era garantido pelos regulamentos, uma vez que tinham seus compromissos vigentes com a Marinha. Posteriormente, no intuito de "cumprir tabela" – bem ao estilo da ditadura civil-militar brasileira – muitos daqueles militares foram submetidos aos "devidos" processos legais na esfera da justiça militar. Sendo a grande maioria condenada à revelia, devido ao fato de que, após sumária exclusão das fileiras navais por ocasião do golpe, muitos fugiram ou voltaram para suas cidades de origem, ou ainda, ingressaram na clandestinidade, alguns inclusive partindo para a luta armada durante os anos que se seguiram. Destarte, como veremos mais adiante, ordens de prisão aos membros da diretoria da AMFNB e outros associados/apoiadores foram encaminhadas às delegacias, incumbindo, principalmente, as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) de encontrá-los e prendê-los.

Em 29 de julho a União entrava com um mandado para averbação de dissolução da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que em 23 de novembro foi julgado procedente pelo juiz Renato Lomba, determinando o fim das atividades da associação fuzinauta.

Sabendo que um presidente legítimo, democraticamente eleito e empossado com as garantias da Constituição, foi sistematicamente deposto. E que uma parcela significativa da sociedade e, consequentemente, das Forças Armadas, tivera participação neste golpe contra um regime democrático. Mas nos atendo à questão da justificativa que foi utilizada como a "gota d'água" para o golpe, ou seja, a ameaça de subversão da disciplina e a quebra da hierarquia nas instituições militares, que segundo aqueles favoráveis ao golpe, já haviam se instaurado nos quadros da Marinha de Guerra Brasileira. Cabe ressaltar o posicionamento de Nelson Werneck Sodré, onde ele afirma que: "a disciplina é inteiriça: não há uma disciplina para oficiais e outra para marinheiros; não há

uma disciplina para superiores e outra para inferiores" (2010, p.470). Ao fazer esta afirmação Sodré faz alusão aos atos de flagrante indisciplina cometidos por oficiais, especialmente na Marinha, que a muito vinham "ferindo a disciplina" (SODRÉ, 2010, p.470). Para ilustrar esta afirmação o autor utiliza como exemplo o episódio em que oficiais restituíram de maneira "acintosa e coletiva condecorações, por motivo de terem sido julgados merecedores das mesmas pessoas que reputavam indignas de recebê-las" (SODRÉ, 2010, p.470).

Desde a década de 1950 uma parcela significativa da alta oficialidade já se mostrava insubordinada em relação aos atos e decisões de seus superiores, deliberando sobre aquilo que "seria melhor para a nação". Desconsiderando assim preceitos democráticos e constitucionais. Em 1961, durante a crise de sucessão presidencial, já ficava evidente o perfil destes comandantes militares ao tentarem impedir a posse constitucional na Presidência da República do então vice-presidente Goulart. Durante a crise com a AMFNB foram recorrentes as situações em que parte da alta oficialidade criticou e/ou descumpriu deliberadamente os atos e determinações de seus superiores. Como quando o almirante Sylvio Motta mandou prender os marinheiros que manifestavam apoio ao projeto reformista de Goulart; ou por ocasião das severas críticas às determinações de Paulo Mario na qualidade de Ministro da Marinha; ou ainda ao manifestarem publicamente o não reconhecimento da autoridade dos almirantes Cândido Aragão e Araújo Suzano no exercício de suas funções.

Neste contexto, enquanto que a indisciplina e insubordinação de parte da alta oficialidade naval eram interpretadas como posicionamentos políticos e ideológicos de uma parcela da elite da sociedade brasileira, e não como atos passíveis de enquadramento nos regulamentos disciplinares castrenses. A mobilização de cabos, soldados e marinheiros por questões relacionadas às suas carreiras, condições de trabalho e garantias sociais. Bem como, manifestações públicas destes militares em apoio ao comandante-em-chefe das Forças Armadas, eram interpretadas por seus superiores hierárquicos – e

por grande parte da sociedade – como atos que atentavam contra a hierarquia e a disciplina, pilares das instituições militares.

Porém, à luz dos regulamentos castrenses, podemos considerar que os marinheiros somente incorreram nos crimes de motim e insubordinação quando por ocasião da decretação de prontidão rigorosa, já no ápice da crise e às vésperas do golpe, não regressaram às suas unidades. Bem como, durante os acontecimentos na área do Ministério da Marinha/AMRJ e a bordo de alguns navios. Mas muitos de seus superiores e chefes, desde a crise na sucessão presidencial em 1961, já vinham incorrendo sistematicamente no crime de insubordinação e diversas contravenções previstas no RDM. Portanto, não foram apenas os marinheiros que “feriram” a disciplina, mas também seus superiores, que há tempos já o vinham fazendo.

Deste modo, mesmo sendo a disciplina e os regulamentos comuns a todos os militares, podemos considerar que, sob uma perspectiva simbólica, a concepção de quebra de hierarquia ou indisciplina pode depender de quem pratica um determinado ato neste sentido e, principalmente, o que representa este ato para uma realidade vigente. Ou seja, manifestações e atos que legalmente configurariam transgressões disciplinares e até mesmo crime de insubordinação durante os tensionados anos iniciais da década de 1960, quando cometidos por aqueles que ocupavam posições de dominância em um determinado contexto social, como a alta oficialidade naval brasileira, não deveriam ser compreendidos enquanto ameaça a um *status quo* vigente. E desta maneira, esses atos e manifestações não foram interpretados sob a ótica crua dos regulamentos disciplinares e do Código Penal Militar, isentando assim aqueles que os praticaram da pecha de insubordinados e transgressores. Em contrapartida, a mobilização dos marinheiros da AMFNB – enquanto manifestação organizada de resistência daqueles militares – configurou-se como uma ameaça patente a uma realidade de dominação vigente na Marinha. E deste modo, mesmo sem configurar-se enquanto transgressão legal à disciplina militar – ao menos até a assembleia no “Palácio de Aço” – foi assim

interpretada e seus integrantes, tidos como insubordinados e subversores da hierarquia, foram submetidos aos rigores da lei.

Neste contexto, podemos perceber que existem duas formas de insubordinação, sendo uma relacionada ao aspecto legal, ou seja, à "letra da lei" que visa manter a ordem disciplinar nas relações estabelecidas entre os militares, independentemente de seus postos ou graduações. A outra está diretamente relacionada a um tipo de hierarquia social que não tem respaldo legal em quaisquer leis ou regulamentos. Mas que, no campo simbólico, tem por objetivo assegurar a subordinação social de determinados segmentos. Garantindo assim a dominação do homem pelo homem através daquilo que podemos chamar de disciplina social. Neste sentido o historiador Anderson Almeida afirma que:

> [...] a hierarquia militar não foi criada apenas para a base da pirâmide, mas para todos os componentes das Forças Armadas [...] e que a origem social determina quem ou não pode destruir ou fazer tremer os alicerces da hierarquia militar. [...] (2010, p.79)

Ao se atribuir o "sacrilégio" da quebra da hierarquia e da indisciplina aos marinheiros da AMFNB, não se pode deixar de perceber que desde a sua fundação a associação atuou de modo a preencher as lacunas deixadas pela administração naval no que concerne ao amparo e assistência social junto ao seu pessoal subalterno, especialmente aqueles em início de carreira. Mesmo apresentando reivindicações – para demandas que a muito já eram conhecidas pelas autoridades navais – através dos canais administrativos e hierárquicos desde 1962, a AMFNB nunca encontrou disposição para o diálogo ou o simples reconhecimento destas demandas por parte da alta administração da Marinha. Mas ao se referir ao movimento dos marinheiros durante cerimônia de passagem de cargo, o almirante Sylvio Motta disse o seguinte: "[...] ultimamente, foi-se estabelecendo no seio da Marinha um clima de incompreensão gerado e desenvolvido de forma inteiramente artificial. [...]"[137] A

[137] *O Globo*, 28mar.1964, Matutina, p.2

partir desta declaração podemos perceber a falta de sensibilidade dos chefes navais para as demandas de seus subalternos. Que, ao fim e ao cabo, contribuía para a manutenção de um *status quo* de dominação e submissão a muito vigente na Armada.

Em detrimento do posicionamento de Thomas Skidmore, ao afirmar que a mobilização dos marinheiros era contra seus superiores (2003, p.359), ao observarmos as origens sociais destes "subversores da hierarquia e indisciplinados" da AMFNB poderemos ter uma perspectiva mais clara das causas de sua mobilização. De que aqueles militares se mobilizaram em busca de direitos e garantias sociais, e ainda, que a simples ameaça de "indisciplina social" e de uma consequente mudança da ordem social vigente, precipitou ações que levaram o Brasil a mergulhar em mais de duas décadas de um regime autoritário. Observando o quadro abaixo é possível ter uma ideia aproximada da situação e origem sociais dos quadros de subalternos da Marinha no ano de 1964.

Tabela 2 - CABOS, SOLDADOS E MARINHEIROS AUTUADOS NO PROCESSO Nº 8167 DA 1ª AUDITORIA DA MARINHA – ART. 130[138] §I CPM

REGIÃO	QUANTIDADE DE MILITARES
Norte	16
Nordeste	197
Centro-oeste	3
Sudeste	38
Sul	27
TOTAL	283

Fonte: BNM149, p.5163-5188

Através desta pequena amostra é possível compreender a razão pela qual as sucursais da AMFNB foram instaladas principalmente na região

[138] Motim e revolta.

nordeste do país, pois, a maioria absoluta dos praças oriundos das EAM – destinados aos navios da Armada – era natural daquela região do país. Analisando o quadro acima é possível acreditar que os nordestinos presentes no sindicato dos metalúrgicos nos dias 25 a 27 de março de 1964 representavam mais que o dobro daqueles militares oriundos de outras regiões. E ao considerarmos no quadro acima os militares oriundos das localidades do país fora da região sudeste, chegamos a 86,5% daquele total de marinheiros e fuzileiros navais. Deste modo, “o clima de incompreensão artificialmente gerado e desenvolvido” ao qual se referia o almirante Sylvio Motta, não era tão artificial assim. Uma vez que, a maior parte do contingente da força naval esteve ou ainda estaria exposta a uma dura realidade na Marinha e a uma condição de significativa fragilidade social, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro.

No que concerne ao quantitativo reduzido de militares oriundos da região sul do país, cabe destacar o papel de liderança exercido por muitos destes marinheiros e fuzileiros no contexto da mobilização. Especialmente aqueles naturais do estado gaúcho, que desempenharam funções na diretoria e figuraram como importantes lideranças da associação fuzinauta. Aspecto que ficou evidente quando teve início a “operação limpeza” no Rio Grande do Sul.

Neste sentido, no contexto político do ano de 1964 e diante da participação efetiva de lideranças gaúchas na diretoria da AMFNB, como Avelino Capitani ocupando a segunda vice-presidência. Bem como, das relações próximas daquela diretoria com nomes como Leonel Brizola, e ainda, do apoio incondicional manifestado pelos marinheiros ao Presidente João Goulart. Podemos nos questionar sobre uma possível atuação da AMFNB no estado gaúcho, uma vez que o Rio Grande do Sul revestiu-se de grande relevância naquele contexto. Do mesmo modo, a cidade de Rio Grande; por suas características geográficas, sociais e econômicas; assumiu relevante papel no jogo político e estratégico nacional. Constituindo-se enquanto potencial porta de entrada para atuação da associação fuzinauta no estado

gaúcho. Uma vez que, em 1964, a AMFNB já contava com sucursais em cidades de forte tradição marítima/fluvial e/ou comandos distritais da força naval, configurando uma mobilização de amplitude nacional. Sendo assim, a simples suspeita da ação de elementos vinculados ao movimento dos marinheiros na urbe riograndina, teria contribuído sobremaneira para a feroz repressão desencadeada naquela cidade logo nos primeiros dias de abril daquele ano. Cidade emblemática tanto para a marujada quanto para a própria Marinha – não apenas pelos mares frequentemente agitados, mas também por ser a cidade natal do patrono da força naval brasileira – Rio Grande enfrentaria então um dos momentos mais tensos de sua história.

CAPÍTULO II
NOS MARES ENCAPELADOS DO SUL

Paradoxalmente à sua extensão geográfica e notoriedade perante o senso comum da sociedade brasileira, a cidade de Rio Grande sempre teve destacada importância para a força naval brasileira. Esta relevância da urbe riograndina, especialmente no contexto do golpe de 1964, fica evidente quando percebemos a intensidade com que atuou a repressão na cidade, tarefa esta capitaneada pela Marinha. Nas palavras do historiador Edgar Ávila Gandra (1999, p.90):

> A repressão aos inimigos da denominada revolução não foi mais branda que em outras localidades. Em Rio Grande, várias pessoas foram presas, entre elas os principais dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande. *O município só perdia em número de encarcerados para a capital gaúcha* [Grifo nosso]

O fato de a Marinha ter sido incumbida de comandar a repressão em Rio Grande deveu-se não somente a ser esta a força de maior representatividade na cidade, cuja maior autoridade militar era o capitão de mar e guerra Mário Rodrigues da Costa, titular da principal organização militar da Marinha no estado gaúcho, a Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul. Mas a despeito de se tratar de uma localidade de grande importância estratégica e econômica, ligada essencialmente às atividades marítimas, os segmentos de trabalhadores portuários, marítimos e marinheiros eram marginalizados, assim como a própria região onde se situa o porto e os seus locais de moradia. Tal situação demandou forte atuação repressiva da Marinha, sobretudo pela crescente mobilização dos marinheiros em âmbito nacional através da AMFNB, bem como, à relevância do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande e sua atuação na cidade junto aos marítimos e portuários.

As atividades profissionais de marinheiros, marítimos e portuários, essencialmente semelhantes, estabeleciam pontos de contato entre aqueles homens, não somente no *locus* portuário, mas, sobretudo em seus locais de moradia e diversão. Era comum frequentarem bares e baixos meretrícios

localizados na zona portuária, bem como, estabelecerem residência no Bairro Getúlio Vargas e Santa Tereza, ambos situados nas imediações do porto novo. Outro ponto de contato importante está no fato de que marinheiros lotados nos diversos navios e organizações militares da Marinha no Rio de Janeiro trabalhavam no porto durante seus períodos de férias ou folgas semanais a fim de complementarem suas rendas, como afirma o ex-marinheiro Antônio Duarte:

> Alguns marinheiros trabalhavam no porto do carvão, um terminal de carga e descarga próximo ao Gasômetro do Rio. Ali se recebia por horas trabalhadas. [...] significava uma renda extra, muitas vezes o próprio salário. [...] Alguns dos meus companheiros trabalhavam lá durante todo o período em que tiravam as férias na Marinha. Muitas vezes, observei o movimento naquele cais do carvão, uma atividade febril de carregamentos dos vagões de transporte, tarefa feita à mão, com pás ou carrinhos, transportando montanhas de carvão descarregadas pelos navios para a fabricação do gás. (DUARTE, 2005, p.171)

Do mesmo modo, apesar de não citar especificamente marinheiros, o ex-militante portuário Antônio Nailem Espíndola[139] afirma que tal prática também existia no porto de Rio Grande:

> [...] tinha trabalhadores, por exemplo, que trabalhavam de servente avulso e quando iam lá e não tinha escala para eles, eles iam para as fábricas de peixes, para a estação marítima carregar caminhão, fazer uns bicos, como se diz. [140]

Sendo assim, devido à característica itinerante da atividade marinheira – que favorece contatos entre militares lotados nas mais diversas cidades do país – bem como, ao deslocamento daqueles militares para o serviço ativo da Marinha nas principais cidades portuárias. Essa atividade extra desempenhada por marinheiros no porto do Rio de Janeiro possivelmente se deu também, ainda que em menor escala, em outros portos brasileiros como o porto de Rio Grande. Deste modo, marinheiros, marítimos e portuários da cidade de Rio Grande mantinham uma "perigosa proximidade", especialmente no contexto

[139] Liderança do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande no início da década de 1960. Preso pelas forças de repressão após o golpe civil-militar de 1964 ficou detido a bordo do navio *Canopus*.
[140] APERS – Processo nº 4058-1200/98-4 p.19.

político social tensionado vigente no país à época, marcado por significativa efervescência social em torno de reivindicações por garantias e avanços sociais para os segmentos trabalhadores. Neste contexto, a crescente mobilização em âmbito nacional de marinheiros e fuzileiros navais em torno de suas demandas, associada a forte tradição marítima e sindical que renderam a urbe riograndina o apelido de “cidade vermelha”. Levou o alto comando da Marinha a empreender esforços para a repressão naquela cidade desde os primeiros dias de abril de 1964. Instante este em que o chamado comando da revolução ainda não contava com o apoio definitivo do 3º Exército e das forças policiais no Rio Grande do Sul.

Neste sentido, de acordo com a teoria de Ginzburg (1991, p.178), alguns indícios podem ser assumidos enquanto elementos reveladores de fenômenos mais gerais, procurando “a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1991, p.152). A partir do presente capítulo buscaremos compreender a atuação da AMFNB, a partir da cidade de Rio Grande, junto aos subalternos da Marinha oriundos do Rio Grande do Sul. No contexto da repressão capitaneada pela força naval na urbe riograndina, especialmente no que concerne a militares e ex-militares da Marinha e lideranças políticas e sindicais da cidade.

2.1 Rio Grande-RS e a AMFNB: A associação fuzinauta na “cidade vermelha”.

De modo a proporcionar uma melhor compreensão da relevância estratégica e simbólica da urbe riograndina, não somente para a Marinha, mas em um contexto nacional, especialmente durante o tensionado período em tela. Historiaremos brevemente acerca da cidade e seus aspectos, que consideramos relevantes para a presente pesquisa.

Fundada com propósito de assegurar a posse portuguesa e contribuir com a defesa da extremidade sul da colônia e constituindo-se enquanto centro

administrativo da província[141], ainda no século XVIII a Vila do Rio Grande de São Pedro tinha grande importância estratégica para a metrópole portuguesa, especialmente pelas constantes disputas territoriais na região platina. Após a independência do Brasil a cidade de Rio Grande manteve sua relevância em um contexto regional, despontando como importante entreposto comercial, tanto para o mercado interno quanto para o comércio exterior, e ainda, como principal porto da região sul do país. Neste cenário que mesclava forte presença militar e uma crescente nas atividades mercantis, especialmente aquelas relacionadas diretamente com a produção voltada para o comércio marítimo, a urbe riograndina passou por significativas transformações no século XIX.

Desenvolvendo-se a partir de sua predisposição natural para as atividades marítimas e portuárias, Rio Grande concentrou um grande número de trabalhadores e abrigava uma população itinerante característica das cidades portuárias. Assim, em detrimento do fato de não constituir-se mais enquanto centro administrativo da província gaúcha, já em fins do século XIX Rio Grande passava por um processo de industrialização característico das grandes cidades e capitais portuárias do país. No início do século XX a urbe riograndina já convivia com uma significativa população urbana, voltada para atividades ligadas diretamente ao comércio e à indústria e com forte ligação com o porto. Estas características contribuíram para a formação de uma mentalidade de classe entre os trabalhadores riograndinos, bem como, para a preponderância dos sindicatos ligados às atividades portuárias no contexto das crescentes mobilizações sindicais na cidade. Neste sentido, de acordo com Edgar Gandra (1999, p.12):

> Rio Grande foi um dos primeiros municípios do país a sofrer um processo de industrialização e, consequentemente, a presenciar o

[141] Até a invasão espanhola (1763-1776) quando perdera definitivamente a condição de centro administrativo para Porto Alegre (ALVES e TORRES, 1997, p.36).

> *fazer-se*[142] da classe operária. Surgiu, neste momento, um segmento de classe que marcou de forma significativa o contexto da sociedade riograndina, referimo-nos aos trabalhadores portuários. [Grifo do autor]

Neste ambiente de significativa importância estratégica e econômica para o país, associado à forte tradição marítima e sindical, Rio Grande ainda revestia-se de grande relevância simbólica para a força naval brasileira, na medida em que era também a cidade natal de seu patrono. A presença da Marinha na urbe riograndina remonta ao ano de 1845[143] quando da criação da Capitania dos Portos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na cidade do Rio Grande de São Pedro. Tendo sido instalada também nesta cidade, ainda no século XIX, uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros que deu origem a única Escola de Aprendizes-Marinheiros (EAM) do estado gaúcho. Principal porta de entrada na força naval para um contingente de jovens oriundos de famílias pobres daquele estado, a Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul (EAMRS) formou marinheiros durante parte dos séculos XIX e XX, entre os quais destacamos o líder da "Revolta da Chibata", João Cândido. Gaúcho da cidade de Rio Pardo, figura emblemática que simboliza as origens sociais e étnicas dos subalternos da Armada, o "Almirante Negro" ingressou na Marinha no ano de 1895 no Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Sendo transferido, ainda naquele, ano para a EAMRS, na cidade de Rio Grande, onde concluiu o curso de formação de marinheiros e foi designado para guarnecer os conveses dos navios da Armada no Rio de Janeiro.

Neste contexto, a cidade de Rio Grande reveste-se de significativa importância para a Marinha não somente por questões estratégicas

---

[142] A expressão utilizada pelo autor refere-se ao sentido que é dado por E.P. Thompson ao processo de formação da classe operária. Segundo Thompson (1987, p.9 apud GANDRA, 1999, p.12) "[...] fazer-se porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana quanto aos condicionamentos."

[143] A regulamentação se deu através do Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846, através do qual foram criadas diversas outras capitanias.

relacionadas ao porto e à posição geográfica que ocupa. Mas a partir de uma abordagem tradicional da História Política, a relevância simbólica de Rio Grande está fundamentada no fato de ser ela a cidade natal de ícones da força naval brasileira, como: Joaquim Marques Lisboa e o imperial marinheiro Marcílio Dias (morto durante a Guerra do Paraguai, na Batalha Naval do Riachuelo). Este simbolismo fica evidente quando observamos detalhes destes dois ícones que simbolizam uma História Política factual e personalista, como aquela que costuma construir heróis e se fundamentar sobre personagens que "conduzem" a história a partir de suas ações. Entre os detalhes que revelam a importância simbólica da cidade de Rio Grande para a Marinha, destacamos o fato de que, tanto Tamandaré quanto Marcílio Dias eram "filhos" do Rio Grande de São Pedro. Ou seja, o patrono da força naval brasileira, ocupante do posto máximo da hierarquia naval e o marinheiro Marcílio Dias, herói da Batalha Naval do Riachuelo e representante da base da pirâmide hierárquica daquela instituição militar, ambos eram nascidos na urbe riograndina. Tal fato reveste-se de grande valor simbólico para a Marinha de Guerra e denota a relação intensa da população riograndina com as atividades voltadas para o mar.

Ao longo da primeira metade do século XX Rio Grande experimentou uma intensa industrialização e um consequente aumento nas atividades mercantis através de seu porto. Neste cenário, uma categoria de trabalhadores se destacou em suas mobilizações, alcançando significativa notoriedade, que estava diretamente ligada à importância do porto riograndino. Os portuários passaram a ter destacada atuação na cena política da cidade e em 1960 constituíram o Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande, que desde a sua criação já assumia posição de liderança frente a outros sindicatos e associações de trabalhadores locais. Esta liderança se deu especialmente nos tensionados momentos de reivindicações trabalhistas e mobilizações sociais vivenciados pelo país nos anos iniciais da década de 1960. Desta maneira, em um universo onde as similitudes entre portuários e marinheiros transcendiam questões inerentes unicamente ao aspecto

profissional, a já citada “perigosa proximidade” entre elementos destes dois segmentos na urbe riograndina se configurou ainda mais “perigosa” no contexto da mobilização dos marinheiros da AMFNB a partir do ano de 1962.

Em uma cidade relativamente pequena, em comparação aos grandes centros urbanos e capitais portuárias do país, mas que experimentava um intenso processo de industrialização fundamentado nas atividades de seu porto. À semelhança de seus congêneres de cidades como Rio de Janeiro, Santos e Recife; os portuários de Rio Grande enfrentavam os estigmas sociais comuns a todos os trabalhadores do *lócus* portuário, inclusive os marinheiros. Tais estigmas se estendiam aos bairros localizados nas proximidades do porto, onde residiam a grande maioria dos portuários, marítimos e marinheiros. Neste sentido, Edgar Gandra (1999, p.38) afirma que:

> [...] essa estigmatização possuía uma profunda relação com seu elevado estado de miserabilidade. Os portuários [...] possuíam precárias condições de vida, sejam em relação à moradia, à alimentação ou ao vestuário. [...] Os próprios trabalhadores reconhecem que sua pobreza atraía a desconfiança da classe mais abastada, que os consideravam potencialmente capazes de violências e furtos. Neste sentido, são recorrentes nos periódicos locais de Rio Grande, as notícias sobre o “perigoso” bairro Getúlio Vargas, local considerado um antro de toda espécie de gente e, que deveria ser evitado.

Além das características sociais relacionadas à violência e ao pouco desenvolvimento intelectual, a exemplo dos marinheiros, “os trabalhadores portuários de Rio Grande também eram enquadrados como vagabundos e alcoólatras” (GANDRA, 1999, p.39). Deste modo, fica evidente que a proximidade existente entre esses dois segmentos de trabalhadores ultrapassava aspectos relacionados unicamente às suas características profissionais. Alcançando questões de cunho social que, no contexto dos anos iniciais da década de 1960, eram basilares para as mobilizações de diversos segmentos sociais que se espalhavam pelo Brasil. Neste contexto, os portuários de Rio Grande e os marinheiros experienciaram cada qual a sua cotidianidade, fundamentada na pobreza, nas restrições e estigmas sociais.

Passando assim a identificarem-se, em suas realidades sociais e universos de trabalho, enquanto membros de grupos ou segmentos específicos. Mas que devido às suas origens e à realidade social que vivenciavam, tinham demandas bem semelhantes. Este processo de "fazer-se" culminou, respectivamente, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande em 1960 e da AMFNB em 1962.

Fundamentados nesta proximidade é que trabalharemos a importância de uma eventual atuação da AMFNB na cidade de Rio Grande, especialmente no contexto tensionado do ano de 1964. Isto porque, entre os muitos sindicatos e grupos sociais que apoiavam o movimento dos marinheiros e o próprio governo de João Goulart, destaca-se a União dos Portuários do Brasil, cuja diretoria encontrava-se presente na assembleia extraordinária da AMFNB realizada no dia 1º de fevereiro daquele ano[144]. Este fato reveste-se de importância ainda maior para a presente pesquisa quando consideramos que no ano de 1964 a associação fuzinauta contava com sucursais em algumas das principais capitais e cidades portuárias do país. E ainda, que o sindicato dos portuários da cidade de Rio Grande estava em permanente contato com as lideranças nacionais do movimento sindical ligado às atividades portuárias, como evidencia Antônio Nailem em um trecho de sua narrativa:

> O Dinarte[145] estava no Rio de Janeiro em numa reunião sindical com todas as federações, a dos portuários, dos estivadores. Também estava lá o presidente das estivas Delmo Simões [...]

No mesmo sentido, Cristóbal Moraes, que era estivador e uma das lideranças do sindicato da categoria em Rio Grande, em seu relato acerca da participação de representantes dos estivadores riograndinos nas mobilizações no Rio de Janeiro, afirmou que:

> [...] os fuzileiros navais invadiram a sede da federação, prenderam alguns componentes nossos, inclusive um representante nosso Almir

[144] BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara em 01fev.1964.
[145] Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande à época do golpe civil-militar de 1964.

> Pacheco Martins que era delegado nosso junto à federação, que o sindicato tem [...] Tem sempre um representante, quando há congresso ou reunião da federação vai um ou dois representante (*sic.*), na época tava (*sic.*) esse tal de Almir Pacheco que prenderam e levaram para a penitenciaria. [...]

Ainda segundo Cristóbal, ao se referir à situação em Rio Grande:

> [...] aqui em Rio Grande eles invadiram o sindicato aqui [...] os fuzileiros navais, aí quem tava fora não entrava e quem tava dentro não saia, até eles vasculharem toda a documentação. [...] Havia uma união sindical, na ala marítima aqui os sindicatos eram unidos [...]

Deste modo, a proximidade entre marinheiros e portuários alcançou o âmbito das mobilizações políticas e sociais em um contexto nacional, tornando ainda mais relevante uma atuação da AMFNB em Rio Grande e justificando a intensa repressão desencadeada na cidade imediatamente após o golpe. Onde, mesmo sem contingente e meios apropriados para tal, a Marinha comandou a "operação limpeza" mesmo antes de contar com o apoio declarado do 3º Exército ao golpe.

A estrutura militar da Marinha na cidade de Rio Grande à época do golpe pode ser um aspecto que talvez leve o leitor a se questionar sobre a importância daquela cidade para a força naval brasileira, bem como, sobre a atuação do movimento fuzinauta na mesma. Neste sentido, no ano de 1964 a Marinha do Brasil contava com apenas uma organização militar na urbe riograndina, a Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, voltada para atividades administrativas relacionadas, sobretudo, ao controle portuário e da navegação. Não dispondo de belonaves à sua disposição e contando com um reduzido contingente de militares e instalações simples. A CPRS dispunha apenas de algumas poucas viaturas e embarcações miúdas, necessárias ao desempenho de suas atividades rotineiras e ao apoio aos navios da Armada que eventualmente atracassem no porto de Rio Grande. Deste modo é questionável de fato a importância daquela cidade para a Marinha e a própria atuação da AMFNB na mesma. Porém, podemos perceber sua relevância estratégica no contexto do golpe de 1964 se considerarmos que o Capitão dos

Portos era a maior autoridade militar da cidade e mais alta autoridade naval do estado gaúcho, responsável, portanto, pelas garantias para o controle e funcionamento do único porto oceânico do Rio Grande do Sul e principal porto da região sul do país.

Destarte, o fato de os portuários de Rio Grande apoiarem as reivindicações do movimento fuzinauta, haja vista a presença da diretoria da União dos Portuários do Brasil em assembleia da AMFNB no Rio de Janeiro. Reforça a relevância da urbe riograndina no contexto da mobilização dos marinheiros e constitui-se enquanto indício da importância de uma eventual atuação da AMFNB naquela cidade. Desta maneira, há indícios desta atuação tanto através de seus associados que voltavam de férias à cidade, quanto de seus representantes e delegados quando os navios da Marinha, provenientes do Rio de Janeiro, ali atracavam.

Neste contexto, destacamos o posicionamento de um periódico riograndino de grande circulação à época, que em seu editorial intitulado "inconveniências", abordou um episódio na escalada da crise entre a AMFNB e a alta administração naval:

> [...] Tivemos agora, mesmo, uma injúria tremenda praticada com a conivência das autoridades "educacionais" deste País que lotaram um auditório com marinheiros da Marinha de *Tamandaré* e *Marcílio Dias* para assistir o filme soviético "Encouraçado *Potemkin*". Não negamos o sentido artístico dessa obra, pois, o nosso anticomunismo não é doentio e reconhecemos o gênio cinematográfico de Eisenstein. O que não aceitamos é que mostre aos marinheiros do Brasil cenas de revoltas no interior de uma belonave e o morticínio de superiores hierárquicos como que sugerindo a repetição do fato em uma Marinha onde não existe chibata, onde se respeita a dignidade humana e que tem sido escola de civismo.
> O desplante é tão grande que o próprio Ministro da Marinha protestou contra essa "promoção" revolucionária encampada pelo almirante Aragão que transformou o Corpo de Fuzileiros Navais em guarda pretoriana do deputado Leonel Brizola. Condenação integral merecem esses homens do governo que estão estimulando a desordem nos quartéis e nos navios de guerra. [...] [146] [Grifos nossos]

[146] *O Rio Grande*, 3mar.1964, p.2

O trecho do editorial acima denota o posicionamento daquele veículo de imprensa no contexto político tensionado da época, e, especialmente, a relevância conferida em Rio Grande à mobilização dos marinheiros na urbe carioca, e consequentemente, aos desdobramentos da crise na Marinha. Reafirmando a relação de proximidade entre a urbe riograndina e a força naval brasileira, a qual fica ainda mais evidente no trecho em que o editorial faz referência à Marinha como sendo “de Tamandaré e Marcílio Dias”, ambos riograndinos, como já destacamos.

Neste sentido, cabe ressaltar a atuação do o ex-marinheiro Paulo Costa, que em sua narrativa deixa evidente seu posicionamento ideológico, além do aspecto regionalista, e relata um episódio ocorrido enquanto ainda estava na EAMSC no ano de 1961, no contexto da crise sucessória à Presidência da República:

> [...] em 61 quando iniciou o curso em fevereiro, agosto de 61 houve a renúncia do Jânio Quadros. Na renúncia de Jânio Quadros surgiu a campanha da legalidade pra (*sic.*) garantir o retorno do exterior do Presidente João Goulart pra poder assumir, por que os militares não queriam que ele assumisse. [...] Na escola, propriamente na escola, já começou a haver uma [...] *principalmente os gaúchos*. Porque eu, eu tenho como maior brasileiro de todos os tempos Leonel Brizola. Leonel Brizola, pra mim, se implanta o que realmente ele implantou no Rio Grande do Sul, durante a gestão dele até 61, [...] O país seria outro, tenho certeza. Infelizmente ele não conseguiu assumir a Presidência da [...] se eleger como Presidente da República. Essa é minha linha política, eu não sou PDT eu não sou PT eu não sou [...] Eu sou brizolista, entendeu? Quando o Jânio Quadros renunciou, nós gaúchos se reunimos (*sic.*), alguns, aqueles mais amigos. Porque a ordem era reter; que a escola de aprendizes-marinheiros fica no continente e automaticamente as tropas da legalidade iriam passar ali, [...] a ordem era impedir, a ordem da oficialidade. Mas nós já tínhamos bolado um esquema pra aderir, entendeu. Nós gaúchos. Não se desenvolveu por que realmente não houve, a legalidade ganhou, não houve aquela, aquele confronto que todo mundo pensava que poderia acontecer. O João Goulart retornou da viajem [...] nós tínhamos bolado pegar um jipão (*sic.*) da escola e [...] E aderir à legalidade. [...]

O relato acima denota o perfil combativo do entrevistado, que além de manifestar um posicionamento ideológico alinhado com as propostas de Leonel Brizola, assumiu uma postura favorável a João Goulart desde 1961, ou seja,

antes mesmo da fundação da associação fuzinauta, à qual teria se associado em setembro de 1963[147]. O posicionamento político de Paulo Costa, considerando sua atuação enquanto membro da AMFNB, inclusive em Rio Grande, nos remete à relevância desta atuação no contexto político da época. Haja vista que Leonel Brizola era manifesto apoiador das reivindicações da associação fuzinauta e em 1961 havia comandado a campanha da legalidade a partir do Rio Grande do Sul, estado do qual era governador à época. Afundando, inclusive, embarcações no canal do porto de Rio Grande a fim de bloquear o único porto oceânico do estado gaúcho e, deste modo, impedir a chegada de navios da Armada.

Em um cenário de acentuada ampliação das atividades junto aos praças da força naval, a AMFNB contava com associados também na urbe riograndina. Neste sentido, Paulo Costa relata ter realizado atividades de divulgação da associação junto aos militares lotados na CPRS durante seu período de férias. Segundo o entrevistado:

> [...] o tempo correu e passou o ano de 63, em fevereiro [...] eu vim a Rio Grande de férias, trouxe os jornais da associação e distribuí na capitania. [...] na época recém tava (*sic.*) iniciando a ferver o negócio[148].

Curiosamente, entre os dias 22 de março e 14 de abril daquele ano, poucos dias após regressar das férias em sua cidade natal, Paulo Costa foi punido disciplinarmente três vezes, cumprindo um total de treze dias[149] de prisão a bordo do navio em que estava lotado à época, o cruzador *Tamandaré.*

---

[147] BNM 639, p.297 – Termo de inquirição de indiciado em IPM instaurado por portaria de 13 de abril de 1964 do cruzador *Tamandaré* a fim de apurar "atos de indisciplina" ocorridos no dia 27 de março do mesmo ano a bordo daquele navio, conforme determinou o Chefe do Estado-Maior da Armada através do Boletim de Ordens e Notícias nº 84 de 10 de abril de 1964 (BNM 639, p.19).

[148] O entrevistado se refere ao agravamento da crise entre a AMFNB e a alta administração naval.

[149] Sendo dez dias de prisão rigorosa (Art. 23 do RDM) por ter incidido os itens 3, 6 e 49; e três dias de prisão simples (Art. 22 do RDM) por ter incidido o item 33; sendo todos itens do Art. 7º do RDM.

Sendo punido ainda mais duas vezes entre os dias 29 de abril e 6 de maio, permanecendo assim mais quatro dias[150] a bordo do *Tamandaré*. Deste modo, cabe um questionamento acerca das reais intenções destas punições disciplinares aplicadas ao militar, tendo em vista que, de acordo com sua narrativa, no ano anterior teria distribuído jornais da associação na CPRS. Sendo assim, além de impedir que Paulo Costa participasse da assembleia da AMFNB realizada no dia 25 de março. Deliberadamente ou não, essas punições evitaram que o ex-marinheiro estivesse presente em Rio Grande durante os desdobramentos da crise política que culminou com o golpe civil-militar no ano de 1964. Este fato reveste-se de grande importância no contexto desta pesquisa devido à posição de liderança assumida por Paulo Costa no movimento dos marinheiros e à sua atuação na urbe riograndina.

Destarte, se considerarmos o fato de que desde sua gênese a AMFNB sempre buscou alcançar os marinheiros nas mais distantes localidades do país. E que esta tendência atingiu seu ápice no início do ano de 1964, quando já contaria com mais de "quatro mil sócios com carteira e dez mil inscritos"[151] além de sucursais espalhadas pelo Brasil. Poderemos compreender que a prática de aplicação sistemática de punições disciplinares às lideranças e membros do movimento dos marinheiros, constituiu-se enquanto instrumento utilizado pela alta administração naval para desarticular a associação fuzinauta, diante da impossibilidade legal de interferência em suas atividades ou de determinar a dissolução da mesma. E foi com base nestas punições que muitos daqueles militares foram sumariamente expulsos da Marinha, sendo perseguidos e, em alguns casos, submetidos à condenação penal.

Outro aspecto que merece destaque e que aponta para a atuação da AMFNB em Rio Grande, foi o fato de o cabo Domingos Pereira Gomes de Souza, tripulante do navio hidrográfico *Canopus* e representante da associação

---

[150] Sendo dois dias de prisão simples e dois dias de serviço extraordinário (Art. 21 do RDM), por ter incidido os itens 44 e 50 do Art. 7º do RDM, respectivamente.
[151] *O Globo*, 27mar.2004, Prosa e Verso, p.3.

naquele navio desde o final de 1963, ter sido convocado para depor acerca da assembleia do dia 25 de março. Neste sentido, tendo em vista que o *Canopus* se fez presente em águas gaúchas em diversos períodos entre os anos de 1961 e 1964 a fim de proceder ao serviço de levantamento hidrográfico da costa do estado do Rio Grande do Sul, como veremos mais adiante. Consideramos que o cabo Domingos esteve em permanente contato com militares da Marinha lotados na cidade de Rio Grande durante todo o período em que seu navio realizou este levantamento. Isto porque, sendo a CPRS a maior e mais importante unidade da Marinha no estado gaúcho à época, o *Canopus* contou com o apoio logístico daquela OM durante as diversas vezes em que esteve atracado no porto de riograndino.

Indiciado durante a "operação limpeza" e interrogado com base na portaria nº 540[152] de 3 de abril de 1964 do Ministro da Marinha, Domingos demonstrou ser um membro ativo da AMFNB e, principalmente, atento aos desdobramentos da crise que se desenrolava no Rio de Janeiro enquanto estava em Rio Grande, a bordo do *Canopus*. Em seu depoimento[153], prestado no dia 28 de abril daquele mesmo ano, o cabo Domingos alegou que apenas exerceu a atividade de cobrador a bordo, em substituição ao delegado da associação naquele navio, o marinheiro de primeira classe Reinaldo Bonfim, que havia desembarcado em fins de 1963. O militar foi questionado sobre suas atividades na associação fuzinauta, e ainda, sobre sua rede de relacionamentos e posicionamento pessoal enquanto representante da associação a bordo do *Canopus* na ocasião do golpe. Ao ser questionado sobre uma carta que teria escrito para o deputado Neiva Moreira[154], datada de

---

[152] BNM 149, p. 27 – Portaria que determina a instauração de IPM para apurar as responsabilidades relacionadas às ocorrências havidas entre a madrugada do dia 26 e a tarde do dia 27 de março de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro.

[153] BNM 149, p. 2378, 2410-2412 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

[154] Deputado Federal à época do golpe civil-militar de 1964, Neiva Moreira foi franco apoiador das reformas de base propostas por Goulart e, aliado de Leonel Brizola, tornou-se uma das principais lideranças do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Assim como Brizola, Neiva

25 de outubro de 1963, respondeu que “tratava-se de tentar obter através daquele deputado sua transferência para servir no Maranhão, onde reside sua mãe”.[155] O militar negou ter qualquer conhecimento acerca das ligações do deputado com a associação, bem como, das atividades subversivas atribuídas ao político.

Além das relações estabelecidas com o deputado federal Neiva Moreira, Domingos Pereira, quando questionado sobre ocorrido no sindicato dos metalúrgicos, afirmou o seguinte:

> [...] achava-se no sul do país sabendo das notícias através de jornais e rádio e comunicações de seu próprio comandante; que discordou das atitudes assumidas pela diretoria da associação principalmente no que se relaciona com a passeata que julga incompatível com as atitudes que pode assumir um militar; que estava disposto a ao chegar ao Rio de Janeiro a fazer a entrega à diretoria da associação do cargo de cobrador que exercia no navio.[156]

Mas quando foi perguntado sobre seu posicionamento expresso em carta de 1º de abril, na qual manifestava apoio ao presidente João Goulart e ao seu projeto reformista, respondeu o seguinte:

> [...] a vista das informações que tinha no Rio Grande do Sul a revolução em andamento não se relacionava com o caso criado pela Associação (*sic.*) tendo em vista que já soubera que o Ministro da Marinha mandara abrir inquérito para elucidar aqueles fatos. Decidiu-se pelo lado em que supunha estar defendendo a Constituição e o Chefe Supremo das Forças Armadas, ameaçados por um golpe.[157]

Ao final de seu depoimento Domingos foi inquirido sobre como teria conseguido redigir seu nome e mais uma frase em idioma russo na supramencionada carta. O militar afirmou que:

Moreira era franco apoiador das reivindicações dos marinheiros e do próprio movimento da AMFNB, sendo acusado pelos militares de ter ligação com as lideranças da Revolta dos Sargentos em Brasília no ano de 1963.

[155] BNM 149, p. 2411 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.
[156] BNM 149, p. 2411 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.
[157] BNM 149, p. 2412 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

> [...] fê-lo utilizando-se do Dicionário Prático Ilustrado que encontrou por acaso, no meio de um grupo de alunos que estudaram na Escola de Eletrônica no CIAW[158], no decorrer do ano de 1962 [...][159]

Considerando que – em um contexto internacional de Guerra Fria – a Marinha do Brasil não possuía equipamentos militares soviéticos à época, o trecho a cima torna-se emblemático para que possamos compreender as concepções políticas e ideológicas do depoente, bem como, a condição em que se encontrava naquele IPM. Utilizando-se de subterfúgios e recursos em seu discurso, a fim de justificar seus posicionamentos políticos e atitudes enquanto representante da AMFNB a bordo do *Canopus*, o cabo Domingos Pereira constituiu-se enquanto elemento de grande importância no contexto da mobilização dos marinheiros na cidade de Rio Grande. Neste sentido, mesmo em constantes viagens para o sul do país, o referido militar procurava manter-se ciente das ações da associação e de seu posicionamento no contexto da crise política vivenciada pelo país. Deste modo, mesmo apresentando diversas contradições – por razões óbvias em um contexto de "caça às bruxas" que se desencadeou imediatamente após o golpe – o depoimento do cabo Domingos Pereira trás indícios que nos remetem à atuação da associação na urbe riograndina e à relevância daquela cidade em um contexto político tensionado vigente no país à época.

Neste cenário, destacamos o emprego – enquanto potencial instrumento para atuação da AMFNB na urbe riograndina – daquele que seja talvez o símbolo maior da repressão militar na cidade de Rio Grande, o "navio branco" que ainda hoje faz parte do imaginário da população riograndina. O "navio prisão" que materializou a repressão capitaneada pela Marinha em uma cidade tão intimamente ligada ao mar. A repressão que na "cidade vermelha" veio do mar atendia pelo nome de *Canopus*!

---

[158] Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, onde eram realizados os cursos de especialização de praças em algumas profissões, entre as quais a de eletrônica.
[159] BNM 149, p. 2412 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

2.2 O "Branco" nos mares do sul: O *Canopus* em águas riograndinas no contexto do ano de 1964.

Imediatamente após o golpe, já nos primeiros dias de abril de 1964, Rio Grande passou a vivenciar uma intensa repressão levada a cabo pela Marinha, sob o comando do Capitão dos Portos do Rio Grande do Sul. Neste contexto, a atuação do *Canopus* se reveste de grande importância no que concerne à intensidade com que a repressão se abateu sobre lideranças sindicais e políticas da cidade. Bem como, sobre aquelas lideranças que de alguma forma pudessem estar envolvidas com a mobilização da AMFNB.

Encomendado pelo Ministério da Marinha junto ao estaleiro *Ishikawajima Heavy Industries Co. Ltda.* o *Canopus* foi construído na cidade de Tóquio, Japão, e teve sua quilha batida em dezembro de 1956. Classificado como navio hidrográfico, foi lançado ao mar em novembro de 1957 e em junho de 1958 navegou pela primeira vez em águas brasileiras, atracando no porto de Belém-PA no dia 24 daquele mês. Com a função principal de realizar pesquisas e estudos hidrográficos, o H-22[160] também desempenhava atividades de apoio logístico em faróis e bases avançadas da Marinha ao longo do litoral brasileiro.

Incorporado à Armada o *Canopus* estava subordinado diretamente à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), órgão naval ligado à navegação e ao tráfego aquaviário. Deste modo, o H-22 não contava com as características atinentes a um navio de guerra propriamente dito – armamentos orgânicos[161], paióis de munição, radares de direção de tiro, sensores e contramedidas – contando apenas com armamentos portáteis[162] para o serviço de sua

[160] Indicativo visual do navio, pintado em ambos os bordos da proa da embarcação.
[161] Armamentos que compõem a estrutura do navio, tais como: canhões, metralhadoras, lançadores, etc.
[162] Armamentos que podem ser portados e empregados por uma única pessoa, tais como: pistolas, submetralhadoras e fuzis.

tripulação. Com um comprimento total de 77,90 metros[163] e uma tripulação fixada em 106 militares – sendo 14 oficiais e 92 praças[164] – o *Canopus* iniciou as atividades de levantamento hidrográfico na costa do Rio Grande do Sul no mês de abril de 1961, tendo concluído as mesmas no dia 29 de março de 1964[165]. Devido à complexidade da tarefa e de sua significativa relevância para a navegação no litoral gaúcho, especialmente no que tange a uma maior operacionalidade comercial do Porto de Rio Grande, o *Canopus* permaneceu efetivamente 11 meses e 3 dias[166] em águas gaúchas durante a realização dos trabalhos. Intercalando esta missão com outras atividades relacionadas a levantamentos hidrográficos e apoios logísticos em diferentes localidades do litoral brasileiro. Foi durante este período, mais precisamente a partir do ano de 1963 – quando foram assassinados três militares a bordo do *Canopus* – que a relação do navio com a cidade de Rio Grande começou a transcender os aspectos relacionados unicamente às atividades hidrográficas ali realizadas. Dando início assim à construção de uma imagem que seria reforçada no ano seguinte, por ocasião do golpe, passando a constituir o imaginário da sociedade riograndina durante as décadas que se seguiram, e se fazendo muito presente ainda nos dias atuais.

Exatamente na noite de 14 de junho de 1963, quando o H-22 encontrava-se atracado no porto velho de Rio Grande, ocorreu um fato que marcou não só a tripulação do navio e os militares da Marinha, mas também toda a cidade. Trata-se do assassinato do capitão de fragata Arnaldo da Costa Varella, do capitão de corveta Antonio Manhães de Mattos e do marinheiro de primeira classe Silvio de Farias[167], todos mortos pelo marinheiro de primeira

---

[163] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Livro do Navio – Dados gerais, características e altitudes principais.
[164] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Livro do Navio, capítulo XXXIII, folha III (0930) – Lotação total do navio, oficiais e praças.
[165] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Livro do Navio, capítulo III, folha 3aa (0131).
[166] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Livro do Navio, capítulo III, folha 3ab (0132).
[167] Comandante, Imediato e despenseiro do *Canopus*, respectivamente. ARQMAR – Livro do Navio – Comissões realizadas, folha 0035.

classe Lourival Vicente da Silva. Tendo como motivação aparente, uma punição aplicada pelo comandante do navio ao marinheiro Lourival em virtude de um desentendimento entre este militar e o marinheiro assassinado. Este crime teve grande repercussão em toda Marinha, impactando sobremaneira não somente a tripulação do navio, mas também os militares lotados na CPRS e toda cidade de Rio Grande. Isto devido não somente às circunstâncias e à brutalidade do crime – no qual três homens foram covardemente assassinados enquanto dormiam – mas também pela crescente mobilização dos marinheiros em torno de sua associação. E ainda, pela escalada da crise entre a AMFNB e a alta administração naval, em um cenário de ebulição social e polarização política vivenciado pelo país à época. Este cenário se potencializava em uma cidade com as características sociais, políticas e econômicas de Rio Grande, depositária de uma forte tradição de mobilizações de trabalhadores, especialmente portuários e marítimos. Neste sentido Mario Rodrigues da Costa, então Capitão dos Portos do Rio Grande do Sul, anos depois – já como vice-almirante reformado – afirmou o seguinte:

> [...] *Canopus* havia chegado ao Porto de Rio Grande e fui visitar seu Comandante, CF Arnaldo da Costa Varella [...] Durante o encontro, dei conhecimento da situação na área de Rio Grande e sugeri medidas de segurança. Eles achavam que não seriam necessárias. [...] [168]

No trecho acima Mario Rodrigues deixa subentendido que a "situação na área de Rio Grande" não era das mais seguras, tendo em vista que teria sugerido "medidas de segurança" ao comandante do navio, que as teria considerado desnecessárias. Considerando que o *Canopus* se fazia presente naquele porto com considerável frequência desde o ano de 1961, podemos acreditar que por alguma razão o capitão dos portos acreditava ser necessário implementar medidas adicionais de segurança, além daquelas rotineiramente empregadas. Mas ficam algumas dúvidas, especialmente sobre que medidas

[168] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Livro do Navio, capítulo III, folha 3n1.

teriam sido sugeridas pelo Capitão dos Portos e qual seria a "situação" em Rio Grande que o teria levado a apresentar tais sugestões ao comandante do H-22. Neste sentido, o trecho seguinte do relato de Mario Rodrigues denota a apreensão do oficial em relação à situação a bordo do navio branco[169] logo após ser informado sobre o ocorrido:

> Recordo-me que foi numa noite fria, de céu encoberto, de chuva fina e vento um tanto forte, que no início da madrugada, tocaram a campainha e bateram na porta principal de minha casa [...] Uma pessoa relativamente moça me informou que haviam matado o Comandante (*sic.*) e o Imediato (*sic.*) do NHi Canopus, que estava atracado no Porto Velho (*sic.*). [...] ao tomar conhecimento da informação pensei que talvez se tratasse de um *motim* a bordo. [...] Ao chegar próximo do (*sic.*) portaló do navio, pudemos perceber que não havia indícios que pudessem confirmar a natural turbulência que um motim provocaria. [...] Quando cheguei ao navio notei um ambiente estranho; recomendei ao Ajudante[170](*sic.*) que ficasse no cais e eu embarcaria. Caso notasse algo anormal, fosse ao quartel do 7º Grupo de Artilharia de Costa e trouxesse tropa suficiente para agir adequadamente.[171] [Grifo nosso]

Ao ser informado sobre o assassinato do comandante e do imediato do navio, o Capitão dos Portos logo pensou tratar-se de um motim a bordo, e, convicto neste pensamento, seguiu para o *Canopus* juntamente com seu ajudante. Este fato nos leva a refletir se as sugestões de segurança feitas por este oficial ao comandante Varella não estariam relacionadas ao agravamento da crise entre a cúpula naval e a associação fuzinauta no Rio de Janeiro. Bem como, a seus eventuais desdobramentos a bordo do navio e na própria cidade de Rio Grande. Ou ainda, ao clima de ebulição política e mobilizações de segmentos de trabalhadores ligados, principalmente, às atividades do porto riograndino.

Nos dias que se seguiram à morte do comandante Varella o navio ficou sob o comando do capitão-tenente Fernando de Queiroz Pinto de Mendonça, até o dia 17 de junho, quando se apresentou no navio seu novo comandante, o

---

[169] Como são conhecidos na Marinha os navios subordinados à DHN.
[170] Função atribuída ao segundo oficial mais antigo em uma capitania dos portos, substituto imediato do capitão dos portos.
[171] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Livro do Navio, capítulo III, folha 3n1-3n2.

capitão de fragata Maximiano Eduardo da Silva Fonseca[172]. Sob seu comando o *Canopus* concluiu o levantamento hidrográfico da costa do Rio Grande do Sul. Mas não foi por este feito que, tanto o navio quanto seu novo comandante, marcariam profundamente a memória social da comunidade riograndina.

Deste modo, foi a partir do crime cometido a bordo do H-22 em meados de 1963 que a representação daquele navio junto ao imaginário popular riograndino passou a ser construída. Constituindo-se, por ocasião do golpe, enquanto signo da repressão na "cidade vermelha". Neste sentido, na medida em que, segundo Bronislaw Baczko (1991, p.28), *"el imaginario social es igualmente una pieza efectiva y eficaz del dispositivo de control de la vida colectiva, y en especial del ejercicio del poder."* Consideramos que esta representação foi potencializada durante a "operação limpeza" e utilizada pelas autoridades encarregadas pela repressão em Rio Grande de modo a auxiliar no controle social, especialmente daqueles segmentos mais combativos ligados aos sindicatos e associações de trabalhadores. Uma vez que, imediatamente após o golpe, a Marinha não considerava o 3º Exército – sediado no Rio Grande do Sul – como fiel à "revolução". Por este motivo coube ao Capitão dos Portos levar a cabo a execução imediata da necessária "operação limpeza" na urbe riograndina. Utilizando-se para tanto de todos os meios disponíveis em sua jurisdição, entre os quais estava o *Canopus*, como é possível constatar a seguir:

> Os trabalhos de levantamento foram efetivamente concluídos no dia 29 de março de 1964, quando o navio atracou no porto de Rio Grande, após concluir as sondagens [...] A permanência no porto de Rio Grande a partir desta data foi um consequência da Revolução, tendo o navio permanecido à quase totalidade do tempo, a partir do dia 1-4, fundeado ao largo, servindo inclusive como presídio temporário para um militar e 21 civis[173], presos em consequência da Revolução. Nesse período, quando ainda não tinha presos a bordo, o navio suspendeu dia 2-4 com destino a Anhatomirim, cumprindo ordem do Comando do 5º Distrito Naval, tendo entretanto, regressado

[172] Anos depois foi nomeado Ministro da Marinha no governo do Presidente Figueiredo.
[173] Na verdade foram dois militares, pois, o vereador Athaydes Rodrigues era também oficial da Brigada Militar. Portanto, foram 20 civis e 2 militares que estiveram oficialmente presos abordo do *Canopus*.

> a barra do porto poucas horas após, a fim de cumprir uma ordem do CEMA[174] para bloqueio do porto, isto com o propósito principal de impedir a entrada de petroleiros, uma vez que ainda não havia uma definição clara, favoravelmente à Revolução, por parte do 3º Exército.[175]

O trecho acima denota o posicionamento da alta administração naval no que concerne à cidade de Rio Grande e, especialmente, ao seu porto. Pois, revela que a determinação para que o *Canopus* permanecesse na urbe riograndina partiu da cúpula naval, isto é, do CEMA. Tendo como função inicial bloquear a barra do porto, e, em sequência, manter presos aqueles que fossem considerados subversivos ou "inimigos da revolução" em Rio Grande. Este é um indício que nos remete mais uma vez à importância da "cidade vermelha" naquele contexto político, e ainda, à maneira rápida e implacável como a Marinha desencadeou e conduziu a repressão na cidade. Como que buscasse evitar, conter ou debelar uma eventual mobilização de determinados segmentos sociais, entre os quais consideramos que estariam representantes do movimento dos marinheiros. Neste sentido, ao receber ordem para bloquear o porto, o H-22 deixou de ser apenas um navio hidrográfico e constituiu-se enquanto principal instrumento da repressão em Rio Grande naqueles dias iniciais do mês de abril de 1964. Mantendo o porto fechado durante aproximadamente dois dias o *Canopus* impediu que qualquer embarcação entrasse ou saísse da barra até a definição do 3º Exército em apoiar a "revolução". O trecho abaixo evidencia o modo como foi empregado o navio naquela ocasião:

> Interrompida a lancha do prático, quando demandava ao navio petroleiro Tank Duke, determinando-se o seu regresso à praticagem, imediatamente cumprido pelo mesmo, continuando o navio petroleiro fundeado [...][176]

---

[174] Chefe do Estado-Maior da Armada.
[175] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Livro do Navio, capítulo III, folha 3aa (0131). Ver anexo A
[176] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 04h às 08h do dia 3abr.1964.

Ainda no dia 3 de abril daquele ano, antes mesmo de receber ordem para liberar a barra de Rio Grande, chegou a bordo do "navio branco" o primeiro preso da "operação limpeza" desencadeada pela Marinha na "cidade vermelha". Tratava-se de um militar da própria força, o capitão-tenente do quadro auxiliar[177] Aldo Lapolli. Já integrando as fileiras da reserva naval à época do golpe, Lapolli foi o primeiro a ser efetivamente preso pela repressão da Marinha em Rio Grande. Conforme consta no livro de quarto do *Canopus*, sua "apresentação foi procedente da CPRS"[178] onde foi "preso por ordem do Comandante do 5º Distrito Naval"[179].

A prisão do capitão Lapolli reveste-se de grande relevância no contexto desta pesquisa, pois, observando o motivo de seu recolhimento a bordo do H-22 e a tempestividade como se deu a sua prisão, ainda nos primeiros dias após golpe, podemos perceber mais alguns indícios da atuação da AMFNB em Rio Grande e suas possíveis ligações com lideranças da cidade.

Professor universitário que era e figura proeminente na "cidade vermelha", Lapolli foi também acusado de manter relações de amizade com Leonel Brizola, além de ser "um elemento da esquerda vinculado às campanhas comunistas no meio estudantil."[180] Foi preso e indiciado sob a acusação de "contribuir para a crise de disciplina verificada a partir da madrugada de 26 de março"[181], isto é, por ser suspeito de envolvimento com o movimento da AMFNB. Permanecendo a bordo do *Canopus* até o dia 17 de

---

[177] Quadro composto por oficiais oriundos da carreira de praças que ascendiam ao oficialato através da realização de provas internas à Marinha, ou seja, o oficial auxiliar ingressava na força naval como praça, enquanto que os oficiais oriundos da Escola Naval iniciavam suas carreiras no oficialato como segundo-tenente. Ver Decreto 36.450, 10 de novembro de 1954 - Aprova o Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.

[178] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 08h às 12h do dia 3abr.1964.

[179] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 12h às 15h do dia 3abr.1964.

[180] BNM 149, p. 659.

[181] BNM 028, p. 4 – Portaria nº0542 de 3 de abril de 1964 – Apurar os fatos e as responsabilidades relacionados com a conduta de oficiais da Marinha Brasileira que, de qualquer forma, contribuíram para a crise de disciplina verificada a partir da madrugada de 26 de março.

abril[182], quando foi conduzido para o Rio de Janeiro. Ao chegar à urbe carioca o capitão Lapolli foi apresentado no navio mercante (NM) *Princesa Leopoldina*[183], onde, a exemplo de alguns marinheiros presos por envolvimento com a AMFNB, como o cabo Raimundo Porfírio da Costa (BRASIL, 2014, p.824), permaneceu preso respondendo IPM.

A tempestividade com que foi detido pela Marinha em Rio Grande – na mesma data da portaria que determinou a instauração do IPM ao qual respondeu – suscita questionamentos acerca do acompanhamento daquele militar e suas atividades na urbe riograndina. Isto é, observando as "acusações" que pesavam sobre Lapolli, bem como, sua atividade docente e eventuais relações com lideranças políticas e trabalhistas da cidade, podemos acreditar que o capitão Aldo Lapolli já vinha tendo suas atividades monitoradas por militares da Marinha. O que justificaria a brevidade com que se deu sua prisão pelas autoridades navais em Rio Grande. Este acompanhamento das atividades do referido oficial na urbe riograndina remonta à crise da legalidade no ano de 1961, quando Aldo Lapolli servia na CPRS e o contra-almirante Luiz Clóvis de Oliveira[184] era o comandante do 5º Distrito Naval. Luiz Clóvis, já na reserva no ano de 1964, foi designado pelo ministro da Marinha – vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald – como encarregado do IPM instaurado pela portaria nº 0542, e, no uso de suas atribuições, determinou a prisão do oficial. O qual, desde junho de 1963, encontrava-se afastado de

---

[182] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 12h às 15h do dia 17abr.1964.

[183] Navio mercante requisitado pela Marinha por ocasião do golpe no ano de 1964, foi utilizado como navio prisão para onde foram enviados diversos presos da repressão naquele ano. Este navio, enquanto cumpriu esta função, permaneceu no Rio de Janeiro subordinado ao Comando do 1º Distrito Naval. Ao todo "foram identificados seis navios utilizados como navios-prisões durante a ditadura militar: *Raul Soares*, *Canopus*, *Custódio de Mello*, *Princesa Leopoldina*, *Bracuí* e *Guaporé*." (Comissão Nacional da Verdade - Relatório, vol. 1 tomo II, 2014, p.823)

[184] Oficial general comandante das forças militares sediadas no estado de Santa Catarina por ocasião da crise da legalidade envolvendo a posse na Presidência da República do então vice-presidente João Goulart. Quando o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, levantou em armas as tropas do 3º Exército sediadas naquele estado e da Brigada Militar, a fim de buscar assegurar a posse de Goulart enquanto presidente legítimo.

suas funções[185] aguardando transferência para a reserva na cidade de Rio Grande, conforme havia solicitado ao comando da Marinha. O trecho a seguir evidencia as suspeitas que pesavam sobre Aldo Lapolli, as quais fundamentaram sua prisão:

> O Encarregado deste inquérito, quando Comandante do 5º Distrito Naval, em mil novecentos e sessenta e um, teve a oportunidade de afastá-lo da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, onde servia havia cerca de cinco anos, pelo fato de ter se envolvido num inquérito mandado instaurar pela Diretoria-Geral de Hidrografia e Navegação, por haver suspeitas de irregularidades suas na fiscalização das obras de faróis da costa daquele Estado. Ainda, naquela ocasião, o seu procedimento deixou a desejar, dada as relações de amizade que parecia ter com o então Governador do Estado, Leonel Brizola. Era vez corrente na cidade de Rio Grande que o referido oficial auxiliar, que também tem um diploma de economista e exercia, naquela cidade, no meio civil, atividades de professor, era um elemento da esquerda vinculado as campanhas comunistas no âmbito estudantil.[186]

Portanto, ao ser designado encarregado do IPM, imediatamente o almirante Luiz Clóvis de Oliveira determinou a prisão de Lapolli, pelas mesmas razões que o levaram a afastar o referido oficial de suas funções durante a crise da legalidade em 1961. Sobretudo pelas acusações que, desde aquele ano, recaíam sobre o oficial, ou seja, por suas atividades em Rio Grande e relações com lideranças políticas – como Leonel Brizola – e elementos ligados à esquerda e a movimentos de cunho sindical e trabalhista naquela cidade. Em seu depoimento Aldo Lapolli afirmou:

> Que em vista de ter servido na Capitania dos Portos de mil novecentos e cinquenta e seis a mil novecentos e sessenta e um e também pelas suas atividades de professor era muito relacionado na cidade do Rio Grande, podendo mesmo citar como pessoas de suas relações o Prefeito da cidade, os Delegados de Polícia, o Presidente do Rotary e Lions Clube, entre outros. Que nunca foi ligado a

[185] Aldo Lapolli afastou-se de suas funções na Marinha em junho de 1963, quando entrou em licença para tratamento de saúde, até dezembro do mesmo ano. Em janeiro do ano seguinte solicitou férias e no dia 21 do mesmo mês deu entrada junto ao comando da Marinha em seu pedido de transferência para a reserva e em uma solicitação para aguardar a decisão na cidade de Rio Grande. BNM 149, p. 660 – Autos de pergunta ao indiciado.
[186] BNM 149, p. 659.

> nenhuma associação, quer de caráter político, religioso ou econômico.[187]

Neste sentido, as relações estabelecidas pelo capitão-tenente Lapolli na cidade de Rio Grande e a própria prisão do mesmo, sendo monitorado pela Marinha desde 1961, reforçam a ideia de que a AMFNB vinha atuando de algum modo – além da simples distribuição de jornais na CPRS – na "cidade vermelha". Especialmente pelo fato de ser este oficial, enquanto integrante do quadro de oficiais auxiliares, oriundo do Corpo de Subalternos da Armada.

Juntamente com Lapolli, outras lideranças da cidade foram presas durante a "operação limpeza", sobretudo aquelas ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre as lideranças presas pelas forças de repressão destacam-se também aquelas ligadas a sindicatos e movimentos de representação de portuários, estivadores, ferroviários e operários, bem como, representantes do legislativo e do judiciário como o jornalista e vereador pela cidade de Pelotas Edgar José Curvello; o oficial da Brigada Militar e vereador por Rio Grande Athaydes Rodrigues e o promotor de justiça Heitor Viterbo de Oliveira. Deste modo, muitos desses homens foram conduzidos até o *Canopus* e ali permaneceram presos durante dias, sob os "cuidados" de seu comandante o então capitão de fragata Maximiano da Fonseca, permanecendo à disposição do capitão dos portos Mario Rodrigues para quaisquer esclarecimentos e interrogatórios que se fizessem necessário.

Não sendo o *Canopus* um navio de grande porte, seus compartimentos foram adequados para receber os presos, sendo reservado aos oficiais Aldo Lapolli e Athaydes Rodrigues, bem como, ao vereador Edgar Curvello e outros "assemelhados"[188], a prerrogativa de ocupar camarotes. Enquanto que os

---

[187] BNM 149, p. 661.

[188] Termo empregado na Marinha para classificar civis em *status* – para efeito de prerrogativas, privilégios e ambientes de convivência – de acordo com a hierarquia militar. Esta classificação

demais presos foram distribuídos em compartimentos situados conveses abaixo, ou seja, “recolhidos à enfermaria do navio ou em algum porão na popa [...] os líderes sindicais, porém, estavam ‘invisíveis’” (RODRIGUES, 1980, p.21-22). De acordo com Athaydes, ao chegar no H-22 o comandante Maximiano teria lhe dito o seguinte:

> Não posso dizer que lhe recebo com prazer, devido à situação. O senhor, todavia, terá aqui o tratamento que merece por ser oficial e vereador. Dessa maneira, poderá ficar na parte reservada aos oficiais. (RODRIGUES, 1980, p.21)

Neste sentido Athaydes Rodrigues relata ainda que:

> Tomo conhecimento do regime carcerário. Podemos ler jornais e ouvir o rádio de bordo. As refeições são boas e três vezes por dia. Banho, porém, só pode ser tomado durante 5 minutos[189], às 6 da manhã. (RODRIGUES, 1980, p.21)

Em contrapartida as lideranças trabalhistas e sindicais foram mantidas em regime carcerário bem mais rígido, confinados em compartimentos conveses abaixo com pouca ventilação. Segundo Antônio Nailem Espíndola:

> [...] fomos levados para o navio e daí fomos colocados ali, um monte de homens dentro de uma pecinha que tinha uns 5m², agente dormia num beliches e a comida vinha pra gente, o vigia nos alcançava por uma frestinha. A pessoa não podia nem conversar, não podia ouvir rádio, não podia ler jornal, não podia se comunicar com a família.[190]

Do mesmo modo como oficiais e praças cumpriam penas restritivas de liberdade em ambientes separados, os civis “assemelhados” eram adequados desta maneira. Mas no *Canopus* esta separação certamente não tinha haver somente com questões de *status* hierárquico ou devido ao pouco espaço disponível na embarcação. Tendo como principal objetivo manter incomunicáveis, na medida do possível, cada preso de acordo com sua área de

---

normalmente é feita de acordo com a atividade profissional, nível de instrução e/ou condição social.

[189] Procedimento comum em navios de médio e pequeno porte devido a pouca capacidade de armazenamento de água.

[190] APERS – Processo nº 4058-1200/98-4 p.30.

atuação. Isto é, separavam-se as lideranças sindicais e trabalhistas das lideranças políticas, e, certamente, estas dos militares presos por contravenções disciplinares ou questões políticas.

Por uma questão regulamentar da Marinha, somente cabos, marinheiros e soldados poderiam ser conduzidos ao "bailéu", ficando assegurada aos sargentos, suboficiais e oficiais a prerrogativa de permanecerem presos em seus camarotes ou locais de convivência a bordo; como no caso de Athaydes, Lapolli e civis "assemelhados" no *Canopus*. Deste modo, podemos acreditar que os marinheiros que eventualmente tenham sido presos antes ou durante a "operação limpeza" em Rio Grande – como o cabo Domingos, por exemplo – tenham sido conduzidos para as dependências do 7º Grupamento de Artilharia de Costa (7º GAC)[191], permanecendo detidos naquela unidade do Exército aguardando liberação ou transferência para o Rio de Janeiro.

Neste contexto, a atuação do *Canopus* enquanto instrumento de repressão na urbe riograndina foi amplamente divulgado pela imprensa da cidade, especialmente pelo jornal *O Rio Grande* de linha abertamente favorável ao golpe. Esta divulgação da imprensa contribui sobremaneira para implantar o terror em relação ao "navio branco" na cidade, especialmente entre aqueles que foram os alvos principais da repressão capitaneada pela Marinha. Solidificando assim a representação do *Canopus* enquanto navio prisão no imaginário da sociedade riograndina. Neste sentido, em um trecho de sua reportagem de capa do dia 9 de abril de 1964 *O Rio Grande* informou o seguinte:

> A operação "gaiola", por seu turno, vai sendo levada adiante. Calcula-se que o "Canopus" já se encontra abarrotado de líderes vermelhos e de agitadores que atuavam em Rio Grande. Consta que essa belonave deverá zarpar para o Rio de Janeiro e que virá para Rio Grande um navio maior para o qual serão transferidos os presos políticos. [192]

---

[191] Unidade militar do Exército, situada naquela cidade, para onde eram conduzidos cabos e marinheiros punidos disciplinarmente com penas de prisão rigorosa.
[192] *O Rio Grande*, 9abr.1964, p.1.

Curiosamente, na data em que circulou esta reportagem um navio de grande porte da Marinha já se encontrava atracado no porto de Rio Grande desde o dia 5 daquele mês[193], fato que não foi divulgado pela imprensa local. O contratorpedeiro *Pernambuco* havia suspendido do Rio de Janeiro ainda no dia 3 do mesmo mês, com a missão de apoiar o Comando do 5º Distrito Naval no controle da região sul durante os dias que se sucederam ao golpe. Permanecendo atracado em Rio Grande o contratorpedeiro proporcionou apoio[194] de tropas e materiais para as forças de repressão sob o comando do capitão dos portos, comandante Mario Rodrigues da Costa, até o dia 21 de abril[195], regressando ao Rio de Janeiro tão logo os presos políticos detidos a bordo do *Canopus* foram entregues às autoridades policiais a fim de serem conduzidos para Porto Alegre.

Mas um fato que merece destaque é que mesmo contando com a presença em Rio Grande de um navio de maior porte desde os primeiros dias da “operação limpeza”, ainda assim coube ao *Canopus* o papel de “navio prisão”. Duas explicações que entendemos como plausíveis para esta escolha naquele contexto se referem a aspectos como: a maior mobilidade do H-22 em águas restritas como as de Rio Grande, e ainda, o menor acesso às armas e munições por parte dos presos em caso de motim a bordo do *Canopus*. Todavia a informação divulgada pelo periódico riograndino tem fundamentação, pois, nos dias que se seguiram ao golpe até o final do ano de 1964, era prática da Marinha contar com navios prisão para manter presos incomunicáveis, dificultando inclusive o acesso da imprensa, advogados e familiares aos mesmos. Deste modo, por suas características político-sociais, além da relevância simbólica e estratégica atribuída pela alta administração naval, era de se esperar que a Marinha designasse um navio maior e mais apropriado

[193] ARQMAR – Contratorpedeiro *Pernambuco* - Livro do Navio, capítulo III, folha 80 (0132). Ver anexo B.
[194] ARQMAR – Contratorpedeiro *Pernambuco* - Microfilme do livro de quarto entre os dias 9 e 15 de abril de 1964.
[195] ARQMAR – Contratorpedeiro *Pernambuco* - Livro do Navio, capítulo III, folha 80 (0132).

para manter os presos políticos da “cidade vermelha”. Na medida em que ao empregar navios como instrumentos de repressão:

> [...] a Marinha aproveitava sua própria estrutura para executar prisões de seu interesse [...] em que parte significativa dos presos era ligada a atividades costeiras, como líderes sindicais dos trabalhadores portuários, além de militares [...] (BRASIL, 2014, p.824)

Cabe destacar que a utilização de “navios prisão” pela Marinha se restringiu às cidades do Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande (BRASIL, 2014, p.823-829). Fato este que reforça a relevância da urbe riograndina no contexto político-social da época, especialmente no que concerne à sua forte tradição trabalhista e sindical, bem como, à sua importância simbólica e estratégica para a força naval. Neste sentido, buscamos sintetizar na tabela abaixo toda a atividade desempenhada pelo *Canopus* durante o período em que o navio cumpriu a função de presídio político em Rio Grande. Evidenciando assim o perfil político e profissional da maioria dos presos pelas autoridades navais na urbe riograndina:

Tabela 3 - PRISÕES A BORDO DO NAVIO HIDROGRÁFICO *CANOPUS* DURANTE A “OPERAÇÃO LIMPEZA” NA CIDADE DE RIO GRANDE - RS

NOME	PROFISSÃO	PARTIDO / SINDICATO	PRISÃO	SAÍDA	DESTINO
Aldo Lapolli	Militar / Professor	Nenhuma	03/04/1964	17/04/1964	NM *Princesa Leopoldina* - RJ
Manuel Gonçalves	xxx	xxx	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre - RS
Enestor Farias de Albernaz	Portuário	PCB e PR	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre - RS
Edgar José Cuevello	Jornalista / Vereador	PR	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre - RS
Antônio Nailen Espíndola	Portuário	PTB	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Dinarte Luz Alves	Portuário	Não declarada	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre

Athaydes Rodrigues	Militar / Vereador	PR	07/04/1964	10/04/1964	Brigada Militar - RS
José Ferreira da Costa	Pedreiro	PCdoB	07/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Savio da Silva Pinto	xxx	xxx	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Miguel Gomes	Ferroviário	PTB	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Nery de Ávila	xxx	xxx	08/04/1964	19/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
João Flores Aguiar	Agricultor	PCB	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
João Rodrigues Viana	xxx	xxx	09/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Osmar Santa Helena	Professor	xxx	09/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Evandro Victor Rodrigues	Ferroviário	PTB	10/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Roberto Leonardo Germano	xxx	xxx	10/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Raul Duarte Prestes	xxx	xxx	11/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Claudomiro Farias	xxx	xxx	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Heitor Viterbo de Oliveira	Promotor de Justiça	xxx	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Manoel Rechia	Ferroviário	PCB	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Eurides Paim Vieira	DPREC-RS	PTB	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Ruben Dutra Ferreira	xxx	xxx	19/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre

Fonte: ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – de 3 a 20abr.1964.

Mesmo não sendo possível saber ao certo a ocupação profissional e orientação/filiação político-partidária e sindical de todos os 22 presos. Daqueles que tivemos acesso durante a pesquisa foi possível perceber que, em sua maioria, eram militares e trabalhadores filiados a partidos de esquerda e/ou ligados a atividades profissionais relacionadas com o porto (incluindo os ferroviários, que em Rio Grande têm relação direta com as atividades marítimas e portuárias).

Neste contexto, o *Canopus* cumpriu a missão para a qual foi designado naquele mês de abril de 1964. Iniciando sua viagem de volta ao Rio de Janeiro no dia 22 de abril[196] o H-22 deixou sua "carga" aos cuidados das autoridades policiais da cidade de Rio Grande, as quais se encarregaram de conduzir a mesma para a capital gaúcha, a fim de dar continuidade à "limpeza" da "cidade vermelha". Mas que certo "navio branco", através da repressão e do medo sistematicamente perpetrados pelas autoridades navais daquela cidade, contribuiu sobremaneira para uma significativa mudança em um cenário outrora marcado por lutas e conquistas sociais. Deste modo, a atuação do navio hidrográfico *Canopus* contribuiu significativamente para o controle social capitaneado pela força naval em Rio Grande durante os dias que se seguiram ao golpe. Da mesma forma, sua representação no imaginário da comunidade riograndina contribuiu para que a Marinha pudesse "manter a ordem" durante todo período da ditadura. Ao passo que, mesmo após a abertura política a Marinha ainda acompanhava de perto, através de artigos publicados na imprensa local, o impacto que a atuação de seu "navio prisão" causara na cidade de seu patrono:

> O clima de insegurança que se abateu sobre Rio Grande foi grande. Nas ruas e cafés da zona central só se falava da prisão das pessoas. [...] Os rio-grandinos (*sic.*) viveram momentos negros, onde muitos colaboradores do golpe agiam com a intenção de entregar todos aqueles que lhes pareciam comunistas. [...] Os fatos nacionais davam conta das ações perpetradas pelo "comando da revolução" em todo

[196] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – 22abr.1964.

> País [...] Pôr aqui o “Canopus” continuava a aterrorizar os rio-grandinos. [...] Uma parcela da população tem sempre uma história para contar daquele período onde o “Canopus” foi o símbolo de toda força e repressão usada contra a população. [...] Acostumada a receber e a conviver com navios há muito tempo, Rio Grande viveu uma experiência única de medo e extrema insegurança de seus cidadãos.[197]

Ao longo de seu período de atividade na Armada, o H-22 continuou desempenhando atividades hidrográficas de grande relevância para a navegação e contribuindo em missões de apoio logístico nos mais distantes pontos do imenso litoral brasileiro. Muitos daqueles homens que fizeram parte da tripulação durante o período em que o *Canopus* teve suas funções temporariamente alteradas, a fim de constituir-se em um presídio flutuante e instrumento da repressão que se abateu sobre o Brasil a partir de 1964, provavelmente pouco se recordam daqueles dias de abril. Mas, ainda hoje, o “navio branco” é figura presente na vida da urbe riograndina e parte do imaginário daquela cidade. Fonte de temores, tanto por parte daqueles que foram presos quanto daqueles que assistiram seus parentes, vizinhos e amigos serem levados para o “navio prisão”. Aqueles que viveram dias sob a ameaça branca que permanecia ao largo do porto de Rio Grande, passaram anos temendo sua volta àquelas águas.

---

[197] ARQMAR – Navio hidrográfico *Canopus* - Livro do Navio, capítulo III, folha 3ae1-3ae3 (0136-0138). Ver anexo C.

CAPÍTULO III
DEPOIS DA TEMPESTADE...A TORMENTA: PERSEGUIÇÃO E REPRESSÃO NO PÓS-GOLPE

Após a onda de prisões desencadeadas pela “operação limpeza”, tanto no meio civil quanto nos quadros da Marinha, muitos militares – especialmente praças nas graduações iniciais das Forças Armadas – tiveram que enfrentar as consequências administrativas de terem manifestado apoio ao presidente deposto. Na Marinha de Guerra o alvo eram as lideranças, membros e apoiadores da AMFNB. Muitos destes militares foram presos ainda no dia 3 de abril, quando o então Ministro da Marinha, almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, determinou instauração de IPM para apuração dos fatos ocorridos no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara entre os dias 26 e 27 de março de 1964. Algumas lideranças do movimento fuzinauta fugiram a fim de buscar apoio para uma possível resistência ao golpe. Mas a maioria absoluta daqueles militares regressou às suas unidades acreditando que seriam punidos disciplinarmente ou submetidos aos devidos processos administrativos para apuração das responsabilidades, conforme assegurado pelos regulamentos navais. Porém, já nos primeiros dias do mês de abril, estava em curso na Marinha um “expurgo” que “lançaria pela borda” centenas de militares, na maioria absoluta cabos, soldados e marinheiros. Findando com suas carreiras e levando ainda outros tantos à prisão. Ao passo que, ainda no ano de 1964 foram “expurgados” da força naval centenas de praças[198], entre expulsões e demissões compulsórias.

A maneira como estes militares foram desligados da Marinha, sem o devido processo administrativo, atesta a tempestividade com que foi levada a cabo a “operação limpeza” nos quadros da força. O relato de Paulo Costa nos confere uma ideia de como se deu este processo:

---

[198] Arquivo da União dos Militares Não Anistiados (UMNA) – Situação dos ex-militares punidos por motivação política por atos de exceção; Porto Alegre 28ago.1989.

> No quartel de marinheiros a turma disse: “Tão chamando teu nome no fonoclama[199]. Chamaram todo fim de semana.” [...] Me apresentei ao oficial de serviço e disse: “Olha, sou marinheiro tal assim, assim.” Ele disse: “Olha, o senhor vai até o alojamento e traga as andainas[200] que o senhor tem, venha em roupa civil.” Eu disse: “Roupa civil? Onde que eu vou conseguir roupa civil? Eu tenho que andar fardado!” Ele disse: “Não, o senhor se vire aí. Me traga as andainas de roupa que o senhor tem aqui. O senhor não pertence mais à Marinha!” Tudo bem, eu fui lá e arrumei uma calça, um troço emprestado. Me apresentei lá pro (*sic.*) oficial aí me deram a caderneta. A caderneta de pagamento não me deram nem a de saúde. [...] Aí eu disse assim: “E meu pagamento?” E ele disse: “Que pagamento? O senhor não tem direito a nada, o senhor ainda tá devendo pra Marinha!” E foi assim que eu sai da Marinha [...]

Fica claro no trecho acima que Paulo Costa, a exemplo de outras centenas de seus companheiros, foi sumariamente expulso da Marinha com base em um dos muitos atos de expulsão e punitivos publicados pela força naval ainda no ano de 1964. Tal fato não impediu que a instituição procedesse com os devidos processos administrativos e penais daqueles a quem já havia punido de maneira prévia, visando assim “legitimar as punições contra os rebeldes marujos” (ALMEIDA, 2010, p.82). Esta característica de buscar ou construir fundamentações legais para suas ações – mesmo que *a posteriori* às mesmas – marcou sobremaneira a ditadura civil-militar brasileira, que segundo Samantha Viz Quadrat era “obsessivamente preocupada com a formação de um arcabouço legal e jurídico que lhe desse respaldo e legitimidade” (2006, p.130 apud ALMEIDA, 2010, p.82).

Neste contexto, enquanto os processos e julgamentos que condenaram marinheiros à prisão e/ou decretaram o fim de suas carreiras se desdobraram pelos anos subsequentes ao golpe, a maioria daqueles militares, por já terem sido sumariamente expulsos ou desligados das fileiras navais, buscava novos horizontes. Alguns partindo para a luta armada, outros continuando na cidade do Rio de Janeiro em busca de oportunidades de emprego, e ainda, aqueles

---

[199] Como é denominado o autofalante na Marinha.
[200] Denominação conferida ao conjunto de fardamento que o militar recebe quando ingressa na força naval.

que retornaram para suas cidades de origem a fim de iniciar uma nova vida. É sobre estes últimos que dedicaremos o último capítulo desta pesquisa. Mais especificamente sobre aqueles que haviam saído da cidade de Rio Grande e adjacências para ingressar na Marinha, e que ao regressarem à sua terra natal se depararam com uma realidade bem diferente daquela que conheceram anos antes. Marcados pela repressão na urbe carioca e já afastados das fileiras da Marinha, aqueles ex-marinheiros continuaram a ser perseguidos e monitorados em suas cidades pelo fato de terem integrado ou apoiado a AMFNB. Em Rio Grande esta situação foi ainda mais intensa, pois, tendo a Marinha capitaneado a repressão na cidade em 1964, permanecendo responsável pela implementação e manutenção da "limpeza" naquela localidade, aqueles que foram expulsos ou demitidos compulsoriamente de seus quadros passaram a ser acompanhados, perseguidos e punidos de acordo com suas ações e com os resultados dos julgamentos que ocorriam no Rio de Janeiro. Depois de atravessarem a "tempestade", enfrentariam agora uma "tormenta" na cidade de Rio Grande, justamente onde acreditavam alcançar a tranquilidade necessária para retomarem o rumo de suas vidas.

3.1 "Pela borda!" O "expurgo" entre os praças da força naval.

No contexto da "tempestade" que se abateu sobre marinheiros e fuzileiros navais imediatamente após o golpe, a primeira atitude da alta administração naval no sentido de punir aqueles militares foi lançá-los "pela borda", isto é, excluí-los da Marinha, realizando assim o expurgo nas fileiras navais. Neste sentido, passaremos a analisar a maneira e a intensidade como se deu a "operação limpeza" sobre membros e lideranças da AMFNB, especialmente sobre aqueles militares que, de algum modo, mantinham relações na cidade de Rio Grande. Na medida em que, com base na precariedade de suas carreiras, já que a estabilidade era assegurada somente para as graduações de terceiro-sargento em diante, muitos foram

sumariamente expulsos ou compulsoriamente licenciados do serviço ativo da Marinha.

O primeiro passo oficialmente dado pela administração naval para iniciar a caçada aqueles os quais julgava "prejudiciais à ordem pública e à disciplina militar,"[201] foi a publicação de três portarias do Ministro da Marinha. Nas quais determinava a instauração de IPM's a fim de apurar as responsabilidades, de oficiais e praças, nos acontecimentos havidos a partir do dia 26 de março. Foi nesta data que se deu a determinação de prontidão rigorosa na Marinha, portanto, somente a partir desta ordem é que os militares presentes no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara estariam, de fato, incorrendo no crime de motim.

Deste modo, através das portarias de números 0540[202] e 0541[203] o almirante Augusto Rademaker determinava, respectivamente, a apuração das responsabilidades dos envolvidos no ocorrido na assembleia da AMFNB e nas ocorrências a bordo dos navios e estabelecimentos de terra. Já através da portaria 0542[204], foi determinada a apuração das "responsabilidades relacionadas com a conduta de oficiais que, de qualquer forma, contribuíram com a crise de disciplina verificada a partir da madrugada de 26 de março."[205] Não obstante as determinações exaradas através destes três documentos administrativos, consideramos que, por si só, já representavam o sinal para que se iniciasse a "limpa" nas fileiras da Marinha. Pois, independentemente das responsabilidades que fossem observadas, aqueles que de algum modo estiveram envolvidos com a mobilização da AMFNB deveriam ser rapidamente retirados do convívio dos demais militares. A fim de que fosse possível evitar novas mobilizações, bem como, demonstrar para o restante da tropa que a

[201] Expressão presente nos atos administrativos do Ministro da Marinha nos quais o mesmo resolvia expulsar centenas de praças, em virtude do que teria sido apurado pelos IPM's por ele mandados proceder através das portarias nº 0540, 0541 e 0542 em 3 de abril de 1964.
[202] BNM 149, p.27.
[203] BNM 045, p.16.
[204] BNM 028, p.4.
[205] BNM 028, p.4.

disciplina seria “reestabelecida” na Armada e no Corpo de Fuzileiros Navais. Reforçando assim a autoridade da oficialidade sobre os subalternos na força naval.

Neste cenário, entre os meses de abril de 1964 e fevereiro de 1965, foram publicados pelo Ministério da Marinha, treze atos de expulsão e punitivos (demissão compulsória) excluindo um total de 1509[206] praças, entre os quais estavam as principais lideranças da AMFNB. Esta ação imediata da alta administração naval tinha como principais objetivos desmobilizar a cúpula da associação fuzinauta em nível nacional, e ainda, exercer papel pedagógico e disciplinar junto aos seus milhares de associados por todo país. Ao passo que seria operacionalmente inviável expulsar os mais de quatro mil militares associados.

Neste sentido, já no dia 1º de maio, através do ato de expulsão nº 155[207], foram excluídos da Marinha os primeiros dezoito subalternos. Entre os quais destacamos o marinheiro José Anselmo dos Santos – o “cabo” Anselmo – e o cabo João Barbosa de Almeida, presidente e ex-presidente da associação fuzinauta, respectivamente. Além de outros destacados integrantes da diretoria, como: os irmãos José e Antônio Duarte dos Santos, Raul Alves do Nascimento Filho e o gaúcho Avelino Capitani, que ocupava o cargo de segundo vice-presidente da associação e era liderança atuante da AMFNB. Muitos destes militares, por sua liderança e atuação na diretoria da associação fuzinauta, já tinham suas prisões decretadas pela força naval desde às vésperas da assembleia do dia 25 de março. Deste modo, tanto as punições disciplinares aplicadas aqueles subalternos às vésperas do golpe, quanto o processo sumário de expulsão e/ou demissão compulsória ao qual foram

---

[206] Arquivo da União dos Militares Não Anistiados (UMNA) – Situação dos ex-militares punidos por motivação política por atos de exceção; Porto Alegre 28ago.1989. Neste relatório constam os documentos administrativos do Ministério da Marinha que excluíram sumariamente os referidos praças dos quadros da força naval.

[207] Arquivo da União dos Militares Não Anistiados (UMNA) – Boletim da Marinha nº 18 de 1º de maio de 1964, e fundamentado no Art. 103 alínea “f” do Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958.

submetidos, foram instrumentos para a desmobilização e a coação da associação e seus membros, respectivamente.

Esta “ferramenta” foi largamente empregada em Rio Grande através da prisão de suas reais e potenciais lideranças presentes na cidade, como o cabo Domingos Pereira e o capitão-tenente Aldo Lapolli, nesta ordem. Bem como, sobre aqueles militares que, enquanto membros da AMFNB, por questões familiares mantinham relações permanentes na zona sul gaúcha, em especial na urbe riograndina. Indicando assim uma preocupação da alta oficialidade da Marinha em “limpar” a cidade de Rio Grande de toda e qualquer ameaça de subversão, seja ela no meio civil ou militar.

Destarte, analisando primeiramente a repressão que se abateu sobre os subalternos que – na condição de associados e lideranças da AMFNB, naturais de Rio Grande e adjacências – encontravam-se lotados nas unidades navais sediadas na cidade do Rio de Janeiro. Percebemos que muitos daqueles militares, mesmo sem comprovada participação ou devida apuração das suas responsabilidades nos acontecimentos ocorridos a partir do dia 26 de março, foram sumariamente expulsos da Marinha. De maneira que, foi com base em denúncias de outros militares e “informes” de seus comandantes acerca de suas atividades “subversivas”, que muitos daqueles subalternos tiveram apontadas as suas responsabilidades e, deste modo, tiveram suas carreiras abruptamente interrompidas ainda no ano de 1964.

Neste enredo, o então cabo Guillem Rodrigues da Silva, foi submetido ao IPM instaurado para apurar as responsabilidades nas ocorrências verificadas a bordo do navio aviso oceanográfico (AvOc) *Bauru*, no contexto dos desdobramentos da mobilização da associação fuzinauta em fins do mês de março de 1964. Guillem Rodrigues, natural de Rio Grande-RS e membro da AMFNB, ao final do devido IPM foi denunciado à justiça militar como incurso no crime de motim, previsto no artigo 130 do CPM, bem como, nos crimes associados ao de motim previstos nos artigos 131 e 132 do mesmo código. Na

referida acusação junto ao Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Marinha consta o seguinte acerca de Guillem e outros acusados:

> [...] praticaram os delitos em que foram enquadrados, através a (*sic.*) prática de numerosos e sucessivos atos de amotinação e revolta contra autoridades navais, especialmente no âmbito do navio em que serviam, ou seja (*sic.*) o AvOc "Bauru", organizando-se em grupos de cinco elementos que tinham a missão de controlar as atividades do navio e ocupá-lo, recorrendo inclusive à violência e chegando até à prática do crime de morte contra oficiais e subalternos que com eles não concordassem [...] [208]

Apesar da gravidade das acusações, Guilem Rodrigues foi absolvido[209], por falta de provas, pelo Conselho Permanente da 1ª Auditoria em outubro de 1967. Sendo condenado[210] a três anos e um mês de prisão, pelo crime previsto no artigo 132 combinado com o artigo 57 do CPM, somente por ocasião do recurso[211] da procuradoria da referida auditoria ao Superior Tribunal Militar, em maio de 1968. Apesar de penalmente condenado somente em 1968, Guillem Rodrigues foi expulso da Marinha ainda em dezembro de 1964, por "ter se tornado prejudicial à ordem pública e à disciplina militar.[212]"

De modo semelhante, o então marinheiro de segunda classe Paulo Fernando Santos da Costa foi considerado como "elemento insubordinado e irrecuperável[213]", e ainda, "ostensivamente ligado à situação deposta.[214]" Desta maneira, mesmo sem ter participado da assembleia do dia 25 de março no "Palácio de Aço", e ainda, sem qualquer comprovação de que o mesmo estivera envolvido no episódio de insubordinação ocorrido a bordo do

---

[208] BNM 138, p.1077.
[209] BNM 138, p.1087.
[210] BNM 138, p.1129.
[211] BNM 138, p.1119-1130.
[212] Arquivo da União dos Militares Não Anistiados (UMNA) – Conforme Ato nº425 de 30 de novembro de 1964, publicado no Boletim do Ministério da Marinha nº 50, de 11 de dezembro de 1964, e fundamentado no Art. 103 alínea "f" do Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958.
[213] BNM 639, p. 100 – Elementos de informação, anexo ao ofício nº 447 de 24 de abril de 1964 do cruzador *Tamandaré*.
[214] BNM 639, p. 619 – Relação anexa ao ofício nº 503 de 6 de julho de 1964 do Comando da Força de Cruzadores e Contratorpedeiros.

Tamandaré no dia 27 de março[215], Paulo foi indiciado e sumariamente expulso das fileiras da Marinha sob a mesma alegação e através do mesmo ato que também "expurgou" seu conterrâneo Guillem Rodrigues.

Cabe ressaltar o posicionamento de parte da oficialidade naval naquele contexto, indicando a intenção em, de fato, "limpar" os quadros de subalternos da Marinha. O que fica evidente quando o comandante do cruzador *Tamandaré*, capitão de mar e guerra Orlando Ferreira da Costa, afirmou em um ofício destinado ao Chefe do Estado-Maior da Armada, referindo-se a 31 cabos e marinheiros, o seguinte:

> [...] Os marinheiros abaixo relacionados pelas informações de seus encarregados de divisão foram desembarcados no dia 3/4/64 por não inspirarem confiança e serem suspeitos de pela conduta anterior, provocarem atos de sabotagem ou criarem a bordo clima de intranquilidade entre a própria guarnição. A Marinha *nada perderia* com a sua exclusão sumária, mesmo que *nenhum fato concreto*, que os enquadre nos códigos ou regulamentos militares, possa ser apontado individualmente [...] [216] [Grifos nossos]

Neste mesmo ofício, no qual o supramencionado oficial aponta supostas "condutas subversivas" das principais lideranças da mobilização dos marinheiros a bordo do cruzador *Tamandaré*, entre as quais figura Paulo Costa. Consta também que a maioria daqueles militares "desembarcou" para o Quartel de Marinheiros[217] (QM) ainda no dia 3 de abril, data das portarias do Ministro da Marinha mencionadas anteriormente. O que vem reforçar a ideia de

---

[215] BNM 639, p.295 – Termo de inquirição de indiciado em IPM instaurado por portaria de 13 de abril de 1964 do cruzador *Tamandaré* a fim de apurar "atos de indisciplina" ocorridos no dia 27 de março do mesmo ano a bordo daquele navio, conforme determinou o Chefe do Estado-Maior da Armada através do Boletim de Ordens e Notícias nº 84 de 10 de abril de 1964 (BNM 639, p.19).

[216] BNM 639, p. 99-102 – Elementos de informação, anexo ao ofício nº 447 de 24 de abril de 1964 do cruzador *Tamandaré*.

[217] Unidade da Marinha criada através do Decreto Imperial nº 49 de 22 de outubro de 1836, foi também denominada ao longo dos anos como "Quartel das Companhias Fixas de Marinheiros", "Quartel das Companhias de Marinheiros Imperiais" e "Quartel das Companhias de Marinheiros Nacionais". Tendo funcionado em diversas unidades navais, como: Ilha de *Villegagnon*, Ilha das Cobras, encouraçado *Floriano* e cruzador *Barroso*, por exemplo. Desde 1958 funciona em estabelecimento próprio, situado no bairro da Penha, atual cidade do Rio de Janeiro-RJ.

que aquela unidade da Marinha foi utilizada como "boia"[218] para aqueles militares que, por seus posicionamentos políticos e envolvimento com a mobilização da AMFNB, eram considerados "perigosos" e, assim, deveriam ser rapidamente retirados do convívio de bordo. Procedimento este que, conforme expressamos anteriormente, era parte integrante da "operação limpeza" levada a cabo nos quadros da força naval. E que, como aponta o trecho da narrativa a seguir, não foi exclusividade do cruzador *Tamandaré*:

> [...] Aí passou mais uma semana nos mandaram lá pro (*sic.*) quartel[219], aliás, mandaram a turma pro quartel. E eu eles não tinham me chamado pro quartel, eu agarrei tinha pedido [...] tinha um desembarque pra (*sic.*) [...] parece que era São Pedro da Aldeia[220], parece que era São Pedro. E eu pedi pra desembarcar pra lá, só que eu tinha que passar pelo quartel pra ir pra lá. Aí cheguei ao quartel, a turma tava (*sic.*) tudo lá, e começaram a dizer que [...] que a turma chamava do pessoal do rabo né, o pessoal do rabo era o pessoal que tava pra ir pra rua por causa da política, entende? "Ó lá na turma do rabo, quando faz a chamada, tão te chamando, chamam teu nome também." Eu digo: "ah mas não me desembarcaram?" E eles diziam: "Não sei vê o que tu vai fazer aí, tão (*sic.*) te chamando lá também." E onde eu tava não fazia nem chamada também. Eu digo: "Sabe de uma coisa, vou lá falar com eles." Falei com o oficial lá, eu disse: "ah tão me chamando lá na turma do rabo, lá na turma da justiça." Aí o cara foi ver, realmente o meu nome tava na relação. Aí me passaram [...] já não fui mais pra onde eu ia, aí fui pra turma do rabo, que ia pra rua. Aí daí me mandaram pra rua. [...]

No relato acima, onde o "Entrevistado A" narra a maneira como foi expulso da Marinha, é possível perceber que, a exemplo de Paulo Costa, ele também foi "desembarcado" de seu navio – cruzador *Barroso* – para aguardar o desfecho das apurações acerca de sua participação nos desdobramentos da mobilização da AMFNB.

---

[218] Termo empregado na Marinha para fazer referência a um local de espera. Em alusão às boias nas quais, em alguns casos, os navios ficam aguardando oportunidade de atracação no porto, daí vem a expressão marinheira "aguardar na boia".
[219] Aqui o entrevistado se refere ao Quartel de Marinheiros.
[220] Cidade litorânea do estado do Rio de Janeiro, situada na região dos lagos, onde está fixada a Base Aeronaval da Marinha.

Neste sentido, quando o entrevistado refere-se à "turma do rabo[221]", percebemos que ele faz alusão aqueles militares que, por seus posicionamentos e concepções políticas ou eventual envolvimento com a mobilização fuzinauta, haviam sido "movimentados" de suas unidades e concentrados no Quartel de Marinheiros. Onde aguardaram os desdobramentos da "operação limpeza" que se realizava na Marinha.

Acerca de sua relação com a AMFNB, o "Entrevistado A" afirma o seguinte em sua narrativa:

> [...] Não me lembro se quando eu cheguei no (*sic.*) Rio [...] eu acho que já tinha essa associação, não me lembro direito. [...] eu algumas vezes até cooperei. Algumas vezes porque eu andava sempre na pior, aí cooperei. Mas eu nunca fui, eu nunca entrei na associação. [...] E aí, bom eu nunca participei de reunião nenhuma na associação. [...] Inclusive essa reunião que foi a primeira e a última que eu fui, eu até não ia ir (*sic.*) a essa reunião. [...]

Ao ser preso pela participação na assembleia do dia 25 de março, e, mais especificamente, por ter permanecido no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara após a decretação de prontidão rigorosa na Marinha, o "Entrevistado A" teria afirmado em seu depoimento que:

> [...] entrou para a associação logo após a sua fundação [...] e que compareceu a outras reuniões da associação, recordando-se de uma no sindicato dos securitários [...] e ainda, que não se apresentou a ser determinada prontidão porquanto já estava aquartelado e solidário com os colegas [...]

Desta maneira, verificam-se algumas contradições entre os trechos acima, isto é, discursos distintos em fontes diferentes acerca de uma realidade vivenciada pelo entrevistado. Considerando os constantes silenciamentos e negativas em sua narrativa, bem como, o passado traumático vivenciado pelo ex-militar a partir do instante em que foi expulso das fileiras navais e regressou a sua cidade natal, conforme veremos adiante. Acreditamos que,

---

[221] Segundo o "Entrevistado A" a expressão "turma do rabo de foguete" fazia referência aqueles militares que estariam respondendo IPM's por envolvimento, em alguma medida, com a mobilização da AMFNB. Expressão consagrada no contexto da ditadura civil-militar brasileira quando cantada na música de Aldir Blanc e João Bosco *O Bêbado e o Equilibrista.*

especialmente para este entrevistado, aquele é ainda um “passado muito presente” em sua vida. Reforçando a ideia de que “imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia” (REIS, 2004, p.29).

De modo que, não cabe aqui buscarmos onde a “verdade” estaria estabelecida, visto que, tanto o depoimento colhido à época – como parte do IPM instaurado pela portaria nº0540 – quanto a entrevista realizada no contexto da presente pesquisa, constituem-se enquanto fontes de memória. E, portanto, sujeitas às demandas de um presente e perspectivas de futuro daquele que as construiu. Mas o fato é que, destas narrativas podemos apreender importantes aspectos acerca do entrevistado e sua vivência à época, entre os quais destacamos o fato de ele ter sido preso no contexto da realização da assembleia no “Palácio de Aço”. Identificado, inclusive, em fotos da imprensa à época, nas quais figurava ao lado do almirante Cândido Aragão durante a referida assembleia. A quem afirmava ter conhecido “nos dias da revolução, mas nunca chegou a falar com ele.”

Deste modo, o “Entrevistado A”, no entendimento da alta administração naval, era um militar “perigoso” e que deveria ser expurgado dos quadros de subalternos da Marinha. E, sendo natural de Pelotas-RS, suas relações na cidade de Rio Grande não poderiam deixar de ser consideradas no contexto repressivo da “operação limpeza” que se desenrolava também na urbe riograndina. Neste cenário, a 9 de outubro de 1964, no mesmo ato[222] que expulsou outros três membros da associação fuzinauta, naturais de Rio Grande e cercanias – Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Fernando Antonio Pinho Marchese, e Miguel Arcanjo Vera Cruz – o “Entrevistado A” foi sumariamente excluído da Marinha. Tendo ainda sido denunciado à justiça militar, após a

[222] Arquivo da união dos militares não anistiados (UMNA) – Conforme Ato nº365 de 30 de setembro de 1964, publicado no Boletim do Ministério da Marinha nº 41, de 9 de outubro de 1964, e fundamentado no Art. 103 alínea “f” do Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958.

conclusão do IPM, em 5 de junho de 1964[223], por ter "cometido o delito previsto no artigo 130 do Código Penal Militar"[224]. Em junho de 1966 o "Entrevistado A" teve mandado de prisão expedido em seu nome, sendo condenado a cinco anos e dois meses de reclusão pela prática do crime de que foi denunciado em 1964.

Neste contexto, dos três marinheiros expulsos da Marinha através do mesmo ato que expulsou o "Entrevistado A", os dois primeiros eram amigos pessoais de Paulo Costa. Sendo que, segundo ele, Evaldo Luiz seria natural de Rio Grande cuja família residia no Bairro Getúlio Vargas, já Marchese seria natural de Pedro Osório-RS, cidade a aproximadamente 130 quilômetros da urbe riograndina.

Evaldo Luiz e Fernando Marchese ingressaram na Marinha no ano de 1961 através da EAMSC, juntamente com Paulo Costa, onde, segundo este, teriam se destacado durante o curso, tendo sido Evaldo o segundo colocado de sua turma naquele ano. Ao final do curso na EAMSC, já em 1962, seguiram para o Rio de Janeiro, onde Evaldo foi designado para servir no cruzador *Barroso*, mesmo navio onde servia o "Entrevistado A", enquanto Marchese passou a integrar a Força de Contratorpedeiros.

No contexto da "operação limpeza" nos quadros de subalternos da Marinha, ambos também foram submetidos ao IPM instaurado pela portaria nº 0540, cujo encarregado era o capitão de fragata Paulo Bonoso Duarte Pinto, sendo presos para "averiguações" em 14 e 24 de abril de 1964[225], respectivamente, por solicitação direta deste oficial ao Ministro da Marinha. Neste cenário, em depoimento prestado no contexto do referido IPM, ao qual foi submetido por participar da assembleia do dia 25 de março no "Palácio de Aço", Evaldo afirmou que:

> [...] é sócio da Associação de Marinheiros da categoria de contribuinte desde março de 1963; que entrou para a Associação (*sic.*) com a

[223] BNM 149 – p.2686-2721.
[224] BNM 149 – p.2689.
[225] BNM 149 – p.2683-2684.

> finalidade de usufruir das facilidades fornecidas no que diz respeito a estudo; que desde que veio da Escola de Aprendizes procurou levar (*sic.*) adiante seus estudos, para isso ingressando no Humaitá Atlético Club, que permaneceu no curso Humaitá somente três meses, pois, recebendo somente Cr$ 2.600,00 tinha que pagar a mensalidade de Cr$1.000,00 no referido curso, o que não conseguiu aguentar; que a seguir transferiu-se para o curso Central [...] porém como ainda pagava Cr$ 1.000,00 por mês teve que abandonar, procurando então o Colégio Benjamin Constant que era da Associação de Marinheiros e Fuzileiros onde tinha que pagar somente sua mensalidade de sócio de Cr$ 300,00 [...][226]

Ao observarmos o trecho do depoimento acima, bem como, a afirmação de Paulo Costa quanto ao desempenho de Evaldo em sua turma durante o curso na EAMSC, percebemos que, através dos estudos, Evaldo buscava resistir à realidade que se impunha a marinheiros e fuzileiros na força naval. Contrariando assim o paradigma comum aqueles militares, o qual, como já mencionamos, contribuía para a manutenção de uma relação hierárquica com a oficialidade que, para além dos estatutos militares, se fundamentava em uma disciplina social. Ainda em seu depoimento, Evaldo relata o seguinte:

> [...] que compareceu a outras reuniões da Associação de Marinheiros (*sic.*), sendo que duas no Ministério da Educação para tratar de assuntos referentes ao Estatuto da associação, que chegou ao Sindicato (*sic.*) no dia 25 cerca das 20:15 horas, não tendo sido iniciada a sessão [...] que a seguir falaram oradores civis e militares que falaram normalmente sobre as reivindicações da *classe*, a saber: vencimentos, facilidades para o estudo, tratamento mais condigno para com os marinheiros por parte dos oficiais em relação as praças membros da Associação (*sic.*), estabilidade para os marinheiros, melhoria de acesso na carreira das praças, distribuição dos subalternos em estabelecimentos navais e navios dos estados de origem [...] que os portões do Sindicato dos Metalúrgicos não foram fechados à ninguém que quisesse entrar ou sair.[227] [Grifo nosso]

O trecho acima denota o engajamento de Evaldo junto à mobilização dos marinheiros, na medida em que o referido marinheiro era membro atuante da associação fuzinauta e conhecedor de suas reivindicações, em especial aquelas afetas a questões ligadas à carreira e ao acesso aos estudos. Deste

---

[226] BNM 149 – p.686.
[227] BNM 149 – p.686-687.

modo, Evaldo Luiz foi considerado, durante as apurações decorrentes do IPM, como uma das lideranças da AMFNB, e, portanto, um dos "cabeças"[228] da mobilização ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. Tendo sido, também, denunciado à justiça militar por ter "cometido o delito previsto no artigo 130 do Código Penal Militar, com o aumento de pena atribuído aos cabeças" [229]. E, ainda em junho de 1964, durante o transcurso do processo nº 8167 da 1ª Auditoria da Marinha, Evaldo teve sua prisão preventiva decretada[230]. Tendo permanecido preso durante aproximadamente nove meses, até ser expulso da Marinha em outubro de 1964. Segundo Paulo Costa, o ex-marinheiro teria permanecido trabalhando no Rio de Janeiro, no estaleiro *Ishikawajima*, até meados de 1966, quando teve mandado de prisão[231] expedido em seu nome. Até este momento, período que permaneceu trabalhando no Rio de Janeiro após ser excluído das fileiras da Marinha, Evaldo manteve contatos com integrantes de movimentos da esquerda armada, como veremos mais adiante.

Do mesmo modo, Fernando Antonio Marchese, ao final do IPM levado a cabo pelo capitão de fragata Paulo Bonoso, também foi denunciado à justiça militar como um dos "cabeças" durante a assembleia fuzinauta iniciada no dia 25 de março. O militar, que à época servia no contratorpedeiro *Paraíba*, ao ser interrogado durante o referido IPM afirmou o seguinte:

> [...] que é membro da associação desde janeiro de 1964 [...] que chegou ao Sindicato dos Metalúrgicos às 19:20 horas, que dos pronunciamentos feitos pela diretoria concorda com as reivindicações da *classe* que considera justas e líquidas: vencimentos muito baixo (*sic.*) de cabo para baixo e alimentação deficiente, quanto a este aspecto declara considerar péssima e pouca a do CT "Apa"[232] [...] que considera um absurdo um marinheiro não poder casar-se [...] que durante a reunião concordou com a diretoria com as providências tomadas enquanto a assembleia permanente. [Grifo nosso] [233]

---

[228] BNM 149 – p.2652.
[229] BNM 149 – p.2687.
[230] BNM 149 – p.2730-2732.
[231] BNM 149 – p.5113.
[232] Contratorpedeiro (CT) *Apa*.
[233] BNM 149 – p.1984.

Em seu depoimento, assim como Evaldo, Marchese se mostrou articulado e conhecedor das demandas dos marinheiros, além de evidenciar uma significativa noção de pertencimento ao que considera a "classe" dos marinheiros. Deixando evidente também o seu descontentamento quanto a questões que fundamentavam as demandas daqueles militares. Especialmente aquelas afetas à carreira e às condições de vida e trabalho às quais estavam submetidos na Marinha cabos, soldados e marinheiros. Desta maneira, consideramos que Fernando Marchese entendia a AMFNB como um meio de apresentar estas demandas e buscar, junto à alta administração naval, o atendimento das mesmas. Deste modo, por sua participação na assembleia do dia 25 de março, bem como, por seus posicionamentos quanto às "reivindicações da classe" e atuação na AMFNB, Marchese foi considerado, também, um dos "cabeças" da mobilização. E, juntamente com Evaldo, teve sua prisão preventiva[234] decretada pela 1ª Auditoria da Marinha em junho de 1964. Em outubro daquele ano, Marchese foi também expulso da Marinha através do ato nº 365, e ainda, assim como Evaldo, em julho de 1966 foi expedido mandado de prisão[235] em seu nome por ter sido condenado[236] a cinco anos de prisão.

Neste contexto, destacamos ainda a expulsão de Miguel Arcanjo Vera Cruz, "expurgado" dos quadros da força naval através do mesmo ato que excluiu o "Entrevistado A" e Evaldo Luiz, com os quais servia à época no cruzador *Barroso*, sendo transferido para o Quartel de Marinheiros logo após o golpe. Em depoimento Miguel afirmou que:

> [...] entrou para a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil no fim do ano de 1962, com o propósito de ter onde se divertir e estudar, que em outubro de 1963 compareceu a uma reunião na associação, que o fez responder a um IPM, que em nenhuma outra reunião compareceu, que foi ao Sindicato dos Metalúrgicos pensando

[234] BNM 149 – p.2730-2732.
[235] BNM 149 – p.5113.
[236] BNM 149 – p.5105.

> encontrar lá uma festa [...] chegando ao sindicato cerca das 19:00 horas, que lá permaneceu ouvindo os discursos nos quais era pregada a necessidade de aumento nos vencimentos, de melhoria das condição a bordo, etc. [...] que permaneceu no sindicato por se sentir solidário com as reivindicações lá apresentadas [...][237]

No trecho acima, quando Miguel se refere à única reunião da qual teria participado antes da assembleia no "Palácio de Aço", na verdade, o militar está referindo-se à assembleia geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 1963. Nesta reunião foram deliberadas providências a serem tomadas em face das prisões administrativas de José Anselmo dos Santos e Avelino Capitani, presidente e vice-presidente da associação fuzinauta, respectivamente. Miguel Arcanjo foi submetido ao IPM instaurado para apurar os acontecimentos na referida assembleia e, ao final do mesmo, arrolado como testemunha[238] na denúncia oferecida à justiça militar pela prática do crime previsto no artigo 144 do CPM por parte de alguns integrantes da referida assembleia. Neste cenário, ao participar dos acontecimentos ocorridos no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, Miguel Arcanjo passou também a ter apuradas, pelo devido IPM, suas responsabilidades durante aquele episódio. De modo que, ainda em seu depoimento acerca dos acontecimentos na assembleia do dia 25 de março ele relatou:

> [...] que no dia 27 foi transportado para o Batalhão de Guardas de onde foi libertado cerca das 18:30 horas, tendo se dirigido diretamente para o quarto de um irmão de seu colega [...] que tinha estado no Sindicato dos Metalúrgicos [...][239]

O colega ao qual Miguel se refere é o "Entrevistado A", que residia no morro do Santo Cristo com seu irmão, também marinheiro. A relação entre estes militares que, juntamente com Evaldo Luiz, serviam juntos no mesmo navio e eram naturais da zona sul gaúcha, mais precisamente de Rio Grande e adjacências. E ainda, a atuação dos mesmos na associação fuzinauta, bem

---

[237] BNM 149 – p.2236.
[238] BNM 149 – p.2601-2602.
[239] BNM 149 – p.2237.

como, sua participação na assembleia ocorrida entre os dias 25 e 27 de março no “Palácio de Aço” na Guanabara, foram suficientes para que a alta administração naval, no contexto da “operação limpeza”, os considerasse elementos subversivos e, portanto, “prejudiciais à ordem pública e à disciplina militar.” Neste sentido, Miguel Arcanjo “seguiu os passos” de seus companheiros aqui mencionados, sendo também denunciado à justiça militar pelo crime previsto no artigo 130 do CPM. E, após ser expulso da força naval, foi condenado[240] pela 1ª Auditoria da Marinha a cinco anos e dois meses de prisão. Sendo então, no dia 1º de julho de 1966, expedido mandado de prisão[241] em seu nome.

Do mesmo modo, no contexto das apurações levadas a cabo pelo IPM instaurado pela portaria nº 0540, outros marinheiros e fuzileiros navais que, de algum modo foram identificados, tiveram suas responsabilidades “apuradas” e também foram expulsos da Marinha. Dentre os quais destacamos o soldado fuzileiro naval Ubirajara Goulart Teixeira e o marinheiro Mabel Tomaz Gonçalves, ambos oriundos da zona sul do estado gaúcho. Sendo que Ubirajara Goulart era natural da cidade de Alegrete, situada no interior do Rio Grande do Sul à aproximadamente 150 Km de Uruguaiana, onde estava localizado o destacamento de fuzileiros navais mais próximo de Rio Grande. E, portanto, OM responsável pelo envio de fuzileiros àquela cidade quando necessário “assegurar a defesa imediata e a guarda”[242] da CPRS e/ou navios que eventualmente estivessem atracados no porto riograndino. Neste sentido, a atuação de Ubirajara na mobilização fuzinauta, bem como, sua presença na assembleia realizada no “Palácio de Aço”, indicam a presença – e eventual atuação – de membros da AMFNB também no âmbito do CFN na zona sul gaúcha, especialmente na urbe riograndina. Em seu depoimento, além de

[240] BNM 149 – p.5106.
[241] BNM 149 – p.5117.
[242] Conforme já apresentado anteriormente, cabe ressaltar que entre as atribuições principais do Corpo de Fuzileiros Navais está assegurar a defesa imediata e a guarda de bases e estabelecimentos navais.

afirmar que era sócio da associação, o soldado Ubirajara, que à época servia na Companhia de Reconhecimento do CFN, no Rio de Janeiro, relatou o seguinte:

> [...] que compareceu sozinho ao Sindicato dos Metalúrgicos [...] que achou que o Marinheiro (*sic.*) Anselmo estava certo ao fazer suas reivindicações, pois estava pedindo o que os Marinheiros mereciam [...] que no dia 27 ao ser solto, tomou parte na passeata organizada pelos Marinheiros e que terminou na sede da Associação (*sic.*), que nesta passeata viu os Almirantes (*sic.*) Suzano e Aragão fardados, vendo-os (*sic.*) de novo na sede da associação, onde já se encontravam quando lá chegou [...][243]

Com base em seu depoimento, no qual relatava a participação na assembleia e na passeata em que marinheiros e fuzileiros realizaram quando foram soltos do Batalhão de Guardas do Exército Brasileiro, para onde haviam sido conduzidos presos no dia 27 de março. Ubirajara, a exemplo de tantos outros militares que estiveram no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara naqueles dias, ao final do devido IPM foi considerado incurso[244] no crime previsto no artigo 130 do CPM e, em setembro de 1964, teve publicada em ordem do dia a sua expulsão[245] da Marinha. Assim como seus companheiros da Armada destacados anteriormente, Ubirajara foi denunciado à justiça militar e condenado[246] pela 1ª Auditoria da Marinha a cinco anos e um mês de prisão.

Porém, Mabel Tomaz Gonçalves, gaúcho de Rio Grande, que também participou da assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos e era suspeito de ser delegado da AMFNB a bordo do contratorpedeiro *Marcílio Dias*, onde servia até ser transferido para o QM logo após o golpe. Apesar de também ter lhe sido imputado[247] o crime previsto no artigo 130 do CPM, e ainda, de ter sido

---

[243] BNM 149 – p.2366.
[244] BNM 149 – p.2715.
[245] Arquivo da União dos Militares Não Anistiados (UMNA) – Conforme ordem do dia nº172 de 14 de setembro de 1964, do Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Com base no aviso nº 1623 de 24 de agosto de 1964 do Ministro da Marinha.
[246] BNM 149 – p.5107.
[247] BNM 149 – p.2714.

demitido compulsoriamente[248] (licenciamento *ex-officio*) das fileiras da Armada, Mabel não teve sua prisão decretada. Não nos sendo possível precisar ao certo se sua prisão foi decretada posteriormente e em que momento. Porém, em seu depoimento, encontramos indícios que nos levam a crer que Mabel não tenha sido condenado à prisão. Ao ser inquirido ele relatou que:

> [...] quinze dias antes dos acontecimentos havidos no Sindicato dos Metalúrgicos preencheu uma proposta na sede da Associação e acha que não pode se considerar sócio, pois não voltou para saber se foi aceito ou não [...] que filiou-se (*sic.*) a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais com o propósito de obter uma bolsa de estudos [...] negou ser o Delegado (*sic.*) ou o "marinheiro interessado" (*sic.*) a bordo do CT "Marcílio Dias" (*sic.*), quando lá servia antes de desembarcar para o QM [...] que só saiu do Sindicato dos Metalúrgicos no dia 27/3/64 porque soube que estavam impedindo a saída daqueles que assim desejassem fazer [...] que não foi tratado e não viu ninguém ser tratado com desumanidade na Marinha [...][249]

Deste modo, no trecho acima fica evidente que Mabel buscava esquivar-se de quaisquer responsabilidades no episódio sobre o qual estava sendo submetido a inquérito. Não obstante se tratar de um momento tenso para o militar à época, consideramos que o conteúdo de seu depoimento, repleto de negativas e alinhamentos com o posicionamento de seus repressores, teria sido considerado no transcurso das "apurações". Contribuindo para que o referido militar não tivesse sido condenado à prisão, mesmo tendo estado presente na assembleia em questão. Ao passo que, nos depoimentos de seus companheiros citados até o momento – todos condenados à prisão pela 1ª Auditoria da Marinha – em algum instante eles manifestaram alinhamento com as reivindicações da associação, e ainda, espontaneidade na permanência no sindicato até o dia 27, quando foi encerrada a assembleia. Desta maneira, no transcurso das "devidas averiguações" de responsabilidades, tanto no contexto da referida reunião havida no "Palácio de Aço" quanto nas ocorrências a bordo

---

[248] Arquivo da união dos militares não anistiados (UMNA) – Conforme Ato nº424 de 30 de novembro de 1964, publicado no Boletim do Ministério da Marinha nº 50, de 11 de dezembro de 1964, e fundamentado no Art. 103 § 2º do Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958.
[249] BNM 149 – p.2222.

dos navios e estabelecimentos navais, centenas de marinheiros e fuzileiros foram, de algum modo, responsabilizados e punidos.

No contexto destas “apurações” e punições que se sucederam sobre subalternos da Marinha, destacados membros e lideranças da associação fuzinauta foram “expurgados” dos quadros da força naval. Entre estes estavam militares que – ainda que lotados em navios e quartéis sediados no Rio de Janeiro – por razões familiares, afetivas e/ou profissionais, mantinham relações em cidades da zona sul gaúcha, principalmente em Rio Grande. Relações estas que apontam para uma atuação da AMFNB na urbe riograndina, em um contexto de significativa expansão daquela associação junto aos quadros de subalternos da Marinha em todo país, associado ao cenário político social tensionado da época. No qual, desde a crise da sucessão presidencial em 1961, Rio Grande já desempenhava relevante papel, não somente no cenário gaúcho, mas também nacional.

Neste enredo, Guillem Rodrigues, Paulo Costa, “Entrevistado A”, Evaldo Luiz, Fernando Marquese, Miguel Arcanjo, Ubirajara Teixeira e Mabel Tomaz são apenas alguns dos muitos militares que, oriundos de Rio Grande e cercanias, integraram a AMFNB. E que, por esta razão, sofreram severas consequências tanto na esfera administrativa quanto – na maioria dos casos analisados – no âmbito penal.

Porém, neste contexto, o caso específico do cabo Domingos Pereira Gomes de Souza e o modo como a “operação limpeza” o alcançou em Rio Grande devem ser destacados. Sobretudo enquanto indicadores de uma atuação da associação fuzinauta naquela cidade e, consequentemente, da intenção da administração naval em “limpar” a urbe riograndina. O cabo Domingos foi indiciado no IPM instaurado pela portaria nº 0540, do qual o encarregado era o capitão de fragata Paulo Bonoso, conforme já mencionamos. Mas o fato é que Domingos – que à época estava “embarcado” no *Canopus* – foi indiciado em um inquérito instaurado para apurar as responsabilidades acerca da assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos da

Guanabara. Da qual não participou, uma vez que o navio em que servia esteve atuando na costa de Rio Grande durante todo mês de março e a maior parte do mês de abril de 1964.

Ainda assim, mesmo estando a serviço no estado gaúcho durante os acontecimentos ocorridos entre os dias 25 e 27 de março, tendo o *Canopus* somente regressando ao Rio de Janeiro na manhã do dia 25 de abril[250]. O cabo Domingos Pereira Gomes de Souza, ao término do devido IPM, foi considerado incurso no crime de motim[251] e demitido compulsoriamente do serviço ativo da Marinha em 11 de dezembro daquele ano[252]. Portanto, mesmo não tendo participado da assembleia realizada no "Palácio de Aço", o cabo Domingos também foi desincorporado das fileiras da Marinha.

Sendo assim, com base em seu depoimento prestado no transcurso do IPM ao qual foi submetido, consideramos que Domingos Pereira teria sido preso durante os desdobramentos da "operação limpeza" ainda em Rio Grande. Tendo em vista o seu envolvimento com a AMFNB e o fato de que o *Canopus* atuou como presídio político naquela cidade. Sendo o referido militar indiciado tão logo o H-22 chegou ao Rio de Janeiro, haja vista a data em que o mesmo prestou depoimento, 28 de abril de 1964.

Neste sentido, diante da ausência de registros acerca de prisões de praças daquele navio – nos livros de quarto e demais documentações a que tivemos acesso – especificamente durante o período em que o mesmo foi empregado como presídio para presos políticos da urbe riograndina. Somente constando nos referidos documentos os registros das prisões de caráter político. Podemos nos questionar sobre eventuais prisões de outros marinheiros, da guarnição do *Canopus* e da própria CPRS, por envolvimento

---

[250] ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964, folha B do dia 25.
[251] BNM 149, p. 2687-2716.
[252] Arquivo da união dos militares não anistiados (UMNA) – Conforme Ato nº424 de 30 de novembro de 1964, publicado no Boletim do Ministério da Marinha nº 50, de 11 de dezembro de 1964, e fundamentado no Art. 103 § 2º do Decreto nº 44.061 de 23 de julho de 1958.

com a AMFNB. Uma vez que as punições restritivas de liberdade aplicadas a cabos, soldados e marinheiros, tanto do *Canopus* – quando atracado em Rio Grande – quanto da CPRS, mesmo sendo cumpridas no 7ºGAC devido à ausência de "bailéu" nessas unidades da Marinha, deveriam ser registradas diariamente nos livros de quarto. Ressaltamos ainda que, no que concerne ao *Canopus*, estes registros somente voltaram a ser realizados a partir do "desembarque" de todos os presos políticos que se encontravam a bordo.

Na medida em que não há, nas fontes a que tivemos acesso, registros acerca de uma eventual prisão de Domingos Pereira até o fim do mês de abril de 1964. Consideramos que o "silenciamento" destas fontes pode indicar que outros militares, servindo tanto no *Canopus* quanto na CPRS à época do golpe, também podem ter tido apuradas suas responsabilidades na mobilização da associação fuzinauta, e, portanto, na atuação de seus membros na urbe riograndina.

Durante o processo de expurgo, enquanto parte da "operação limpeza" levada a cabo nos quadros da Marinha, foram punidos previamente centenas de militares, em sua maioria absoluta praças nas graduações iniciais da carreira naval. Os quais não tiveram chance de se defender antes de serem expulsos ou demitidos compulsoriamente da força naval. Muitos dos quais também não tiveram chance de defesa nos processos penais a que foram submetidos, pois, expulsos das fileiras da Marinha, já se consideravam punidos, e, assim, voltaram às suas cidades de origem a fim de reconstruir suas vidas.

Neste contexto, conseguimos perceber o esforço da alta administração naval em excluir de suas fileiras aqueles militares que, de algum modo, estiveram envolvidos com a mobilização da AMFNB. Mesmo que, em alguns casos, não fosse possível imputar-lhes responsabilidades objetivas em determinados acontecimentos. No caso de Rio Grande, este esforço se deu em dois sentidos, isto é, na "limpeza" da cidade e no "expurgo" daqueles militares que, comprovada ou potencialmente, atuavam na urbe riograndina enquanto

membros ou representantes da AMFNB. Podendo assim, em um cenário político tensionado e marcado por mobilizações sociais, estabelecer contatos com subalternos da força naval, além de lideranças políticas e sindicais da cidade.

Deste modo, capitaneada pela Marinha, a “operação limpeza” continuou atuante na urbe riograndina. Especialmente no que concerne à continuada vigilância e à perseguição aqueles que outrora foram membros da AMFNB. Homens que, depois de terem sido jogados “pela borda”, ou seja, excluídos da Marinha, voltaram à zona sul do estado gaúcho buscando recomeçarem suas vidas depois da “tempestade”.

3.2 De volta aos pampas: (ex) marinheiros e (ex) fuzileiros em regresso a Rio Grande e cercanias.

Após enfrentarem uma intensa repressão no Rio de Janeiro, marcada por uma condenação prévia que encerrou abruptamente as carreiras de centenas de praças da Marinha, ainda no ano de 1964, muitos daqueles marinheiros e fuzileiros navais buscaram outros caminhos para reconstruírem suas vidas. Caminhos estes que, em algum momento, sobretudo por questões familiares e afetivas, os conduziram de volta às suas cidades de origem. No caso das cidades da zona sul do estado gaúcho, especialmente Rio Grande, esta volta a um “porto seguro” por parte dos membros da AMFNB expulsos da força naval no contexto inicial da “operação limpeza”, se mostrou tormentosa para aqueles ex-militares. Neste sentido, analisaremos, por fim, a vigilância constante e a repressão que se abateram sobre os mesmos a partir de Rio Grande. Em especial, no quadro dos desdobramentos das ações penais impetradas contra aqueles militares ainda no ano de 1964, as quais resultaram em diversas condenações durante os anos que se seguiram.

Assim, após viver dias de intensa repressão e terror com a presença ostensiva de um “navio prisão” fundeado ao largo de seu porto durante praticamente todo mês de abril do ano de 1964. A cidade de Rio Grande

passou a conviver com a presença e atuação ostensivas das forças de repressão. Neste cenário é que muitos ex-marinheiros, que anos antes haviam ingressado na força naval através da urbe riograndina, retornaram às suas cidades de origem em busca de um recomeço em suas vidas ou apenas de refúgio. Mas naquele contexto tensionado dos anos que se seguiram ao golpe civil-militar, os ex-associados ou apoiadores da AMFNB que regressavam à Rio Grande e demais cidades situadas na zona de influência da autoridade naval sediada na urbe riograndina, continuaram a ser monitorados e perseguidos pelas autoridades navais.

Neste cenário, consideramos que a repressão contra aqueles militares, iniciada no momento em que foram sumariamente excluídos da Marinha pelo fato de “terem se tornado prejudiciais à ordem pública e à disciplina militar”, teve continuidade em Rio Grande. Pois, o esforço dos órgãos de repressão – capitaneados pela Marinha – para “limpar” a outrora “cidade vermelha” não poderia ser comprometido por uma possível atuação de ex-militares membros da associação fuzinauta. Deste modo, não obstante seu reduzido contingente local, a Marinha exercia significativo controle social em Rio Grande, ao ponto do capitão dos portos à época do golpe, Mario Rodrigues da Costa, ser conhecido pelo apelido de “reizinho”. Neste sentido, destacamos o aspecto da vigilância constante exercida em uma cidade assombrada pelo temor da volta do “navio branco”. O que contribuía para uma rigorosa observância das ações e relações pessoais daqueles que eram considerados suspeitos de subversão. Entre os quais destacamos algumas lideranças e integrantes da mobilização dos marinheiros que, de algum modo, regressaram à Rio Grande e cercanias.

Entre estes ex-militares estavam alguns que, mesmo tendo destacada atuação na AMFNB – inclusive na urbe riograndina – enquanto integraram os quadros de subalternos da Marinha, não foram condenados na esfera penal. Foi o caso de Mabel Tomaz Gonçalves e Paulo Costa, que após serem expulsos da força naval em 1964 regressaram à Rio Grande a fim de “recomeçarem” suas vidas. Neste enredo, por seus posicionamentos políticos e

engajamento no movimento fuzinauta enquanto esteve na Marinha, destacamos Paulo Costa. Que permaneceu durante mais alguns meses no Rio de Janeiro e, em fevereiro de 1965 regressou à Rio Grande, onde, já no ano seguinte, veio a constituir família.

Acerca da impressão que teve quando regressou à cidade em 1965, Paulo Costa diz que naquele ano "não podia ter três na esquina que era complô." Referindo-se ao clima de vigilância constante e de repressão vivenciado na urbe riograndina. Mas, ainda assim, por não ter sido condenado durante o curso das ações penais na justiça militar, teve relativa tranquilidade para buscar, em sua cidade natal, uma nova vida no meio civil. Porém, o então passado recente como membro da AMFNB com destacada atuação, inclusive em Rio Grande, literalmente bateu à sua porta. Seu amigo Evaldo Luiz, dos tempos da EAMSC e da associação fuzinauta, procurou-lhe em sua residência. Em sua narrativa Paulo Costa relata o seguinte diálogo que teve com seu amigo:

> [...] Eu sabia que ele tinha saído e que tava no Rio também. Em abril de 66 a minha esposa tava (*sic.*) grávida de meu filho mais velho, eu morava no centro da cidade de Rio Grande, Zalony 208. Bate (*sic.*) na porta eu vou (*sic.*) atender, um negão com camisa cor de rosa, uma tora de forte, ele era forte, o bicho jogava basquete, praticava halterofilismo, um cara inteligentíssimo, segundo colocado da nossa turma. Eu disse: "Pois Evaldo o que tais fazendo aqui?" Mandei ele entrar. Ele chega (*sic.*) e disse: "Sssss." (como fazendo sinal de silêncio) Eu disse: "Mas aí Evaldo o que tu veio fazer aqui?" Disse ele pra (*sic.*) mim: "Eu vim pra te levar." [...] "Pra me levar onde (*sic.*) rapaz." Ele disse: "To (*sic.*) com o dinheiro, to com as passagens, a hora que eu quiser já tá na mão. Vamos pra Cuba?" Disse pra ele: "Mas que isso velho, não faz isso." E eu era, sou sócio do Clube de Regatas Rio Grande. Aí eu disse: "Não, vamos lá no clube, tu vai jogar um basquete e vamos tomar um guaraná." E levei ele lá no clube, aí o negão bateu umas bolinhas lá, nós jogamos de dupla e tal, e fomos até o barzinho tomar uísque. Aí tentei e ele disse: "Mas Paulinho, não tem como eu recuar agora tchê. Eu to até o pescoço nisso aí, entendeu. Eu vou. [...] Eu vim aqui especialmente lhe ver, pra te levar junto." Eu disse: "A minha esposa tá grávida cara, eu não vou." [...]

O diálogo narrado acima denota uma relação muito próxima entre Evaldo e Paulo Costa, mas também reforça a ideia de que este último seria, de

fato, um destacado membro da AMFNB. Suscitando assim, questionamentos sobre um eventual envolvimento seu com movimentos da esquerda que viriam a se engajar na luta armada contra a ditadura. E ainda, sobre uma eventual mobilização daqueles grupos a partir de Rio Grande. Questionamentos que consideramos relevantes e que, necessariamente, devem ser aprofundados oportunamente. Destarte, o fato de Evaldo Luiz ter retornado à cidade onde residia antes de ingressar na Marinha, segundo Paulo Costa, para convidá-lo a integrar a luta armada, indica o grau de engajamento político deste ex-marinheiro, bem como, sua posição de liderança junto ao movimento fuzinauta. E ainda, ao relatar que tinha conhecimento de que Evaldo não estava mais no Rio de Janeiro no ano de 1966, quando foi condenado à prisão pela justiça militar, Paulo Costa deixa claro que mantinha contatos naquela cidade. De modo que, mesmo em Rio Grande, continuava acompanhando os desdobramentos da repressão sobre seus antigos companheiros de associação.

Paulo Costa afirma ainda que durante muitos anos, no transcurso da ditadura, foi continuamente acompanhado e vigiado em Rio Grande. No contexto de uma vigilância constante exercida pela Marinha com o apoio de parcela significativa da sociedade riograndina, haja vista o reduzido contingente da força naval naquela cidade. Neste sentido, em seu relato ele diz o seguinte:

> [...] o Pedroso [...] era muito amigo do meu pai, entendesse. Em 1985, em outubro de 1985, eu to (*sic.*) na porta do meu escritório e ele chega: “Oi Saraivinha.” Me chamava de Saraivinha, o meu pai era Valter Saraiva, eu não tenho Saraiva no nome, mas todo mundo me chamava de Saraivinha. Começou a estourar aquela inflação voltar aquele negócio todo, os militares tavam (*sic.*) largando né (*sic.*), ia ter a eleição em 86. [...] Ele me disse: “Porra e tu acredita, tu fosse monitorado todo esse tempo.” Ele fazia parte de uma comissão, que existia comissão dentro de Rio Grande, entendesse, seguindo os passos daqueles que eles suspeitavam que podiam fazer alguma coisa contra o regime. Eles me monitoraram durante todos esses anos cara, entendesse. [...]

O acompanhamento exercido sobre antigos e potenciais “subversivos” na cidade de Rio Grande, contando inclusive, segundo Paulo Costa, com uma

comissão para este fim. Fundamentava-se em um colaboracionismo entreguista que imperou na maioria das localidades brasileiras onde atuavam as forças de repressão da ditadura. Este colaboracionismo com a repressão, no sentido de entregar aqueles considerados, em alguma medida, subversivos ou suspeitos de subversão, se apoiava também no temor de muitos em se tornarem vítimas da "máquina" repressora do Estado. Deste modo, em Rio Grande, a "sombra" do *Canopus* enquanto instrumento da ditadura empregado contra seus opositores, bem como, a simples possibilidade de seu retorno à urbe riograndina com esta finalidade, em muito colaborou para incrementar o clima de desconfiança e a vigilância constante entre os cidadãos daquela cidade.

No que concerne a Evaldo Luiz Ferreira de Souza, de fato ele ingressou na luta armada, seguindo para o exílio ainda no ano de 1966, logo após sua condenação pela justiça militar. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV):

> Evaldo passou cinco anos em Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha, já engajado aos quadros da VPR. Quando regressou ao Brasil, instalou-se em Recife no contexto de reorganização da VPR no Nordeste. Evaldo Luiz Ferreira de Souza [...] foi morto junto com outros cinco integrantes da VPR, entre os dias 8 e 9 de janeiro de 1973, no episódio conhecido como massacre da Chácara São Bento, em Pernambuco[253].

De modo semelhante a Evaldo, outros ex-militares integrantes da AMFNB condenados pela justiça militar – naturais de Rio Grande ou cujas famílias haviam se fixado na cidade – também seguiram para o exílio ou buscaram refúgio no interior do estado gaúcho. Como o caso de Guillem Rodrigues que seguiu de Rio Grande para o exílio iniciado no Uruguai. Já no início da década de 1970 Guillem chegou à Suécia, onde se estabeleceu e, durante todo o período em que vigorou a ditadura no Brasil, prestou apoio a refugiados e exilados políticos brasileiros naquele país. Regressando ao Brasil

[253] Comissão Nacional da Verdade – Relatório. Vol.3, dez.2014, 248-Evaldo Luiz Ferreira de Souza.

somente no ano de 2009. Entre aqueles que, mesmo condenados permaneceram em Rio Grande e outras cidades da zona sul gaúcha, destacamos Ubirajara Goulart Teixeira e "Entrevistado A". Ambos foram presos durante os desdobramentos da "operação limpeza" no Rio Grande do Sul, ao que tudo indica, desconheciam suas condenações na justiça militar, haja vista que procuravam seguir suas vidas dentro da normalidade.

Neste sentido, o "Entrevistado A", que havia voltado para Pelotas ainda no ano de 1964, foi preso[254] naquela cidade em fevereiro de 1969, quando já estava empregado e havia constituído família. Em seu relato "Entrevistado A" narra como se deu sua prisão:

> [...] Aí depois, não sei quantos anos depois, eu estava trabalhando no Fonseca Júnior, na oficina. Aí quando eu vi chegou a caminhonete da polícia civil me prendendo, que eu tinha sido condenado a 5 anos e 3 meses, me condenaram a revelia. Assim como condenaram outros a revelia também. [...] Como subversivo. E na época o inspetor que foi me prender, que me prendeu ali no Fonseca. Quando eles iam me levando pra (*sic.*) delegacia, foram dois inspetor (*sic.*), eles disseram: "Ó, o negócio é o seguinte, tu vai ser preso incomunicável." Mas cheguei na (*sic.*) cadeia não tinha como ficar incomunicável, porque tava cheia a cadeia, entendeu? Aí me botaram numa cela lá com outros caras lá. [...] Pô (*sic.*) e quando me prenderam, eu tava (*sic.*) trabalhando aí, [...] Não tinha um ano ainda de casado. Eu casei em maio e em fevereiro, dia 19 de fevereiro me prenderam. A mulher barriguda, a mulher já tava bem barriguda e aí, aí me prenderam.[...]

Tendo se passado quase cinco anos dos acontecimentos pelos quais foi condenado em 1966, em sua narrativa podemos perceber que na ocasião em que foi preso o "Entrevistado A" já estava restabelecido em sua cidade natal. Recolhido à Cadeia Civil de Pelotas[255], o ex-militar cumpriu pouco mais de dois anos em regime fechado por ter sido considerado incurso, em julgamento à revelia, no crime de motim durante os acontecimentos no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, em março de 1964. Devido a seu pai ser membro da Brigada Militar à época, possivelmente, o ex-marinheiro não teria sido

[254] APERS – Processo nº 1770-1200/02-7 – Declaração da empresa Fonseca Júnior acerca da prisão de seu funcionário.
[255] APERS – Processo nº 1770-1200/02-7 – p.13.

encaminhado para o Rio de Janeiro, a fim de ser interrogado pelas autoridades navais e pela justiça militar naquela cidade. Tendo permanecido em Pelotas durante a execução de sua pena.

Já o ex-soldado fuzileiro naval Ubirajara Goulart Teixeira, também julgado à revelia e condenado, juntamente com o "Entrevistado A", como incurso no mesmo crime pelo qual foi condenado o referido ex-marinheiro. Após ser preso[256] por agentes do DOPS, no dia 14 de setembro de 1971 em sua casa na cidade de Alegrete, foi encaminhado ainda no mesmo dia para Porto Alegre. Onde permaneceu à disposição das autoridades policiais até o dia 8 de outubro de 1971, quando foi transferido para o Rio de Janeiro. Ao chegar na urbe fluminense, Ubirajara permaneceu preso, em princípio, na área do Comando do 1º Distrito Naval, onde foi interrogado pelas autoridades navais e, também, pela Auditoria da Marinha. A partir deste momento, Ubirajara passou por vários estabelecimentos penais no Rio de Janeiro, entre os quais destacamos os Presídios Cândido Mendes e o da Ilha Grande, onde se concentravam os presos políticos no Rio de Janeiro.

Desde o instante de sua prisão, em 1971, Ubirajara sofreu significativos maus tratos e severas restrições por parte de seus repressores. Em requerimento apresentado à Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos do Rio Grande do Sul, o ex-militar relatou que, enquanto era encaminhado para a capital gaúcha, horas após sua prisão:

> [...] Entre Rosário e São Gabriel [...] estacionaram a Kombi e fui perguntado se queria urinar, disse que sim e desci para urinar. Fui interrompido por uma saraivada de tiros de pistola e submetralhadora. Com os tiros parei de urinar com uma dor aguda na bexiga e nervoso com as atividades dos policiais não consegui mais urinar, por mais esforço que fizesse. [...][257]

Ubirajara afirmou ainda, neste mesmo requerimento, que foi submetido a longos períodos sem alimentação e sem dormir[258]. Podendo mesmo, em

---

[256] APERS – Processo nº 2421-1200/02-3 – p. 4-6.
[257] APERS – Processo nº 2421-1200/02-3 – p. 4.
[258] APERS – Processo nº 2421-1200/02-3 – p. 5.

alguns casos, estas condutas serem caracterizadas enquanto torturas físicas e, sobretudo, psicológicas. Neste cenário, Ubirajara Goulart permaneceu preso no Rio de Janeiro até agosto de 1974, quando foi posto em liberdade[259].

Portanto, no contexto das ações repressivas levadas a cabo na zona sul do estado do Rio Grande do Sul, em especial na cidade de Rio Grande, consideramos que muitos dos militares presos sequer sabiam de suas condenações na justiça militar no Rio de Janeiro. Acreditando que a punição já lhes havia sido aplicada quando foram excluídos dos quadros de subalternos da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais. Destarte, foram severas as consequências tanto para os que foram presos, quanto para aqueles que se exilaram ou ingressaram na clandestinidade. Deste modo, esses homens tiveram suas vidas consideravelmente desestruturadas – tanto no âmbito profissional quanto no familiar – no mínimo em duas ocasiões, ou seja, quando foram expulsos ou demitidos compulsoriamente da Marinha e quando foram condenados pela justiça militar. Neste contexto, aqueles que foram "apenas" excluídos dos quadros da força naval, sem enfrentar condenações pela justiça militar, como nos casos de Mabel Gonçalves e Paulo Costa. Mesmo estes enfrentaram grandes dificuldades para retomarem suas vidas em uma cidade como Rio Grande, constantemente vigiada e onde a "operação limpeza" foi conduzida "à toda máquina"[260] pela instituição que os excluiu de suas fileiras.

Portanto, perseguidos desde 1964, aqueles ex-militares não tiveram muitas escolhas, a não ser, mais uma vez, alterar completamente o curso de suas vidas e enfrentar a "tormenta" que se apresentou na zona sul gaúcha, sobretudo em Rio Grande.

---

[259] APERS – Processo nº 2421-1200/02-3 – p.19.
[260] Expressão marinheira que, a exemplo de outras como: "a todo pano", "à plena carga" ou "a todo vapor", remete ao significado da plenitude de uma determinada ação ou procedimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da presente dissertação, na qual procuramos analisar os desdobramentos da mobilização da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil na cidade de Rio Grande-RS. A partir da reconstrução da trajetória de alguns de seus membros ou apoiadores oriundos da zona sul do estado gaúcho, em especial da urbe riograndina. Estabeleceremos algumas reflexões acerca dos aspectos mais relevantes da pesquisa, que está fundamentada na questão social latente nos quadros da Marinha e, consequentemente, na própria trajetória da associação, fruto da resistência daqueles militares em um contexto político-social específico.

Destarte, logo no primeiro capítulo, partindo de uma análise acerca das origens étnicas e sociais dos subalternos da força naval, bem como, das peculiaridades inerentes às suas carreiras e rotina de trabalho a bordo. Procuramos apresentar ao leitor o objeto principal de nossa pesquisa, isto é, o "marinheiro" da Marinha de Guerra Brasileira. Deste modo, ao aprofundarmos esta análise, a partir das formas de recrutamento de oficiais e praças empregadas na Marinha ainda no século XIX, percebemos uma acentuada diferença étnica e social já no "berço" de nossa força naval. Este "abismo" entre oficiais e subalternos, reforçado diuturnamente através de regulamentos e tradições que buscavam manter o *status quo* de dominação na Armada e no Corpo de Fuzileiros Navais. Além de reafirmar o lugar social daqueles "atores", fomentou um processo de identificação entre os marinheiros, que culminou com a elaboração de formas coletivamente organizadas de resistência por parte daqueles militares.

Neste contexto, a partir de uma questão social latente no seio da força naval brasileira, emergiram disputas que se evidenciaram em mobilizações como a "Revolta da Chibata" e, posteriormente, a própria gênese da AMFNB.

Neste sentido, no contexto inicial da década de 1960, marcado por um ambiente político tensionado e significativa mobilização social na busca por

garantias e avanços em direitos sociais. Os marinheiros, a partir da leitura do contexto sociopolítico da época, se mobilizaram em uma associação de "classe"[261] a fim de de mudar uma realidade de subordinação social que lhes era apresentada na Marinha. Neste cenário procuramos enfatizar a atuação de militares naturais da zona sul gaúcha, em especial de Rio Grande, enquanto lideranças e destacados membros da associação fuzinauta.

Ainda no primeiro capítulo, ao analisarmos o processo de "radicalização" da AMFNB a partir do ano de 1963, estabelecendo um debate acerca da perspectiva reducionista da mobilização fuzinauta enquanto uma crise relacionada à "indisciplina e a subversão da hierarquia" na Marinha. Entendemos que décadas de relações de dominação e resistência, fundamentadas em uma hierarquia social reforçada através de regulamentos, tradições e simbolismos, não podem ser reduzidas à simples questões disciplinares. E ainda, que em um contexto de lugares sociais bem definidos, onde a indisciplina atribuída aos marinheiros estava diretamente relacionada à ameaça a uma ordem social vigente na Marinha, e não propriamente à transgressão dos regulamentos disciplinares. Desta maneira, ao reconstruirmos a trajetória da AMFNB durante os anos de 1962-1964 procuramos destacar, a partir de um processo de identificação, a resistência daqueles marinheiros dentro de um quadro de disputas sociais interno à Marinha.

No segundo capítulo, ainda no contexto de radicalização do movimento fuzinauta, passamos a analisar os desdobramentos da mobilização da AMFNB em Rio Grande, bem como, o modo e a intensidade com que a mesma atuou no estado do Rio Grande do Sul a partir da urbe riograndina. Especialmente através das ações daqueles membros que, em alguma medida, mantinham relações estabelecidas na cidade, seja por motivações afetivas, familiares e/ou profissionais.

---

[261] Conforme seus estatutos.

Destarte, em um contexto de continuidade em relação à crise de 1961, o estado gaúcho e, especialmente Rio Grande, mais uma vez assumiram papel de destaque na cena nacional. Neste contexto, a partir da reconstrução da trajetória destes militares e ex-militares, encontramos indícios que apontam para a atuação da AMFNB naquela cidade. Os quais se fizeram ainda mais presentes quando passamos a analisar o desencadeamento da "operação limpeza", tanto no meio civil, quanto nos quadros da Marinha. Neste momento conseguimos perceber a maneira como a repressão se abateu sobre as lideranças riograndinas da associação, ou aqueles membros que de algum modo atuavam na cidade. De modo sistemático, as forças de repressão no Rio de Janeiro e em Rio Grande iniciaram o expurgo nas fileiras da Marinha e as prisões a bordo do *Canopus,* respectivamente.

Alguns indícios que trabalhamos neste ponto da pesquisa nos remetem também a uma perseguição sistemática às diversas lideranças regionais da associação, entre as quais destacamos aquelas com relações estabelecidas em Rio Grande. Algumas destas lideranças que foram presas a bordo do *Canopus* em Rio Grande, tinham envolvimento, em alguma medida, com membros da AMFNB e/ou seus apoiadores na cena política nacional.

Ainda neste capítulo, analisamos também o modo como a repressão imediatamente posterior ao golpe se abateu sobre a urbe riograndina, bem como, o emprego do *Canopus* durante este processo de "limpeza" da cidade. Fato este que contribuiu sobremaneira para o controle social exercido na cidade pela Marinha durante os anos que se seguiram.

Já no terceiro e último capítulo, ao analisar os processos de expulsão e demissão compulsória – além das condenações na justiça militar – de membros da AMFNB naturais da zona sul gaúcha, procuramos estabelecer relações entre estas sanções e a atuação de alguns em suas cidades a partir de Rio Grande. Analisando ainda a vigilância constante e as perseguições às quais foram submetidos aqueles militares em suas cidades de origem, como

parte da manutenção da “limpeza” daquelas localidades, com destaque para a urbe riograndina.

Consideramos que a AMFNB constituiu-se enquanto instrumento de resistência organizada de caráter coletivo, formada a partir de um processo de identificação por parte dos subalternos. Que se fundamentou na percepção das semelhanças com seus pares e das radicais diferenças no que concerne à oficialidade, em uma relação de dominação e resistência entre os mesmos.

A trajetória da associação fuzinauta se construiu a partir da leitura do contexto da época, realizado por seus membros e apoiadores, e da decisão por buscar mudanças e transformações para uma realidade de intensa fragilidade social, marcada por disputas e demandas constantemente “sufocadas” pelos regulamentos e pela hierarquia militares. Neste sentido, ressaltamos o caráter de resistência da mobilização dos marinheiros que permeou toda nossa análise.

Consideramos que o processo de “radicalização” da associação acompanhou o grau de inflexão da alta administração naval em dialogar com os marinheiros no sentido de reconhecer as suas demandas e buscar soluções para as mesmas. Acompanhou também o processo de acentuada politização de seus membros no contexto político interno e externo, e, sobretudo, as perseguições implementadas pela cúpula naval ao movimento fuzinauta. Que levaram o mesmo a assumir posicionamento junto às esquerdas em defesa do presidente Goulart e de seu projeto reformista. Desse modo, é possível observar que os desdobramentos da mobilização dos marinheiros a partir de 1962 não foram conduzidos pela vontade dos governantes ou dos comandantes navais, nem pelas ações e posicionamentos das lideranças da AMFNB, mas constituem parte integrante do processo de construção da identidade deste segmento social específico.

Por fim, entendemos que a AMFNB, em seus dois anos de existência, contou com um projeto de expansão fundamentado na implementação de sucursais nas principais cidades portuárias do Brasil. Neste contexto, alguns

destacados membros da associação já atuavam em Rio Grande durante os seus períodos de férias e/ou quando seus navios atracavam no porto da cidade. Situação que se evidenciou com a presença de um representante da associação a bordo do *Canopus* durante os primeiros meses do ano de 1964 até os dias que se seguiram ao golpe civil-militar, período em que o navio esteve em Rio Grande.

Sendo assim, de posse das fontes que dispomos para a realização da presente pesquisa, podemos afirmar a presença de indícios que apontam para a atuação da AMFNB na cidade de Rio Grande. Porém, não nos foi possível precisar em que escala se deu esta atuação e quais os seus objetivos no contexto político-social da época.

No entanto, a presente pesquisa procurou contribuir para uma melhor compreensão do movimento dos marinheiros de 1962-1964 e, consequentemente, de seus integrantes enquanto sujeitos do processo histórico. Deste modo, diante das dificuldades inerentes à busca por fontes atinentes a um tema tão delicado e ainda muito “vivo” em nossa sociedade, e ainda, do caráter inédito da presente pesquisa. Buscamos, a partir da memória reavivada de militares e ex-militares – naturais ou residentes da zona sul do estado do Rio Grande do Sul – indícios que nos remetessem à atuação da associação fuzinauta na cidade de Rio Grande. Haja vista sua relevância no contexto político da época e importância simbólica e estratégica para a Marinha de Guerra Brasileira.

De modo algum pretendemos aqui esgotar o assunto, mas apenas apresentar uma contribuição no que concerne às análises historiográficas acerca deste segmento de militares da Marinha e suas mobilizações, sempre tão marcantes no cenário nacional. Por fim, esperamos ter contribuído para iluminar um período ainda tão nebuloso de nossa história e assim suscitar novos estudos acerca do tema.

FONTES

Livros de Memória

CAPITANI, Avelino Biden. **A rebelião dos marinheiros.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

DUARTE, Antônio. **A luta dos marinheiros.** Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

RODRIGUES, Athaydes. **Agora eu...A revolução de 1964, em Rio Grande.** Rio Grande. 1980.

VIEGAS, Pedro. **Trajetória Rebelde.** São Paulo: Cortez, 2004.

Entrevistas

- Antônio Duarte dos Santos (marinheiro e uma das lideranças da AMFNB) – 1ª Entrevista realizada por José Augusto Dias Júnior, em 06 de novembro de 1984. 2ª Entrevista realizada por Flávio Luís Rodrigues, em 13 de novembro de 2003. Ver: RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964.* São Paulo: Cortez, 2004.

- Antonio Nailem Espíndola (militante portuário em Rio Grande-RS) – 1ª Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra, em 21 de fevereiro de 1997. Ver: APERS – Processo nº 4058-1200/98-4. 2ª Entrevista realizada por Thiago Cedrez da Silva e Robert Wagner Porto da S. Castro, em 21 de janeiro de 2015, nas dependências da residência do entrevistado, na cidade de Arroio Grande-RS.

- Cristóbal Moraes (militante estivador em Rio Grande-RS) - Entrevista realizada por Thiago Cedrez da Silva, em 14 de agosto de 2012, nas dependências do Sindicato dos Estivadores, na cidade de Rio Grande-RS.

- “Entrevistado A” (marinheiro membro da AMFNB) - Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra e Robert Wagner Porto da S. Castro, em 21 de novembro de 2013, nas dependências do Núcleo de História Regional, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, no bairro Centro, cidade de Pelotas-RS.

- “Entrevistado B” (marinheiro) - Entrevista realizada por Robert Wagner Porto da S. Castro autor, em 13 de março de 2014, na residência do entrevistado no bairro Areal, cidade de Pelotas-RS.

- Érica Bayer Roth (chefe da assistência social da AMFNB) - Entrevista realizada por Flávio Luís Rodrigues, em 23 de novembro de 2003. Ver: RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964.* São Paulo: Cortez, 2004.

- João Cândido (liderança da "Revolta da Chibata", presente à assembleia do dia 25 de março de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara) - Entrevista realizada por Helio Silva, em 29 de março de 1968. Museu da Imagem e do Som.

- José Xavier Cortez (marinheiro e uma das lideranças da AMFNB) – Entrevista realizada por Anderson da Silva Almeida, em 22 de dezembro de 2009. Ver: ALMEIDA, Anderson da Silva. *Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia.* Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010.

- Luis Oliveira (soldado fuzileiro naval, servia no destacamento de Uruguaiana-RS) – Entrevista realizada por Robert Wagner Porto da S. Castro, em 18 de agosto de 2014, nas dependências da Associação de Veteranos da Marinha do Brasil, no centro da cidade Rio Grande-RS.

- Oscar Conceição (sargento, servia na CPRS) – Entrevista realizada por Robert Wagner Porto da S. Castro, em 15 de junho de 2015, na residência do entrevistado no centro da cidade Rio Grande-RS.

- Paulo Fernando da Costa (marinheiro e uma das lideranças da AMFNB) – 1ª Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra e Robert Wagner Porto da S. Castro, em 02 de novembro de 2013, na residência do entrevistado no bairro Cassino, cidade de Rio Grande-RS. 2ª Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra e Robert Wagner Porto da S. Castro em 27 de março de 2014, na residência do entrevistado no bairro Cassino, cidade de Rio Grande-RS.

Jornais e Periódicos

A Tribuna do Mar
- VIEGAS, 2004 / RODRIGUES, 2004 – Rio de Janeiro, nº 12, jan/fev 1964.

Correio da Manhã
- Hemeroteca Digital / BN – Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1910.
- Hemeroteca Digital / BN – Rio de Janeiro, 31 de março de 1964.

Diário de Notícias
- Hemeroteca Digital / BN – Rio de Janeiro, 25 de março de 1964.
- Hemeroteca Digital / BN – Rio de Janeiro, 31 de março de 1964.

Careta
- Hemeroteca Digital / BN – Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 1910.

Jornal do Brasil
- Hemeroteca Digital / BN – Rio de Janeiro, 29 de março de 1964.

O Globo
- Acervo Digital / Jornal O Globo – Rio de Janeiro, 28 de março de 1964.
- Acervo Digital / Jornal O Globo – Rio de Janeiro, 30 de março de 1964.
- Acervo Digital / Jornal O Globo – Rio de Janeiro, 27 de março de 2004.

O Rio Grande
- Biblioteca Riograndense – Rio Grande, 03 de março de 1964.
- Biblioteca Riograndense – Rio Grande, 28 de março de 1964.
- Biblioteca Riograndense – Rio Grande, 09 de abril de 1964.

Legislações

BRASIL. Decreto nº 3 de 16 de novembro de 1889. Extingue o castigo corporal na Armada.
Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3-16-novembro-1889-524482-publicacaooriginal-1-pe.html Consultado em 27 de jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 2.036, de 4 de julho de 1895. Aprova o Plano de Uniformes para o Corpo da Armada e classes anexas.
Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2036-4-julho-1895-519634-publicacaooriginal-1-pe.html Consultado em 15 de dez.2015.

BRASIL, Decreto nº 6582 de 1 de agosto de 1907. Dá novo regulamento às escolas de aprendizes-marinheiros. Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6582-1-agosto-1907-514091-publicacaooriginal-1-pe.html Consultado em: 15 de nov. de 2015.

BRASIL, Decreto nº 2112 de 5 de outubro de 1909. Fixa a força naval para o exercício de 1910. Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1752-24-outubro-1907-582366-publicacaooriginal-105164-pl.html Consultado em: 16 de out. de 2015.

BRASIL, Decreto nº 2336 de 28 de dezembro de 1910. Fixa a força naval para o exercício de 1911. Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2336-28-dezembro-1910-586710-publicacaooriginal-110363-pl.html Consultado em: 16 de out. de 2015.

BRASIL, Decreto nº 11479 de 10 de fevereiro de 1915. Regulamento para as escolas de grumetes e aprendizes-marinheiros. Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11479-10-fevereiro-1915-516121-republicacao-97729-pe.html Consultado em: 15 de nov. de 2015.

BRASIL. Decreto Nº. 22.070, de 10 de novembro de 1932. Aprova o Regulamento do Conselho do Almirantado.
Disponível:
http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151878.
Consultado em 28 de jul. 2014.

BRASIL, Decreto nº 3554 de 5 de janeiro de 1939. Novo regulamento para as escolas de aprendizes-marinheiros. Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3554-5-janeiro-1939-348572-publicacaooriginal-1-pe.html Consultado em 15 de nov. de 2015.

BRASIL. Decreto nº. 8.726, de 6 de fevereiro de 1942. Ordenança Geral para o Serviço da Armada.
Disponível:
http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152601
Consultado em 15 de out. 2015

BRASIL, Decreto nº 6227 de 24 de janeiro de 1944. Código Penal Militar. Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacaooriginal-65269-pe.html Consultado em 16 de out. de 2015.

BRASIL, Decreto-Lei nº 9.500 de 24 de julho de 1946. Lei do Serviço Militar. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9500impressao.htm Consultado em 22 de jan. de 2016.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1946. Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html Consultado em 15 de nov. de 2015.

BRASIL. Decreto nº 27.956, de 4 de abril de 1950. Aprova o Regulamento do Corpo de Fuzileiros Navais.
Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-27956-4-abril-1950-324098-publicacaooriginal-1-pe.html . Consultado em 27 de jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 28.880, de 20 de novembro de 1950. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais.
Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28880-20-novembro-1950-331832-publicacaooriginal-1-pe.html. Consultado em 27 de jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 34.868, de 31 de dezembro de 1953. Aprova o Regulamento de Uniformes para a Marinha.
Disponível:
http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=189712
Consultado em 15 de dez.2015

BRASIL. Decreto nº 36.450, de 10 de novembro de 1954. Aprova o Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha. Disponível:
http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=168002.
Consultado em 10 de fev. 2009

BRASIL. Decreto nº. 95.480, de 13 de outubro de 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha.
Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html. Consultado em 27 de jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 44.061, de 23 de julho de 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.
Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44061-23-julho-1958-383220-publicacaooriginal-1-pe.html. Consultado em 27 de jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 46.423, de 14 de julho de 1959. Altera a redação de dispositivos do Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.
Disponível:
http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=177179.
Consultado em 10 de fev. 2009

BRASIL. Decreto nº 58.159, de 6 de abril de 1966. Aprova o Regulamento de Uniformes para a Marinha.
Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-

58159-6-abril-1966-399096-publicacaooriginal-1-pe.html Consultado em 15 de dez.2015

BRASIL. Decreto nº. 95.480, de 13 de dezembro de 1987. Ordenança Geral para o Serviço da Armada.
Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-95480-13-dezembro-1987-446244-publicacaooriginal-1-pe.html Consultado em 15 de out. 2015

BRASIL. Decreto nº. 38.010, de 13 de dezembro de 1987. Dá nova redação para a Ordenança Geral para o Serviço da Armada.
Disponível: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-95480-13-dezembro-1987-446244-publicacaooriginal-1-pe.html. Consultado em 27 de jul. 2014.

Arquivos

- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS
- Arquivo da Marinha do Brasil – ARQMAR
- União dos Militares Não-Anistiados

Base de Dados / Arquivos Digitais

- Projeto Brasil Nunca Mais Digital – BNMDigit@l - http://bnmdigital.mpf.mp.br
- *Center for Research Libraries-Global Resources Network* / *Ministerial Reports* (1821-1960): Marinha - http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha

Sites

Arquivo Nacional - http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=historico

Arquivo da Marinha do Brasil - https://www1.mar.mil.br/dphdm/arquivo-da-marinha

Associação dos Taifeiros da Armada - http://www.taifeirosdaarmada.org.br/

Biblioteca da Marinha - https://www1.mar.mil.br/dphdm/biblioteca-da-marinha

Biblioteca Nacional - https://www.bn.br/

Centro de Instrução Almirante Alexandrino - https://www1.mar.mil.br/ciaa/

Centro de Instrução Almirante Wandenkolk - https://www.mar.mil.br/ciaw/

Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul - http://www.mar.mil.br/cprs/

Comando do 5º Distrito Naval - http://www.mar.mil.br/5dn/

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha - https://www1.mar.mil.br/dphdm/inicio

Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina - http://www.mar.mil.br/eamsc/

Hemeroteca Digital / BN - http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

O Globo - http://acervo.oglobo.globo.com/

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil**: da Rebelião de 1964 à Anistia. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010.

ALMEIDA, Silvia Capanema P. de. Vidas de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910. **Antíteses**. Universidade Estadual de Londrina – PR, Londrina: vol.3, nº esp., p.90-114, dez.2010.

ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. **A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-historiográfica.** Rio Grande: FURG, 1997.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Schwarcz, 2008.

ANKERSMIT, **Franklin Rudolf. A escrita da história: a natureza da representação histórica.** Londrina: EDUEL, 2012.

ARAÚJO, Maria Celina D'; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. (Orgs.) **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas.** Buenos Aires: Nueva visión, 1991.

BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: RIOX , Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-Franpois. (Org.) **Para uma história Cultural***.* Lisboa: Estampa, 1998.

DIAS, José Carlos; FILHO, José Paulo Cavalcanti; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu e CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** vol 1 tomo II e vol.3, Brasília: CNV, 2014.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2012.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade***.* São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva. **A questão social na Marinha e o movimento dos marinheiros 1961-1964.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização História do Brasil) Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – artes de fazer**. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite á Filosofia.** São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORRÊA, Marcos Sá. **1964 visto e comentado pela Casa Branca***.* Porto Alegre: L&PM, 1977.

DELGADO, Lucília, de Almeida Neves. **História Oral-Memória, tempo identidades***.* Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** 12ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: _____ e REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.543-583.

_____ e GOMES, Angela de Castro. **1964 – O golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos.** Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FONSECA, Maurílio M. **Arte Naval**. vol. 1 e 2, 6ªed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

GANDRA, Edgar Ávila. **O cais da resistência. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos ano de 1959 a 1969**. Cruz Alta: UNICRUZ, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1961.

GORENDER, Jacob. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.) **1964 Visões críticas do golpe.** 2ªed. Campinas: UNICAMP, 2014, p.133-142.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do Trabalho**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ e RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** 4ª ed. São Paulo: 2006.

_____, **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e QUADRAT,

Samantha Viz (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: FURG, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**, órgão da Faculdade DCE Serviço Social da Universidade Estadual do RJ - UERJ, nº20, 2007.

_____. **Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MORAES, João Quartim de. O colapso da resistência militar ao golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.) **1964 Visões críticas do golpe.** 2ªed. Campinas: UNICAMP, 2014, p.143-163.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

_____, Recrutamento para a Marinha brasileira: República, cor e cidadania. In: MUGGE, Michéias H. e COMISSOLI (Orgs.), Adriano. **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil século XIX.** São Leopoldo: Oikos, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence e FERNANDES, Ananda Simões (Orgs.). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória.** 3ªed. Vol 1 e 2, Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n.15, abril de 1997, p.13-49.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in) definições (1964-1968). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

RABELO, Maria Aurora de Meireles. O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais. **História & Perspectivas**, Uberlândia, vol.6, jan./jun. 1992, p.67-88.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964**. São Paulo: Cortez, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. Ditadura, intelectuais e sociedade: O Bem-Amado de Dias Gomes. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SILVA, Ricardo Santos da. **Os não-anistiados: militares da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2011.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____, Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.) **1964 Visões críticas do golpe.** 2ªed. Campinas: UNICAMP, 2014, p.125-132.

THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** Barcelona: Editorial Grijalbo, 1984.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

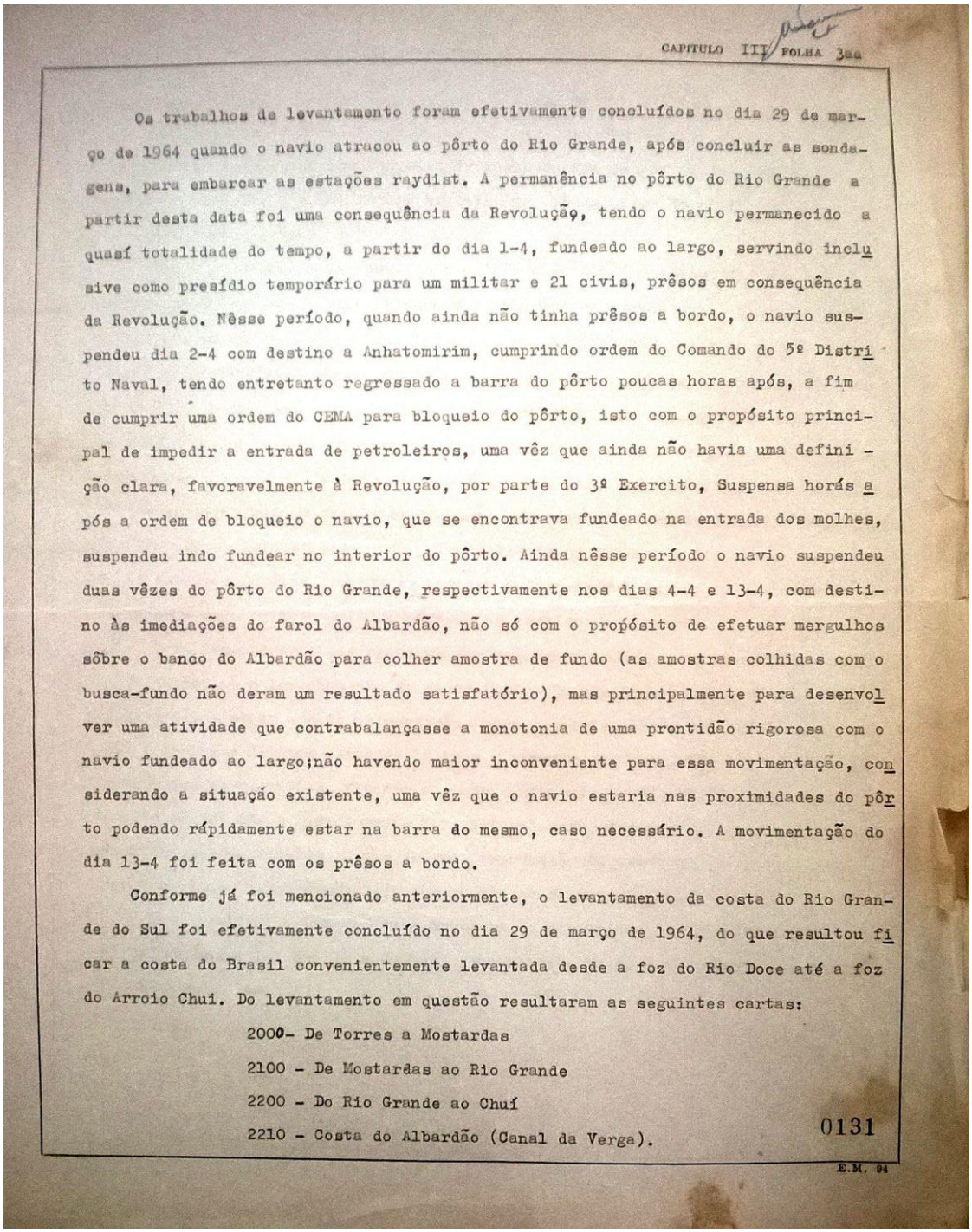
_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** 1ª ed. Campinas: Unicamp, 2001.

VIANNA, Lauro de Brito. **A cidade, o Porto e a Barra de São Pedro do Rio Grande do Sul. Rio Grande.** Rio Grande: FURG, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2014.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Livro do Navio *Canopus*



CAPITULO III FOLHA 3aa

Os trabalhos de levantamento foram efetivamente concluídos no dia 29 de março de 1964 quando o navio atracou ao pôrto do Rio Grande, após concluir as sondagens, para embarcar as estações raydist. A permanência no pôrto do Rio Grande a partir desta data foi uma consequência da Revolução, tendo o navio permanecido a quasí totalidade do tempo, a partir do dia 1-4, fundeado ao largo, servindo inclusive como presídio temporário para um militar e 21 civis, prêsos em consequência da Revolução. Nêsse período, quando ainda não tinha prêsos a bordo, o navio suspendeu dia 2-4 com destino a Anhatomirim, cumprindo ordem do Comando do 5º Distrito Naval, tendo entretanto regressado a barra do pôrto poucas horas após, a fim de cumprir uma ordem do CEMA para bloqueio do pôrto, isto com o propósito principal de impedir a entrada de petroleiros, uma vêz que ainda não havia uma definição clara, favoravelmente à Revolução, por parte do 3º Exercito, Suspensa horás após a ordem de bloqueio o navio, que se encontrava fundeado na entrada dos molhes, suspendeu indo fundear no interior do pôrto. Ainda nêsse período o navio suspendeu duas vêzes do pôrto do Rio Grande, respectivamente nos dias 4-4 e 13-4, com destino às imediações do farol do Albardão, não só com o propósito de efetuar mergulhos sôbre o banco do Albardão para colher amostra de fundo (as amostras colhidas com o busca-fundo não deram um resultado satisfatório), mas principalmente para desenvolver uma atividade que contrabalançasse a monotonia de uma prontidão rigorosa com o navio fundeado ao largo;não havendo maior inconveniente para essa movimentação, considerando a situação existente, uma vêz que o navio estaria nas proximidades do pôrto podendo rápidamente estar na barra do mesmo, caso necessário. A movimentação do dia 13-4 foi feita com os prêsos a bordo.

Conforme já foi mencionado anteriormente, o levantamento da costa do Rio Grande do Sul foi efetivamente concluído no dia 29 de março de 1964, do que resultou ficar a costa do Brasil convenientemente levantada desde a foz do Rio Doce até a foz do Arroio Chuí. Do levantamento em questão resultaram as seguintes cartas:

2000- De Torres a Mostardas

2100 - De Mostardas ao Rio Grande

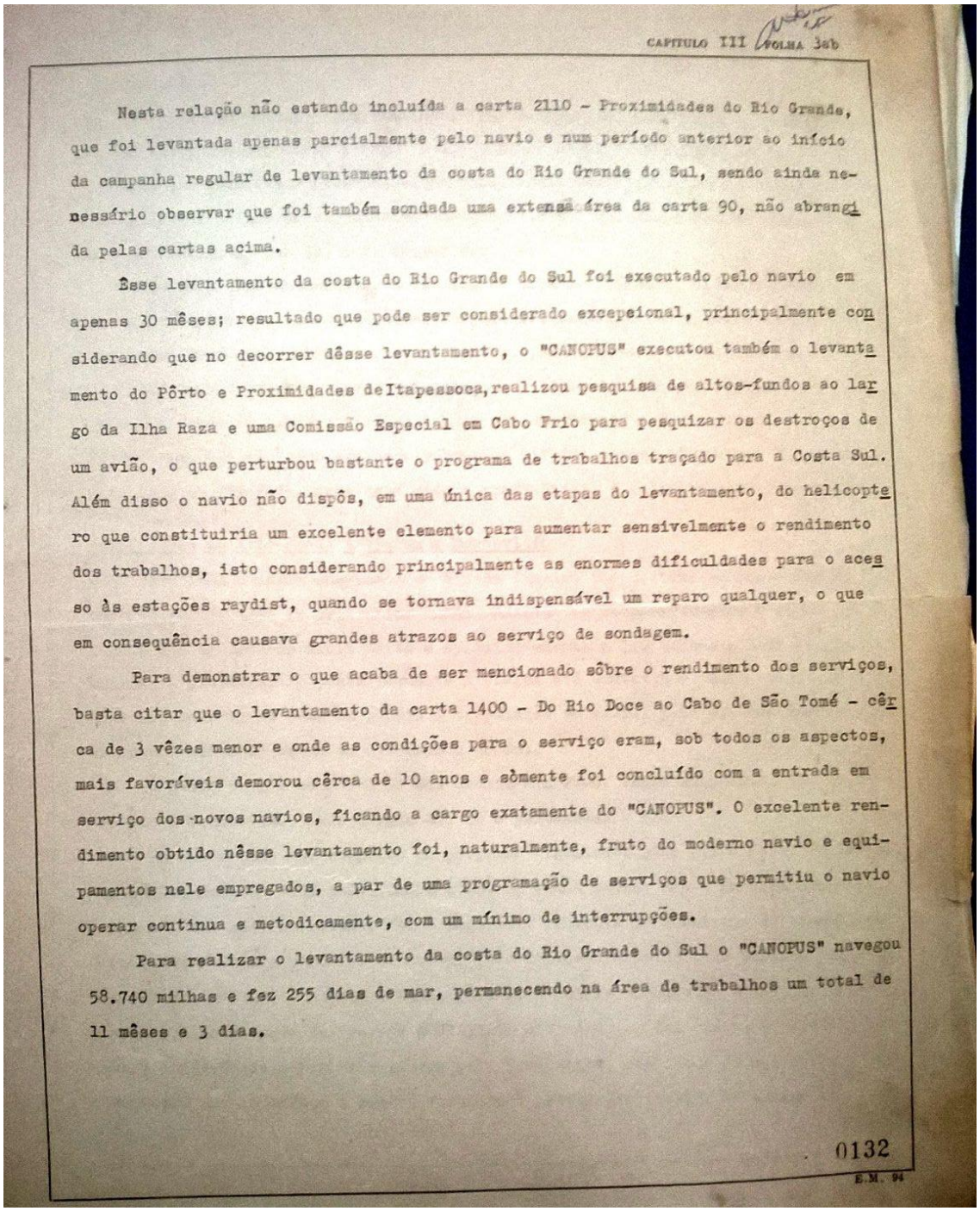
2200 - Do Rio Grande ao Chuí

2210 - Costa do Albardão (Canal da Verga).

0131

E.M. 94

Anexo B – Livro do Navio *Canopus*



CAPITULO III FOLHA 34b

Nesta relação não estando incluída a carta 2110 - Proximidades do Rio Grande, que foi levantada apenas parcialmente pelo navio e num período anterior ao início da campanha regular de levantamento da costa do Rio Grande do Sul, sendo ainda necessário observar que foi também sondada uma extensa área da carta 90, não abrangida pelas cartas acima.

Êsse levantamento da costa do Rio Grande do Sul foi executado pelo navio em apenas 30 mêses; resultado que pode ser considerado excepcional, principalmente considerando que no decorrer dêsse levantamento, o "CANOPUS" executou também o levantamento do Pôrto e Proximidades de Itapessoca, realizou pesquisa de altos-fundos ao largo da Ilha Raza e uma Comissão Especial em Cabo Frio para pesquizar os destroços de um avião, o que perturbou bastante o programa de trabalhos traçado para a Costa Sul. Além disso o navio não dispôs, em uma única das etapas do levantamento, do helicoptero que constituiria um excelente elemento para aumentar sensivelmente o rendimento dos trabalhos, isto considerando principalmente as enormes dificuldades para o acesso às estações raydist, quando se tornava indispensável um reparo qualquer, o que em consequência causava grandes atrazos ao serviço de sondagem.

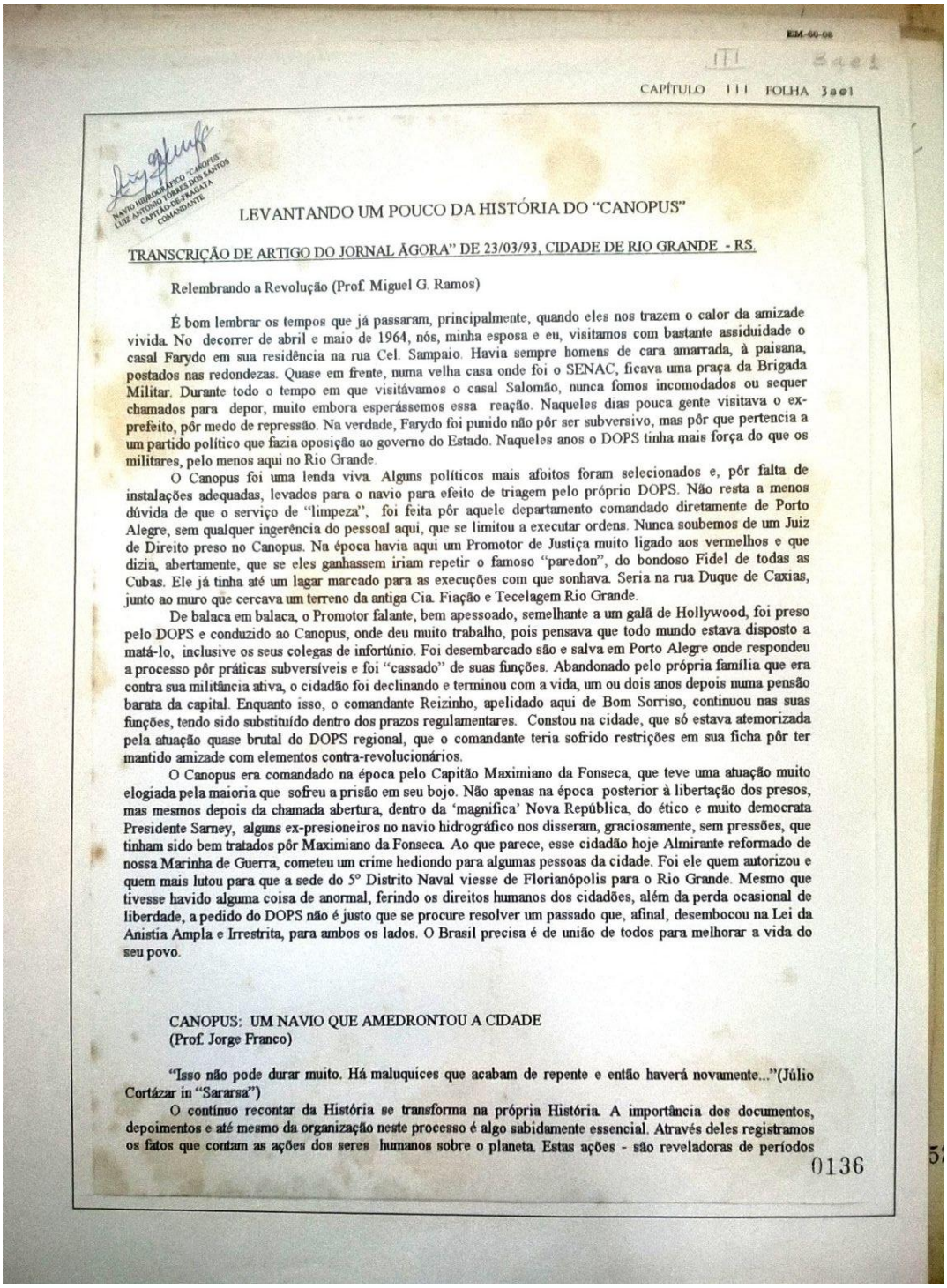
Para demonstrar o que acaba de ser mencionado sôbre o rendimento dos serviços, basta citar que o levantamento da carta 1400 - Do Rio Doce ao Cabo de São Tomé - cêrca de 3 vêzes menor e onde as condições para o serviço eram, sob todos os aspectos, mais favoráveis demorou cêrca de 10 anos e sòmente foi concluído com a entrada em serviço dos novos navios, ficando a cargo exatamente do "CANOPUS". O excelente rendimento obtido nêsse levantamento foi, naturalmente, fruto do moderno navio e equipamentos nele empregados, a par de uma programação de serviços que permitiu o navio operar continua e metodicamente, com um mínimo de interrupções.

Para realizar o levantamento da costa do Rio Grande do Sul o "CANOPUS" navegou 58.740 milhas e fez 255 dias de mar, permanecendo na área de trabalhos um total de 11 mêses e 3 dias.

0132

E.M. 94

Anexo C – Livro do Navio *Canopus*[262]



EM-60-08

CAPÍTULO III FOLHA 3a01

NAVIO HIDROGRÁFICO "CANOPUS"
LUIZ ANTONIO TÔRRES DOS SANTOS
CAPITÃO-DE-FRAGATA
COMANDANTE

LEVANTANDO UM POUCO DA HISTÓRIA DO "CANOPUS"

TRANSCRIÇÃO DE ARTIGO DO JORNAL ÁGORA" DE 23/03/93, CIDADE DE RIO GRANDE - RS.

Relembrando a Revolução (Prof. Miguel G. Ramos)

É bom lembrar os tempos que já passaram, principalmente, quando eles nos trazem o calor da amizade vivida. No decorrer de abril e maio de 1964, nós, minha esposa e eu, visitamos com bastante assiduidade o casal Farydo em sua residência na rua Cel. Sampaio. Havia sempre homens de cara amarrada, à paisana, postados nas redondezas. Quase em frente, numa velha casa onde foi o SENAC, ficava uma praça da Brigada Militar. Durante todo o tempo em que visitávamos o casal Salomão, nunca fomos incomodados ou sequer chamados para depor, muito embora esperássemos essa reação. Naqueles dias pouca gente visitava o ex-prefeito, pôr medo de repressão. Na verdade, Farydo foi punido não pôr ser subversivo, mas pôr que pertencia a um partido político que fazia oposição ao governo do Estado. Naqueles anos o DOPS tinha mais força do que os militares, pelo menos aqui no Rio Grande.

O Canopus foi uma lenda viva. Alguns políticos mais afoitos foram selecionados e, pôr falta de instalações adequadas, levados para o navio para efeito de triagem pelo próprio DOPS. Não resta a menos dúvida de que o serviço de "limpeza", foi feita pôr aquele departamento comandado diretamente de Porto Alegre, sem qualquer ingerência do pessoal aqui, que se limitou a executar ordens. Nunca soubemos de um Juiz de Direito preso no Canopus. Na época havia aqui um Promotor de Justiça muito ligado aos vermelhos e que dizia, abertamente, que se eles ganhassem iriam repetir o famoso "paredon", do bondoso Fidel de todas as Cubas. Ele já tinha até um lagar marcado para as execuções com que sonhava. Seria na rua Duque de Caxias, junto ao muro que cercava um terreno da antiga Cia. Fiação e Tecelagem Rio Grande.

De balaca em balaca, o Promotor falante, bem apessoado, semelhante a um galã de Hollywood, foi preso pelo DOPS e conduzido ao Canopus, onde deu muito trabalho, pois pensava que todo mundo estava disposto a matá-lo, inclusive os seus colegas de infortúnio. Foi desembarcado são e salva em Porto Alegre onde respondeu a processo pôr práticas subversíveis e foi "cassado" de suas funções. Abandonado pelo própria família que era contra sua militância ativa, o cidadão foi declinando e terminou com a vida, um ou dois anos depois numa pensão barata da capital. Enquanto isso, o comandante Reizinho, apelidado aqui de Bom Sorriso, continuou nas suas funções, tendo sido substituído dentro dos prazos regulamentares. Constou na cidade, que só estava atemorizada pela atuação quase brutal do DOPS regional, que o comandante teria sofrido restrições em sua ficha pôr ter mantido amizade com elementos contra-revolucionários.

O Canopus era comandado na época pelo Capitão Maximiano da Fonseca, que teve uma atuação muito elogiada pela maioria que sofreu a prisão em seu bojo. Não apenas na época posterior à libertação dos presos, mas mesmos depois da chamada abertura, dentro da 'magnífica' Nova República, do ético e muito democrata Presidente Sarney, alguns ex-presioneiros no navio hidrográfico nos disseram, graciosamente, sem pressões, que tinham sido bem tratados pôr Maximiano da Fonseca. Ao que parece, esse cidadão hoje Almirante reformado de nossa Marinha de Guerra, cometeu um crime hediondo para algumas pessoas da cidade. Foi ele quem autorizou e quem mais lutou para que a sede do 5º Distrito Naval viesse de Florianópolis para o Rio Grande. Mesmo que tivesse havido alguma coisa de anormal, ferindo os direitos humanos dos cidadões, além da perda ocasional de liberdade, a pedido do DOPS não é justo que se procure resolver um passado que, afinal, desembocou na Lei da Anistia Ampla e Irrestrita, para ambos os lados. O Brasil precisa é de união de todos para melhorar a vida do seu povo.

CANOPUS: UM NAVIO QUE AMEDRONTOU A CIDADE
(Prof. Jorge Franco)

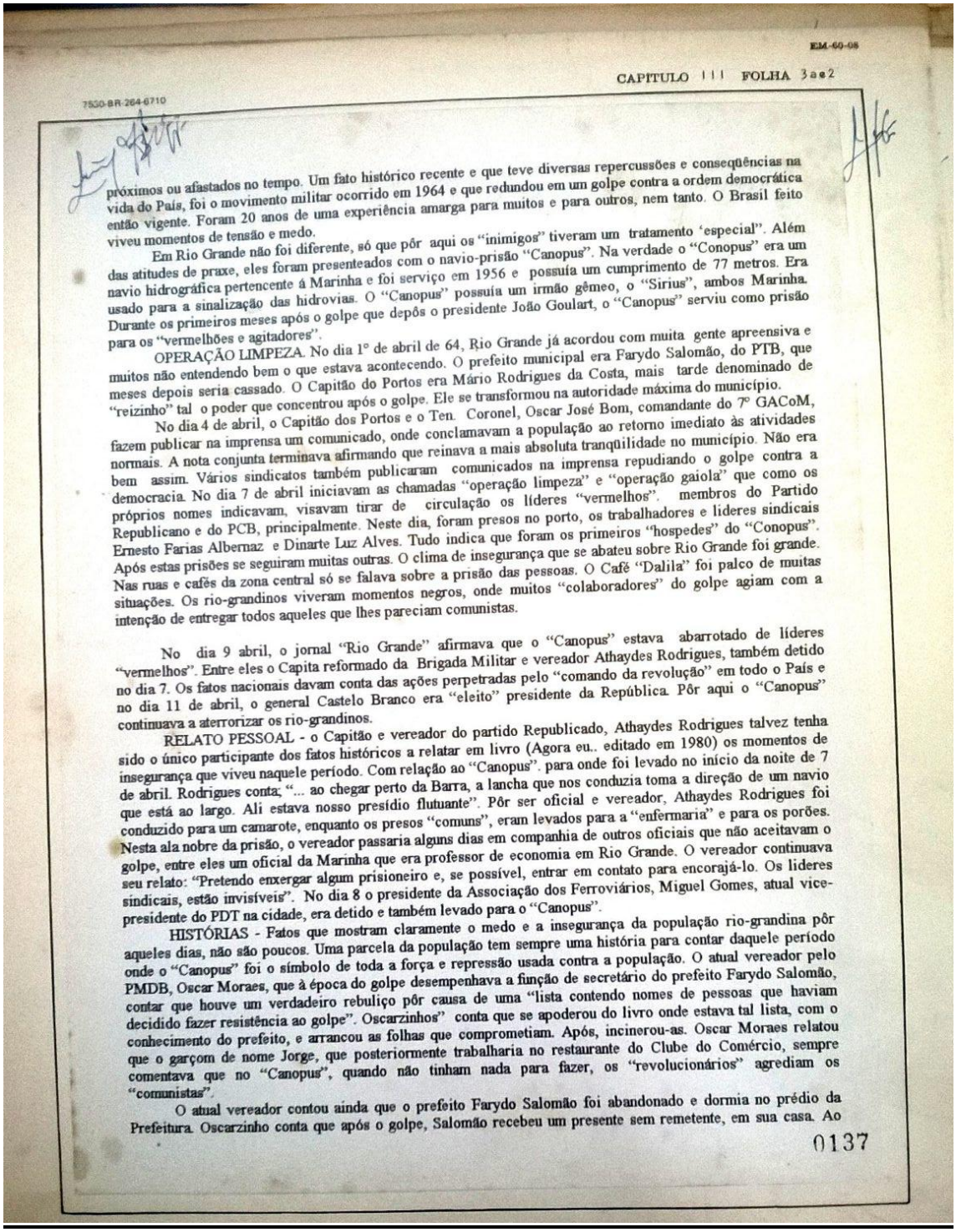
"Isso não pode durar muito. Há maluquices que acabam de repente e então haverá novamente..."(Júlio Cortázar in "Sararsa")

O contínuo recontar da História se transforma na própria História. A importância dos documentos, depoimentos e até mesmo da organização neste processo é algo sabidamente essencial. Através deles registramos os fatos que contam as ações dos seres humanos sobre o planeta. Estas ações - são reveladoras de períodos

0136

[262] Transcrição de reportagem do jornal *Agora* 23mar.1993.

Anexo C – Livro do Navio *Canopus*



EM-60-08

CAPITULO III FOLHA 3 a 2

7530-BR-264-6710

próximos ou afastados no tempo. Um fato histórico recente e que teve diversas repercussões e conseqüências na vida do País, foi o movimento militar ocorrido em 1964 e que redundou em um golpe contra a ordem democrática então vigente. Foram 20 anos de uma experiência amarga para muitos e para outros, nem tanto. O Brasil feito viveu momentos de tensão e medo.

Em Rio Grande não foi diferente, só que pôr aqui os "inimigos" tiveram um tratamento 'especial". Além das atitudes de praxe, eles foram presenteados com o navio-prisão "Canopus". Na verdade o "Conopus" era um navio hidrográfica pertencente á Marinha e foi serviço em 1956 e possuía um cumprimento de 77 metros. Era usado para a sinalização das hidrovias. O "Canopus" possuía um irmão gêmeo, o "Sirius", ambos Marinha. Durante os primeiros meses após o golpe que depôs o presidente João Goulart, o "Canopus" serviu como prisão para os "vermelhões e agitadores".

OPERAÇÃO LIMPEZA. No dia 1° de abril de 64, Rio Grande já acordou com muita gente apreensiva e muitos não entendendo bem o que estava acontecendo. O prefeito municipal era Farydo Salomão, do PTB, que meses depois seria cassado. O Capitão do Portos era Mário Rodrigues da Costa, mais tarde denominado de "reizinho" tal o poder que concentrou após o golpe. Ele se transformou na autoridade máxima do município.

No dia 4 de abril, o Capitão dos Portos e o Ten. Coronel, Oscar José Bom, comandante do 7º GACoM, fazem publicar na imprensa um comunicado, onde conclamavam a população ao retorno imediato às atividades normais. A nota conjunta terminava afirmando que reinava a mais absoluta tranqüilidade no município. Não era bem assim. Vários sindicatos também publicaram comunicados na imprensa repudiando o golpe contra a democracia. No dia 7 de abril iniciavam as chamadas "operação limpeza" e "operação gaiola" que como os próprios nomes indicavam, visavam tirar de circulação os líderes "vermelhos". membros do Partido Republicano e do PCB, principalmente. Neste dia, foram presos no porto, os trabalhadores e líderes sindicais Ernesto Farias Albernaz e Dinarte Luz Alves. Tudo indica que foram os primeiros "hospedes" do "Conopus". Após estas prisões se seguiram muitas outras. O clima de insegurança que se abateu sobre Rio Grande foi grande. Nas ruas e cafés da zona central só se falava sobre a prisão das pessoas. O Café "Dalila" foi palco de muitas situações. Os rio-grandinos viveram momentos negros, onde muitos "colaboradores" do golpe agiam com a intenção de entregar todos aqueles que lhes pareciam comunistas.

No dia 9 abril, o jornal "Rio Grande" afirmava que o "Canopus" estava abarrotado de líderes "vermelhos". Entre eles o Capita reformado da Brigada Militar e vereador Athaydes Rodrigues, também detido no dia 7. Os fatos nacionais davam conta das ações perpetradas pelo "comando da revolução" em todo o País e no dia 11 de abril, o general Castelo Branco era "eleito" presidente da República. Pôr aqui o "Canopus" continuava a aterrorizar os rio-grandinos.

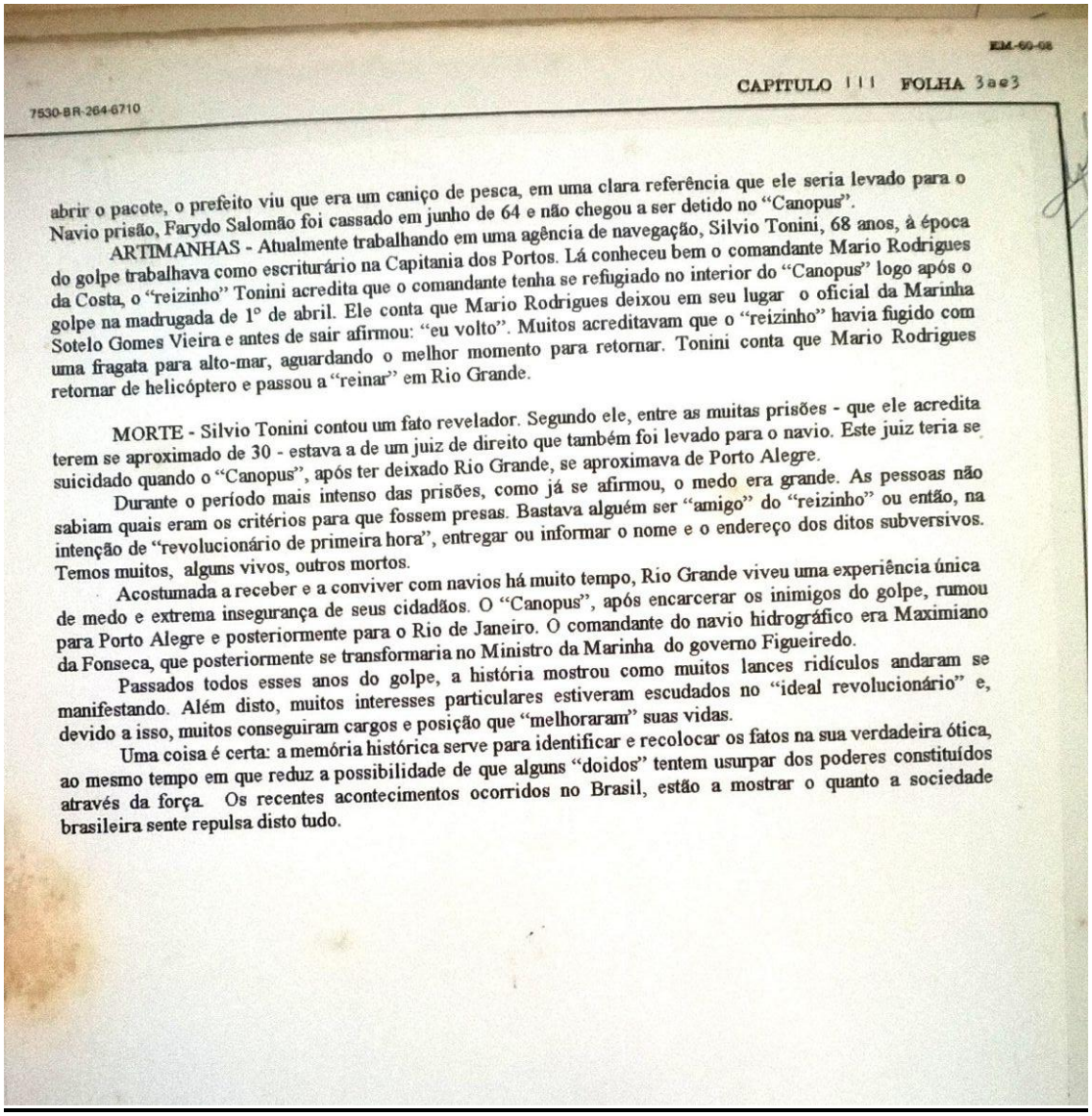
RELATO PESSOAL - o Capitão e vereador do partido Republicado, Athaydes Rodrigues talvez tenha sido o único participante dos fatos históricos a relatar em livro (Agora eu.. editado em 1980) os momentos de insegurança que viveu naquele período. Com relação ao "Canopus". para onde foi levado no início da noite de 7 de abril. Rodrigues conta; "... ao chegar perto da Barra, a lancha que nos conduzia toma a direção de um navio que está ao largo. Ali estava nosso presídio flutuante". Pôr ser oficial e vereador, Athaydes Rodrigues foi conduzido para um camarote, enquanto os presos "comuns", eram levados para a "enfermaria" e para os porões. Nesta ala nobre da prisão, o vereador passaria alguns dias em companhia de outros oficiais que não aceitavam o golpe, entre eles um oficial da Marinha que era professor de economia em Rio Grande. O vereador continuava seu relato: "Pretendo enxergar algum prisioneiro e, se possível, entrar em contato para encorajá-lo. Os lideres sindicais, estão invisíveis". No dia 8 o presidente da Associação dos Ferroviários, Miguel Gomes, atual vice-presidente do PDT na cidade, era detido e também levado para o "Canopus".

HISTÓRIAS - Fatos que mostram claramente o medo e a insegurança da população rio-grandina pôr aqueles dias, não são poucos. Uma parcela da população tem sempre uma história para contar daquele período onde o "Canopus" foi o símbolo de toda a força e repressão usada contra a população. O atual vereador pelo PMDB, Oscar Moraes, que à época do golpe desempenhava a finção de secretário do prefeito Farydo Salomão, contar que houve um verdadeiro rebuliço pôr causa de uma "lista contendo nomes de pessoas que haviam decidido fazer resistência ao golpe". Oscarzinhos" conta que se apoderou do livro onde estava tal lista, com o conhecimento do prefeito, e arrancou as folhas que comprometiam. Após, incinerou-as. Oscar Moraes relatou que o garçom de nome Jorge, que posteriormente trabalharia no restaurante do Clube do Comércio, sempre comentava que no "Canopus", quando não tinham nada para fazer, os "revolucionários" agrediam os "comunistas".

O atual vereador contou ainda que o prefeito Farydo Salomão foi abandonado e dormia no prédio da Prefeitura. Oscarzinho conta que após o golpe, Salomão recebeu um presente sem remetente, em sua casa. Ao

0137

Anexo C – Livro do Navio *Canopus*



EM-60-08

7530-BR-264-6710

CAPITULO III FOLHA 3 a e 3

abrir o pacote, o prefeito viu que era um caniço de pesca, em uma clara referência que ele seria levado para o Navio prisão, Farydo Salomão foi cassado em junho de 64 e não chegou a ser detido no "Canopus".

ARTIMANHAS - Atualmente trabalhando em uma agência de navegação, Silvio Tonini, 68 anos, à época do golpe trabalhava como escriturário na Capitania dos Portos. Lá conheceu bem o comandante Mario Rodrigues da Costa, o "reizinho" Tonini acredita que o comandante tenha se refugiado no interior do "Canopus" logo após o golpe na madrugada de 1º de abril. Ele conta que Mario Rodrigues deixou em seu lugar o oficial da Marinha Sotelo Gomes Vieira e antes de sair afirmou: "eu volto". Muitos acreditavam que o "reizinho" havia fugido com uma fragata para alto-mar, aguardando o melhor momento para retornar. Tonini conta que Mario Rodrigues retornar de helicóptero e passou a "reinar" em Rio Grande.

MORTE - Silvio Tonini contou um fato revelador. Segundo ele, entre as muitas prisões - que ele acredita terem se aproximado de 30 - estava a de um juiz de direito que também foi levado para o navio. Este juiz teria se suicidado quando o "Canopus", após ter deixado Rio Grande, se aproximava de Porto Alegre.

Durante o período mais intenso das prisões, como já se afirmou, o medo era grande. As pessoas não sabiam quais eram os critérios para que fossem presas. Bastava alguém ser "amigo" do "reizinho" ou então, na intenção de "revolucionário de primeira hora", entregar ou informar o nome e o endereço dos ditos subversivos. Temos muitos, alguns vivos, outros mortos.

Acostumada a receber e a conviver com navios há muito tempo, Rio Grande viveu uma experiência única de medo e extrema insegurança de seus cidadãos. O "Canopus", após encarcerar os inimigos do golpe, rumou para Porto Alegre e posteriormente para o Rio de Janeiro. O comandante do navio hidrográfico era Maximiano da Fonseca, que posteriormente se transformaria no Ministro da Marinha do governo Figueiredo.

Passados todos esses anos do golpe, a história mostrou como muitos lances ridículos andaram se manifestando. Além disto, muitos interesses particulares estiveram escudados no "ideal revolucionário" e, devido a isso, muitos conseguiram cargos e posição que "melhoraram" suas vidas.

Uma coisa é certa: a memória histórica serve para identificar e recolocar os fatos na sua verdadeira ótica, ao mesmo tempo em que reduz a possibilidade de que alguns "doidos" tentem usurpar dos poderes constituídos através da força. Os recentes acontecimentos ocorridos no Brasil, estão a mostrar o quanto a sociedade brasileira sente repulsa disto tudo.